

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE LETRAS

VANDA AMBRÓSIA PIMENTA

**RECORRELAÇÕES DE GÊNERO EM CONTOS DA *ANTOLOGIA DO CONTO  
GOIANO II***

Goiânia

2013

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação**

Autor (a):	Vanda Ambrósia Pimenta		
E-mail:	Vapimenta2@yahoo.com.br		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Vínculo empregatício do autor		Revisor de textos, Cegraf-UFG	
Agência de fomento: Universidade Federal de Goiás		Sigla:	
País:	Brasil	UF:	GO
CNPJ:			
Título:	Recorrelações de gênero em contos da Antologia do conto goiano II		
Palavras-chave:	<i>Antologia do conto goiano II</i> , literatura goiana, relações de gênero, violência, dominação masculina.		
Título em outra língua:	Gender recorrelations in tales from <i>Antologia do conto goiano II</i>		
Palavras-chave em outra língua:	<i>Antologia do conto goiano II</i> , literature from Goiás, gender relations, violence, male domination.		
Área de concentração:	Estudos literários		
Data defesa:	19/04/2013		
Programa de Pós-Graduação:	Letras e Linguística		
Orientador (a):	Prof. Dr. Jorge Alves Santana		
E-mail:	jorgeufg@bol.com.br		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

\*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento     SIM       NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Vanda Ambrósia Pimenta  
Assinatura do (a) autor (a)

Data: 25/04 / 2013

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

VANDA AMBRÓSIA PIMENTA

**RECORRELAÇÕES DE GÊNERO EM CONTOS DA *ANTOLOGIA DO CONTO GOIANO II***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Mestra em Estudos Literários.

**Área de concentração:** Estudos Literários

**Orientador:** Prof. Dr. Jorge Alves Santana

Goiânia

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)

Pimenta, Vanda Ambrósia  
P644r Recorrelações de gênero em contos da *Antologia do conto goiano II*  
[manuscrito] /  
Vanda Ambrósia Pimenta. – 2013.  
IX, 142 f.  
Orientador: Prof. Dr. Jorge Alves Santana  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de  
Letras, 2013.  
  
Bibliografia: f. 134-142  
1. Identidade de gênero na literatura 2. Relação homem-mulher na literatura  
3. Violência contra as mulheres 4. Conto I. Título

CDU: 316.7

VANDA AMBRÓSIA PIMENTA

**RECORRELAÇÕES DE GÊNERO EM CONTOS DA ANTOLOGIA DO CONTO  
GOIANO II**

Dissertação qualificada no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Mestra em Letras e Linguística, área de concentração em Estudos Literários, aprovada em 5 de novembro de 2012, pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Jorge Alves Santana (Letras/UFG)

Presidente da banca

---

Profa. Dra. Renata Rocha Ribeiro (Letras/UFG)

Membro interno

---

Profa. Dra. Alice Maria Araújo Ferreira (Letras/UnB)

Membro externo

Para

Morgana Pimenta Matos, minha filha, meu coração, minha vida, e

Denilson Costa Matos, meu esposo e fiel colaborador.

## AGRADECIMENTOS

Ao Deus de Israel e dos gentios, aquele que domina todas as coisas, e para o qual não existe nada que seja demasiadamente difícil (Gn 18: 14).

Não me importa a filosofia. Que ela continue a bradar que Deus é mera criação da mente humana! Eu sei em quem tenho crido: naquele que determinou a ascensão e a queda de nações, e elas conheceram, de fato, progresso e ruína; que há séculos referiu-se às catástrofes mundiais, hoje desencadeadas por furiosos fenômenos (a Bíblia não exclui a ciência); que previu sua própria negação pelos sábios e instruídos, e jurou destruir sua inteligência e sabedoria; que reduzirá a nada as coisas que são, para que ninguém se vanglorie na sua presença (I Co 1:19; 28-29); que me inspirou a cursar este mestrado e pela mão me tomou, desde a prova do Casle até a montagem desta dissertação. Este é o Deus em quem confio a despeito de toda crítica, que pôs diante de mim esta porta aberta, e ninguém a poderá fechar, porque não nego o seu nome (Ap 3: 8).

Agradeço também ao meu orientador terreno, Prof. Dr. Jorge Alves Santana, pelas reuniões, pelo material cedido e, sobretudo, pelo incentivo.

Às integrantes das bancas de qualificação e defesa, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leila Borges Dias Santos, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Renata Rocha Ribeiro e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Alice Maria Araújo Ferreira.

À equipe da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística: Bruno Calassa, Consuelo Costa, Vera Lúcia e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Goiandira Ortiz de Camargo.

A Ana Paula Ribeiro, da Ascom-UFG, pelas orientações particulares, inclusive, na escolha do tema desta pesquisa e na seleção de material.

À professora Maria das Graças Monteiro, diretora do Cegraf-UFG, por facilitar meus estudos preparatórios para a prova seletiva e minha licença do trabalho.

A Vanessa Lustosa, Ana Flávia Amorim, Flávia de Castro, Maria Clara Dunck, Sueli Dunck, Edna Rodrigues, Maria Lúcia Kons, Gisele Dionísio, Cristiane Fernandes e Elenir Carvalho, meninas do Cegraf, pelo apoio e pelo auxílio na formatação do texto.

Foi na fonte (*tala*) que o primeiro homem encontrou a primeira mulher. Ela estava apanhando água quando o homem, arrogante, aproximou-se dela e pediu de beber. Mas ela havia chegado primeiro e ela também estava com sede. Descontente, o homem a empurrou. Ela deu um passo em falso e caiu por terra. Então o homem viu as coxas da mulher, que eram diferentes das suas. E ficou paralisado de espanto. A mulher, mais astuciosa, ensinou-lhe muitas coisas: “Deita-te, disse ela, e eu te direi para que servem teus órgãos”. Ele se estendeu por terra. Ela acariciou seu pênis, que se tornou cada vez maior, e deitou-se sobre ele. O homem experimentou um prazer enorme. Ele passou a seguir a mulher por toda parte, para voltar a fazer o mesmo, pois ela sabia mais coisas que ele, como acender o fogo etc. Um dia, o homem disse à mulher: “Eu quero te mostrar que eu também sei fazer coisas. Estende-te, e eu me deitarei sobre ti”. A mulher se deitou por terra, e o homem se deitou sobre ela. E ele sentiu o mesmo prazer. E disse então à mulher: “Na fonte, és tu [quem dominas]; na casa sou eu”. No espírito do homem são sempre estes últimos propósitos que contam, e desde então os homens gostam sempre de montar sobre as mulheres. Foi assim que eles se tornaram os primeiros e são eles que devem governar (YACINE-TITAUH apud BOURDIEU, 2002, p. 21).

## RESUMO

O objeto teórico deste estudo são as relações de gênero, que se delinearão nas sociedades a partir da organização das civilizações por meio dos contatos. À proporção que elas se organizavam, distinguiam-se os atributos e papéis de homens e mulheres. O propósito da pesquisa é verificar o modo pelo qual, no interior dessas relações, o homem veio a adquirir primazia sobre a mulher, e, em seguida, examinar a presença das relações de gênero em cinco contos goianos. O foco da análise literária é a violência dos personagens masculinos contra os femininos e o grau de adesão ou de resistência ao fenômeno. Os contos analisados fazem parte do segundo volume da *Antologia do conto goiano*, organizada por Vera Maria Tietzmann Silva e Maria Zaira Turchi (1994). Em decorrência do objeto literário, abordamos a evolução do sistema de gêneros desde o desenvolvimento das civilizações até o século XX, mostrando o surgimento e a perpetuação da estrutura de dominação masculina, mesmo após o amadurecimento das lutas feministas. Essas lutas, entretanto, não são estudadas sistematicamente, aparecendo apenas em referências esparsas. No concernente à adesão e à resistência, chamamos a atenção para o fato de que as identidades são construídas social e politicamente, de forma a estabelecer grupos de dominantes e dominados, e a gerar o reconhecimento dessa divisão como algo natural e, portanto, inevitável. A interiorização das identidades construídas demanda um trabalho constante de agentes situados, e, no caso das identidades genéricas, este é desempenhado pelas instituições e pelos homens, com suas práticas violentas. O efeito contínuo dessas práticas é que leva à adesão do dominado ao dominante, como acontece na quase totalidade dos contos analisados. Apesar disso, as personagens exploradas oferecem também certo grau de resistência, adotando atitudes defensivas, que, entretanto, não solucionam de vez o problema. Nenhuma delas consegue transpor radicalmente a condição negativa, enfrentada em comum pelo gênero feminino.

Palavras-Chave: *Antologia do conto goiano II*, literatura goiana, relações de gênero, violência, dominação masculina.

## ABSTRACT

The purpose of this research is to examine the presence of gender relations in five goianos tales, especially the violence of male characters against female characters and the degree of acceptance or resistance to the phenomenon. The stories analyzed are part of the second volume of the *Antologia do conto goiano*, organized by Vera Maria Tietzmann Silva and Maria Zaira Turchi (1994). As a result of the literary object, we address the evolution of the gender system from the development of civilization until the twentieth century, showing the emergence and perpetuation of the structure of male domination, even after the maturity of feminist struggles. These struggles, however, are not systematically studied, appearing only in scattered references. With regard to adhesion and to the resistance, we call attention to the fact that identities are socially and politically constructed, in order to establish dominant and dominated groups, and generated cognition of this division as natural and therefore inevitable. The internalization of constructed identities demand constant work of situated agents and, in the case of generic identities, this is played by the institutions and men, with their violent practices. The continuous effect of these practices is leading to adhesion of dominated to dominant, as in almost all of the stories analyzed. Nevertheless, the characters explored also offer a degree of resistance, adopting defensive attitudes, which, however, does not solve the problem. Neither can transpose radically negative condition, usually faced by females .

Keywords: *Antologia do conto goiano II*, literature from Goiás, gender relations, violence, male domination.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	7
<b>ABSTRACT</b> .....	8
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 SISTEMA DE GÊNEROS: ORIGEM, CONCEITOS E FORMAÇÃO DE IDENTIDADES</b> .....	23
2.1 O conceito de gênero e suas ambiguidades.....	25
2.2 Sexo/gênero dentro da política de identidades.....	29
<b>3 O PAPEL DOS DISCURSOS NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO</b> .....	33
3.1 Discursos legitimadores da ordem masculina na perspectiva de Michel Foucault.....	41
<b>4 OPRESSÃO, ADESÃO E RESISTÊNCIA DO SUJEITO MULHER NA ANTOLOGIA DO CONTO GOIANO</b> .....	49
4.1 Mergulhada na urbe (Marieta Telles Machado).....	51
4.2 A filha (César Baiocchi).....	66
4.3 Agenor da Bitá do Totôe do Vau Grande (José Antunes de Lima).....	83
4.4 Revelação (Braz José Coelho).....	93
4.5 Gangrena (Yêda Schmaltz).....	108
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	126
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	135

## 1 INTRODUÇÃO

Trate ele amorozinho  
quando das parte chegá  
se for na hora do armoço  
dê a ele de armoçá  
se for na hora da janta  
chame ele pra jantá  
e se fartá o café  
traga uma xicra de chá  
e um trabessero cheiroso  
quando ele for se deitá  
(Seja firme a seu marido  
naquilo que precisá)  
dê um beijo no pescoço  
dê um beliscão na pá  
dê um abraço arrochado  
que faça as junta istralá  
quando o dia amanhecê  
tem tudo o que precisá  
tudo o que pedi a ele  
ele não diz que não dá  
(FALCI, 2000, p. 262)

O enfoque teórico deste estudo são as relações de gênero, com a predominância do elemento masculino sobre o feminino.<sup>1</sup> Analisam-se a organização do sistema de gêneros a partir da formação das civilizações e as circunstâncias que possibilitaram ao homem suas prerrogativas sobre a mulher. O objetivo geral é demonstrar a influência dos discursos cotidianos, científicos e institucionais para a legitimação dessas prerrogativas e sintetizar alguns conceitos de relações de gênero no âmbito das ciências sociais. Como objetivo central, elegemos a identificação dessas relações entre as personagens de cinco contos goianos que constituirão o corpúsculo literário da pesquisa.

---

<sup>1</sup> O título correto da pesquisa é *Relações de gênero...*, e não *Recorrelações*. Ocorreu um erro de digitação na Ata da defesa, e, para fugir dos transtornos burocráticos, optamos por manter a forma presente no documento, em vez de proceder à correção do título.

Para isso, priorizamos a violência dos personagens masculinos contra as personagens femininas em decorrência da superioridade do homem na força física e na autoridade conferida pela ideologia patriarcal.<sup>2</sup>

O corpus referido compreende os contos “Mergulhada na urbe”, de Marietta Telles Machado, “A filha”, de César Baiocchi, “Agenor da Bitá do Totô do Vau Grande”, de José Antunes de Lima, “Revelação”, de Braz José Coelho, e “Gangrena”, de Yêda Schmaltz. Esses contos estão reunidos no segundo volume da *Antologia do conto goiano*, organizada por Vera Maria Tietzmann Silva e Maria Zaira Turchi (1994). Como informa Tietzmann Silva (1994, p. 11-12), foram escritos entre o final dos anos 60 e o início dos 90, o que explica o grau das inovações formais que os caracterizam.

A eleição do tema “relações de gênero” é resultado de reflexões surgidas durante a pós-graduação, nas disciplinas *Literatura e patriarcalismo em Goiás*, da professora Leila Borges, e *A sociedade brasileira em formação nos escritos dos séculos XVI e XVII*, do professor Cássio Tavares. É certo que nenhuma delas tratou especificamente do assunto, mas as discussões sobre o sistema patriarcal, comuns a ambas, suscitarão-nos o interesse pelo mundo em que o homem era senhor. Da mulher, dos filhos e do patrimônio. Presa do autoritarismo e violência que atravessou o cenário de nossa infância e juventude, vividas num ambiente patriarcal, identificamo-nos naturalmente com essa temática, iniciando a partir daí a busca de testemunhos literários sobre ela. Essa procura colocou-nos em contato com a *Antologia do conto goiano*, dentro da qual observamos a frequência de narrativas que evidenciam o desequilíbrio nas relações de gênero entre as personagens. Esse ponto chamou-nos a afunilar o tema, passando do autoritarismo do chefe patriarcal para com os demais integrantes da família ao poder desse chefe sobre a mulher.

O tema da pesquisa encontra-se contemplado em outros contos da *Antologia*, como “O testamento de João Honório” (Roberto Fleury Curado), “Pão-de-avião” (Yeda Schmaltz), “Os retratos” (José Godoy Garcia) e “Crime de consciência” (Bariani Ortêncio). A eleição dos contos trabalhados, em detrimento desses outros, justifica-se por dois motivos: eles ilustram com maior propriedade os aspectos teóricos analisados e são mais encantadores em seus aspectos formais e seus efeitos emotivos, embora seja esta uma questão de gosto pessoal.

---

2 Embora, na área dos estudos literários, o substantivo personagem (de dois gêneros) seja preferencialmente usado no feminino, optamos por flexioná-lo de acordo com o gênero do/da personagem a que o texto faça referência. Para acompanhar o uso geral, o feminino será usado nos casos referentes a ambos os gêneros.

Por exemplo, “A filha” e “Revelação” exibem uma riqueza formal digna de apreciação, como tentaremos demonstrar nas discussões. Não seria exagerado afirmar a contaminação dessas narrativas pelo clima de experimentações que pontuou a produção dos escritores goianos dos anos 60, em sua abertura para “as inovações estéticas surgidas no Brasil com o Modernismo” (TIETZMANN SILVA, 1994). Em ambos os contos, o tempo é organizado de forma a escapar da tradicional sequência “início, meio e fim”, e os elementos visuais também concorrem para acentuar a novidade da forma. São esses elementos que possibilitam as inovações temporais, prestando-se a distinguir em “A filha” uma narrativa do presente e outra do passado; e em “Revelação”, uma construída de eventos previstos pela personagem, outra pela realização de suas intuições no presente, como se verificará. É a “simultaneidade de ações” referida por Tietzmann Silva (1994, p. 16) ao comentar a produção do Grupo de Escritores Novos, que atuou em Goiânia de 1963 a 1968 e que influenciou o conto contemporâneo em Goiás.

Em “Mergulhada na urbe”, o discurso chama a atenção desde o primeiro parágrafo, em que as vozes dos personagens se sucedem livremente, sem o uso de verbos de elocução ou de travessões, numa quebra visível da tradição discursiva. E o que se segue até o fim, de momento a momento, é uma gostosa cadeia de frases em que o narrador intervém no discurso das personagens, ou melhor, assume esse discurso, de forma a produzir aquilo que Gérard Genette (1979) denomina discurso indireto livre. Segundo ele, “a personagem fala pela voz do narrador, e as duas instâncias vêm-se então *confundidas*” (p. 172-173, grifo do autor). É o que revela este fragmento: “Pai e mãe não queriam que eu viesse. É esquisito moça solteira e menor ir sozinha pra cidade grande” (MACHADO, 1994, p. 60). O discurso, na segunda frase, pode ser atribuído tanto à narradora quanto às personagens representadas por seus pais. Exemplos como esse encontram-se esparsos por toda a narrativa, sem dizer da carga emotiva expressa em várias passagens, como no momento em que a personagem começa a perceber as diferenças entre a vida na roça e a vida na urbe. O final do conto, em que ela se vê, de fato, enredada pelo ambiente citadino, é particularmente emocionante.

A emoção constituiu o ponto forte em “Gangrena”, um modelo de prosa poética, por assim dizer. A análise desse conto mostrará sua proximidade com as cantigas de amigo medievais e a identificação da personagem com a Penélope de Ulisses, em sua espera resignada pelo amante ausente. A poesia do conto está, em grande parte, nesses pormenores, mas, especialmente, na linguagem, tão bela em sua simplicidade. Pareceu-

nos, no momento da escolha, que este, mais do que qualquer outro, de modo algum, poderia ficar de fora.

De “Agenor da Bitá”, valorizamos o forte traço patriarcal, com todas as suas implicações para a conduta dos personagens. Um fator interessante aqui é a força do código machista, que, às vezes, obriga o homem a demonstrações de virilidade que ele não abraçaria se pudesse desembaraçar-se dos ditames desse código.

Ressaltar a técnica narrativa desses contos não implica deixar de reconhecer nos demais mencionados a experimentação de formas novas em que de tal modo se realçam a linguagem e a técnica que as ações acabam se tornando de somenos importância. Conforme mencionado, somente a predominância de elementos significativos para a análise realizada no capítulo 3, somada à questão da preferência pela forma dos contos escolhidos, é que determinou a seleção desse material.

Os testemunhos oferecidos pelos contos sobre a existência dos fatos sociais apontados pela teoria das relações de gêneros demonstram que “o texto *se forma* a partir do contexto”, nos termos de Antonio Candido (1972, p. 804, grifo do autor). Candido explica que a função da literatura é revelar a experiência humana, fazendo ver que essa função é tão importante quanto a estrutura dos textos literários. A experiência humana de que fala o autor são os sentimentos, os fatos cotidianos, os costumes das sociedades, os problemas humanos e outras coisas inerentes à realidade, das quais a literatura faz seu objeto. Para o autor, “a fantasia quase nunca é pura”. Ela se refere constantemente a alguma realidade” (p. 804). Dessa perspectiva, a ficção reelabora e transforma o mundo concreto, que é expresso pela imaginação literária, além de transformar o leitor. Conquanto a literatura mantenha sua autonomia de significados, ao mesmo tempo ela representa uma determinada realidade social e humana e atua sobre ela.

Nestes contos, o mundo representado é o do patriarcalismo, no interior do qual, dentro de uma associação econômica e doméstica, a dominação é exercida por uma só pessoa, geralmente, do sexo masculino, e segundo determinadas regras hereditárias fixas, santificadas pela tradição e pelo costume. Do ponto de vista patriarcal, os integrantes da comunidade familiar sob a jurisdição do chefe da família são seres puramente patrimoniais e, portanto, desprovidos de direitos. A autoridade desse chefe é sancionada pela tradição e pelo costume, e isso lhe permite exercer o poder de forma ilimitada e sem compromisso com regras, a não ser aquelas estabelecidas por seu livre arbítrio (WEBER, 1999). Atualmente o termo “patriarcalismo” é empregado para designar “o contexto e o processo através dos quais os homens e as instituições

dominadas por homens promovem a supremacia masculina” (NICOLSON apud NOGUEIRA, 2001, p. 132).

Em cada conto analisado, a dominação masculina desencadeia um tipo de violência contra as personagens femininas: assédio sexual no trabalho, molestamento sexual e mesmo o homicídio. Esse o seu vínculo com o mundo real, embora atualmente a violência contra a mulher se encontre bem mais atenuada do que nas civilizações primitivas e mesmo nas mais tardias, compreendidas entre os séculos XIX e XX. Entre os mecanismos mais recentes de amenização da violência, está a Lei Maria da Penha, sancionada no governo de Luís Inácio Lula da Silva e que “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher”. Com certeza, ela tem minorado o problema, malgrado a realidade que ele ainda constitui dentro das famílias brasileiras. Portanto, a violência contra as personagens nos contos analisados nesta pesquisa ainda não destoia da conjuntura atual, muito próxima do período de publicação desses contos (1960-1990).

Não obstante, porém, as vicissitudes enfrentadas por essas personagens e pelas mulheres reais da sociedade contemporânea, é preciso admitir a grande melhoria experimentada em diversas esferas pelo gênero feminino. À medida que se passa do século XIX ao XX e se caminha para o encerramento do último, as mulheres conseguem muitos progressos no âmbito doméstico e no intelectual e, por conseguinte, no mundo do trabalho.

Em relação às palavras de Antonio Candido (1972) sobre a transformação do mundo por meio da ficção, podemos verificá-la aqui ao nível dos próprios contos utilizados, nas ações de defesa engendradas pelas personagens. Até certo ponto, seus atos transmudam sua sorte e lhes concedem algum domínio sobre ela. A ação dominadora, somada às reações, pode influenciar também o leitor, mesmo sem a sua percepção do fato, na medida em que cresce sua conscientização sobre esse tipo de problema humano. Se ele é capaz de indignar-se com o problema, está sendo influenciado pela literatura e ao mesmo tempo despertando-se para influenciar, em alguma medida, o mundo que integra. A verificação das relações de gênero nos contos analisados mostrará, portanto, a “função integradora e transformadora da criação literária com relação aos seus pontos de referência na realidade” (CANDIDO, 1972, p. 805).

Sobre a organização da pesquisa, no primeiro capítulo, traçaremos o trajeto histórico das relações de gênero, mostrando os percursos da construção da estrutura de

dominação masculina e das identidades genéricas, bem como as condições que possibilitaram, por tantos séculos, a perpetuação das desigualdades entre homens e mulheres. Veremos o poder das práticas instauradas pelas instituições na definição dos usos legítimos dos corpos e os mecanismos pelos quais os dominados se reconhecem como tais, passando a interiorizar o ponto de vista dos dominantes e a desprezar-se a si próprios. Apresentaremos ainda alguns conceitos de gênero, mostrando o objetivo do movimento feminista ao adotar o termo em substituição à palavra “sexo” e apontando as críticas de Judith Butler (2007) a essa decisão, segundo ela, ilusória. Nos conceitos utilizados, enfatiza-se o gênero como construção cultural do masculino e do feminino, de forma a extrapolar o binarismo homem-mulher e chegar aos pares constituídos por homossexuais. Pelo uso desse conceito, pretende-se eliminar as desigualdades referidas, que são justificadas por diferenças anatômicas, inclusive, pelos papéis reprodutivos (essencialismo biológico).

No segundo capítulo, aprofundaremos o debate sobre a instauração do império masculino, observando a atuação dos discursos da sexualidade para criar e manter as identidades de gênero. Elas são construídas de forma que o homem se sobreponha à mulher não apenas na força física, mas também em outros aspectos: nas relações amorosas, na demarcação de espaços físicos e, conseqüentemente, na divisão do trabalho. Esses discursos foram emitidos pelas ciências (biologia e psicanálise, por exemplo), pela filosofia, religião, política e economia, através de instituições, da *mídia* e das artes. Sua principal perspectiva foi o determinismo biológico, que cria usos e funções para os corpos masculino e feminino, atribuindo-lhes capacidades sexuais, físicas e intelectuais. A superioridade do homem e a inferioridade da mulher nesses aspectos baseiam-se nas características de seus corpos, da mesma maneira que a distribuição de direitos entre eles. De forma bem atenuada, esse modelo injusto ainda persiste nas relações de gênero, graças à força dessas vertentes essencialistas.

Como estratégia para demonstrar a referida ação dos discursos, destacaremos nesse capítulo algumas asserções de Michel Foucault (1984; 1985). Mostraremos uma parte do percurso do autor pelas civilizações antigas, notadamente a Grécia, de forma a resgatar a história da sexualidade com base na era clássica, no período helenista e no advento do cristianismo.

No terceiro capítulo, procederemos à análise dos contos selecionados, identificando o desequilíbrio nas relações de gênero entre os personagens, com destaque para a violência dos atores masculinos contra os femininos. Nesse capítulo, faremos a

ligação entre a literatura e a realidade, comprovando os pressupostos de Antonio Candido (1972) e de Virginia Woolf (1928) e mostrando de que modo e em que medida (nesse contexto particular) a literatura age sobre o meio social para transformá-lo.

Com o auxílio de Pierre Bourdieu (2002), também comprovaremos o reconhecimento da própria inferioridade pelas identidades dominadas, que se dá mediante o conhecimento do código de dominação masculina. Esse código é inscrito nos corpos e mentes por meio de práticas repetitivas, cujos efeitos duráveis levam à convicção de que a ordem estabelecida é natural e inevitável. Desse ponto de vista, os homens também são vítimas da estrutura montada para as relações de gênero, sendo obrigados a manter sua honra e virilidade, sob pena de se excluírem do sistema. Esse processo é automático e invisível, de onde a afirmação de Bourdieu de que a violência nas relações de gênero é simbólica, o que não implica a ausência de seus efeitos reais, mas a adesão do dominado ao dominante, tornando imperceptível a violência.

Além do reconhecimento, que leva à resignação das personagens, também analisaremos sua resistência, mostrando que a desmistificação das consciências não resolve por completo as desigualdades: apesar da resistência e de certas mudanças, a situação negativa continua a existir para essas personagens.

Nossa metodologia envolve o uso de teorias da área dos estudos literários, além de outras áreas capazes de auxiliar na comprovação da hipótese defendida. Para identificar o machismo e a submissão feminina, exploraremos as concepções presentes nos textos, examinando, com esse fim, as convicções de personagens dominadores ou dominados. As manifestações de outras vozes narrativas serão igualmente aproveitadas na demonstração do tema proposto.

Sem cair numa análise puramente estruturalista, também procuraremos nos recursos narratológicos todos os elementos capazes de auxiliar na identificação das relações de gênero: a linguagem, a caracterização das personagens, suas ações e falas, as motivações, os indícios e a configuração do espaço e do tempo, em particular, as anacronias.

O aporte teórico será constituído de linhas diversas, como a antropologia política (Simone de Beauvoir, 1970), o marxismo (Pierre Bourdieu, 2002, e Peter Stearns, 2007), a história da sexualidade (Michel Foucault, 1984 e 1985), a psicanálise (Joel Birman, 1999, e Camille Paglia, 1990) e as ideias pós-estruturalistas de Judith Butler (2001a e b; 2007). A construção das relações de gênero, com o predomínio do homem sobre a mulher, recebe, dentro dessas linhas, explicações mitológicas e econômicas,

sempre ancoradas no determinismo. Esse denominador comum nos faz ver que a pluralidade não significa perspectivas demasiado divergentes, embora as distâncias existam. É o caso da visão antropológica de Beauvoir, que em certos aspectos a separa totalmente da perspectiva freudiana de Paglia. Se Beauvoir defende que as mulheres poderiam *ter-se tornado*, concretizando-se como essenciais ao lado dos homens, Paglia concorda com uma espécie de essencialidade superior deles, porquanto a preocupação em transformar o mundo, segundo ela, é um apanágio masculino: a dependermos das mulheres, estaríamos ainda morando em cabanas. A explicação para tal é o poder de invenção do homem, que necessita dele para existir, enquanto a mulher existe plenamente em sua capacidade natural de reprodução. Pelo menos na visão de Paglia, que não só neste ponto, mas em vários outros, é um tanto extravagante em relação à opinião geral.

Enquanto Beauvoir se revolta com a concentração do progresso nas mãos dos homens, donos da ciência, da tecnologia e de tudo o que demanda raciocínio, Paglia agradece a eles mediante uma apologia às comodidades modernas proporcionadas por sua capacidade inventiva, das quais as mulheres não conseguem abrir mão. Excetuando-se discrepâncias como essa, não há quebra de pontos de vista de uma linha para a outra, mas um somatório que permite conclusões afins dentro do tema.

Antes do desenvolvimento do trabalho, acreditamos ser necessária uma relativização das afirmações teóricas sobre a inferioridade do gênero feminino e os dissabores que ela acarreta. Em determinadas passagens, essas noções soam obsoletas e exageradas: a vida feminina tem hoje outro perfil e mesmo outro sabor, bem mais amenos, para suas atoras. Certas considerações de Beauvoir (1970), de Friedan (1971) e de Bourdieu (2002), por exemplo, divergem totalmente da atualidade e da cultura ocidental.

O contexto de Beauvoir é a década de 1940, ainda na solidez do sistema patriarcal europeu e na efervescência do feminismo incorporado aos movimentos de classe. Friedan se reporta aos anos cinquenta e sessenta, num período em que, segundo ela, houve um conluio do regime econômico para reduzir as estadunidenses a donas de casa e consumidoras. Bourdieu faz da Cabília um laboratório experimental para sua análise da ordem androcêntrica realizada no mesmo período recortado por Friedan. Essa distância conjuntural é flagrante também nos outros: Foucault voltou-se para a Antiguidade, a época das civilizações imperiais, para resgatar a construção da

sexualidade, concentrando-se nas relações conjugais. Nada aqui é atual, se pensarmos por esse lado.

Mas a utilidade dessas abordagens é mostrar, ainda em nosso tempo, os reflexos dos cenários descritos e comprová-los por meio das análises literárias. Depois, é impossível discutir relações de gênero sem falar desse contexto cruel vivenciado e tornado natural pelo modo de organização de cada época e região. Ele foi real em toda a sua dureza, ainda nas décadas de 1960 e 1970, variando, claro, de contexto para contexto e de família para família, mais rigoroso aqui, mais moderado ali. A diluição do sistema patriarcal com a mudança de mentalidade, somada às lutas feministas, é que possibilitou esta relativa equidade genérica do final do século XX e início do XXI.

Para contrabalançar o cenário das relações de gênero apresentado na parte teórica, apresentamos também essa nova conjuntura, realçando as melhorias mais sensíveis nesse campo. Os movimentos feministas atuaram desde os oitocentos na Europa e em países norte-americanos, ganhando também a América Latina. A leitura de Beauvoir (1970) mostra que, na França, Inglaterra, Estados Unidos e Rússia, esses movimentos foram mais inflamados, embora discrepantes quanto ao grau de produtividade, mas todos eles acrescentaram gradativas melhorias à situação da mulher.

Pelo que atestam as declarações da autora e de outros estudiosos da questão feminina, a ascensão da mulher, no Ocidente em geral, iniciou-se com esses movimentos, prolíferos no advento do maquinismo. Sua emancipação é correlativa à da classe trabalhadora. Assim, a revolução industrial, iniciada na Inglaterra, já desencadeia grande transformação na vida econômica da mulher, e, por extensão, confere-lhe direitos políticos e culturais e amplia sua liberdade na vida doméstica.

O espírito socialista presente na época, subtraindo o valor da propriedade privada e dos interesses particulares, amortece também o papel central da família e arranca dela a mulher, entregando-a à sociedade produtora. Sua participação na produção econômica é reclamada pela revolução industrial num contexto em que não mais importa a diferença da força física entre trabalhadores masculinos e femininos. Engels (apud BEAUVOIR, 1970, p. 148) assevera, entretanto, que “a mulher só pode ser emancipada quando tomar parte em grande escala social na produção e não for solicitada pelo trabalho doméstico senão em medida insignificante”.

Esse objetivo começa a integrar o rol das reivindicações feministas na Inglaterra, estendendo-se a todos os países em movimento pela causa. Gradativamente as mulheres proletárias, que, nos países industriais, eram maioria em relação às burguesas, foram

conseguindo, graças a isso, uma independência jamais concedida a estas ou aos nobres de vida parasitária. Nesse ponto é interessante destacar que os movimentos eram organizados e dirigidos por mulheres (e alguns homens) intelectuais da elite.

A par da independência econômica, também o direito ao voto e à ocupação de cargos políticos, bem como o ingresso nas universidades e nas profissões masculinas, passou a integrar os benefícios conseguidos pelos movimentos feministas desde o início do século XIX. A publicação assinada de sua produção literária também se concretiza para as autoras que, até esse século, só publicavam escondidas sob pseudônimos, geralmente, masculinos. Seu ingresso na literatura era cerceado pela imposição de condições como não publicar, publicar anonimamente ou disfarçadas por nomes masculinos. Algumas empregavam-nos por opção, enxergando nesse artifício uma forma de se mover com mais liberdade no tocante aos temas (FONSECA DIAS, 2012).

No Brasil, de acordo com Duarte (2003), os movimentos feministas, em suas quatro ondas, como dizem os estudiosos, experimentaram as mesmas proezas vividas pelos países europeus e norte-americanos. Sua atuação inspirou-se, até certo ponto, nas ações estrangeiras, como se vê pelo livro de Nísia Floresta: *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, escrito em 1832. Como ela mesma diz, o livro, que trata do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, e exige o reconhecimento de sua inteligência e capacidades, é uma espécie de “tradução livre” de *Vindications of rights of woman*, de Wollstonecraft (DUARTE, 2003).

No entanto, imitativos ou não, o que importa são as mudanças processadas na vida da mulher brasileira através desses movimentos. Em todas as suas fases, transcorridas por volta de 1830 a 1970, as brasileiras editaram jornais ou publicaram livros ousados, incentivando a sexualidade da mulher, sua emancipação econômica e política e sua profissionalização. Na sua segunda fase, inaugurada por volta de 1870, era forte a defesa da educação, do direito ao voto e do trabalho remunerado para as mulheres, e crescia a rejeição da tutela masculina. A manutenção desses direitos de forma unilateral ia, aos poucos, tornando-se impossível dentro desse clima de despertar feminino.

As respostas a esse momento não tardariam. No final dos anos de 1800, o exercício da advocacia e da medicina seria aberto para as brasileiras, como resultado de sua entrada, ainda muito intermitente, nos cursos universitários. Em 1916, o Código Civil Brasileiro, fortemente patriarcal e conservador da superioridade masculina, acrescenta ao artigo 243 um parágrafo que ameniza o machismo, concedendo à mulher a

prerrogativa de exercer profissão fora do lar. No código anterior, o homem tinha o comando exclusivo da família. A mulher, ao casar-se, “perdia sua plena capacidade, tornando-se relativamente capaz, como os índios, os pródigos e os menores. Para trabalhar precisava da autorização do marido” (DIAS, 2012, p. 1).<sup>3</sup>

A despeito da pequena abertura operada pelo Código de 1916, ele ainda manteve, do sistema anterior, a assimetria das relações entre o casal, conservando a restrição dos direitos civis das mulheres casadas. O esposo era o chefe da família e, portanto, seu representante legal e administrador dos bens comuns do casal e dos particulares da esposa. O local de domicílio da família era determinado por ele. A esposa não podia, sem sua permissão, aceitar nem repudiar heranças, nem dar queixa contra crimes. O casamento era indissolúvel. Somente o desquite era permitido, e ele não dissolvia o matrimônio, senão a sociedade conjugal (MARQUES, 2004).

Entretanto, como demonstra Dias (2012), essa situação foi minorada em 1962, com o Estatuto da Mulher Casada, que devolveu a plena capacidade legal à mulher, doravante transformada em coadministradora da sociedade conjugal. Ela agora tinha a guarda dos filhos menores e o direito ao patrimônio adquirido com o produto de seu trabalho, além de não depender da anuência do esposo para exercer qualquer profissão.

O passo seguinte foi a Lei do Divórcio, aprovada em 1977 e que dava a qualquer um dos cônjuges o direito de solicitá-lo. A partir daí, o número de divórcios vem crescendo cada vez mais, em decorrência dessa liberdade conferida à mulher, aliada, obviamente, à sua independência econômica. Mas foi a atual Constituição Federal, datada de 1988, que, pela primeira vez, enfatizou “a igualdade entre homens e mulheres, em direitos e obrigações” (inciso I do artigo 5º). Aliás, no inciso IV do artigo 2º, ela já assegura o direito à igualdade e a promoção do bem comum, sem preconceito de sexo (DIAS, 2012, p. 2).

Mas é imprescindível reconhecer que esses e outros mecanismos que concorreram para aliviar a sorte das mulheres só se tornaram possíveis em função dos movimentos feministas, aliados, é claro, às lutas de classe, no Brasil e no mundo. Hoje as mulheres votam e ocupam cargos eletivos nos partidos, saltando, com uma desenvoltura cada vez maior, das prefeituras aos senados, ministérios e governos de estados. Contudo, isso é consequência, especialmente, da terceira onda feminista, que

---

3 Ideli di Tizio (2012) lembra que tal incapacidade vigorou em função do casamento, e não do sexo. A sociedade conjugal precisava de uma chefia, e, como esta competia ao homem, somente ele era considerado legalmente capaz.

eclode no início do século XX, clamando por esse direito, pelo curso superior e pela arrancada que as levaria do magistério ao comércio, às repartições e às indústrias (DUARTE, 2003). A entrega da República brasileira a uma mulher no início do século XXI, já prenunciada por Drummond, não decorreu, por certo, de um estalo repentino, mas dessa escala de acontecimentos transcorridos desde o início do século passado.

Dentro desse mesmo período, contam-se também as excelentes produções de escritoras feministas, inclusive, com a conquista de prêmios literários, entre as quais Duarte (2003) menciona Rachel de Queiroz, Mariana Coelho, Adalzira Bittencourt e mais um sem-fim, além das que se destacaram na segunda metade do século: Clarice Lispector, Augusta Faro Fleury, Cora Coralina e outras tantas.

Na década de 1970, quando florescia no Brasil da ditadura a quarta onda feminista, o movimento teve a intrepidez de direcionar sua luta para a redemocratização do país e para a anistia, algo inacreditável para uma categoria vista por muito tempo como o sexo frágil. Nélide Piñon participou na redação do *Manifesto dos 1.000*, elaborado contra a censura e a favor da democracia brasileira. O jornal *Brasil Mulher* (Londrina, 1975) e o *Nós Mulheres* (São Paulo, 1976) defenderam a anistia e discutiram ainda a sexualidade, a prostituição, as questões trabalhistas, a participação da mulher na política e na literatura e o preconceito racial. A escritora Rose Marie Muraro fundou o Centro da Mulher Brasileira (Rio de Janeiro, 1975), e muitos núcleos de estudos femininos foram criados por associações e universidades na década de 1980.

O planejamento familiar, já em vigor no estrangeiro desde 1960, com a criação da pílula nos Estados Unidos, começa a entrar em voga também no Brasil, promovendo o prazer sexual para a mulher e a “desvinculação entre sexo e maternidade” (DUARTE, 2003). Os costumes, enfim, sofreram nessa fase uma alteração radical.

Tudo isso demonstra que a realidade das mulheres contemporâneas encontra-se bem mudada, malgrado não se possa dizer que nada conserve da antiga conjuntura. Mundialmente elas ainda ganham cerca de trinta por cento menos do que os homens, e, em todos os corpos legislativos mundiais, elas se acham até hoje sub-representadas (NORRIS, 1985). O mesmo acontece no concernente aos cargos de direção, além de serem mais oneradas do que os homens no trabalho doméstico e na criação dos filhos. Além disso, não obstante a redução da violência doméstica em face da intervenção do Estado Federal (Lei Maria da Penha), ela ainda persiste, movida pelo imaginário machista e pela força física do homem. Não se pode, portanto, radicalizar a situação feminina, nem ao extremo negativo, nem ao positivo.

## **2 SISTEMA DE GÊNEROS: ORIGEM, CONCEITOS E FORMAÇÃO DE IDENTIDADES**

Não acrediteis, minha querida filha, que seu amor [dos homens] seja semelhante ao nosso. Experimentam sem dúvida a mesma embriaguez; muitas vezes até são mais arrebatados, mas não conhecem êsse desvêlo inquieto, essa solícitude delicada que produzem em nós êsses cuidados ternos e contínuos e cujo único fim é sempre o objeto amado. O homem goza a felicidade que sente e a mulher, a que dá. Esta diferença tão pouco notada influi, entretanto, de uma maneira muito sensível na totalidade de suas condutas respectivas (CHODERLOS DE LACLOS, 1961, p. 272).

As relações entre homens e mulheres, a definição dos atributos de cada um deles e a determinação de seus papéis com base em tais atributos, ou seja, os sistemas de gênero, começaram a tomar forma a partir do desenvolvimento das civilizações (STEARNS, 2007, p. 31). Parece assentado entre os estudiosos do assunto que essa organização mostrou-se perversa para com as mulheres após a instituição da agricultura entre as sociedades, que, primitivamente, viviam da caça e coleta de frutos e raízes. Stearns (2007) explica que, nesse antigo sistema, ambos, homens e mulheres, contribuíam mais ou menos igualitariamente com bens econômicos pela via do trabalho. Segundo ele, as taxas de natalidade eram relativamente baixas, em parte, por consequência do aleitamento prolongado, e a mulher, estando relativamente liberada das funções maternas, podia então participar mais da produção. Isso a colocava, até certo ponto, em pé de igualdade com o homem. Mas o surgimento da agricultura mudou esse quadro, beneficiando o domínio masculino.

Com a melhoria na estabilidade do suprimento de víveres, e diante da necessidade de gerar braços para o trabalho agrícola, subiu a taxa de natalidade, e as mulheres passaram a ser requisitadas para as tarefas da maternidade. Consequentemente, começaram a ser relegadas às funções da gravidez e aos cuidados com as crianças, ficando excluídas do sistema de produção. Seu único privilégio nessa

paisagem foi atrelado à sua fecundidade, que as trazia ao patamar da Mãe Natureza, igualmente investida de femealidade e dos poderes da fecundação. De acordo com Stearns (2007, p. 32), “a assistência feminina era vital, mas cabia aos homens suprir a maior parte dos alimentos”, e, para isso, eles deveriam assumir a maioria das funções agrícolas. “Era o cenário para um novo e penetrante patriarcalismo”. Esse sistema, singularizado pelo domínio de pais e maridos, desenvolvera-se por volta do quarto milênio antes de Cristo na maior parte das sociedades agrícolas, e agora se aprofundava e se diferenciava em cada civilização. Definia-se, em todas elas, por crescentes formas de desigualdade entre homens e mulheres, mas cada uma colocava sobre ele o seu selo.

Beauvoir (1970) advoga, ao contrário de Stearns, que, mesmo nas hordas primitivas, os homens já desfrutavam de considerável superioridade em função de seus projetos como inventores. Eram eles que criavam os instrumentos necessários à coleta, caça e pesca, realizando-se assim como existentes. Mesmo que, do ponto de vista da sobrevivência coletiva, a mulher fosse igualmente necessária; mesmo que reunisse às penas da maternidade as duras tarefas domésticas e o papel de guerreira, não conseguia tirar disso nenhum proveito. O fato é que, nessas comunidades, pouco importava a posteridade. No nomadismo em que viviam, nada possuíam, não tinham ideia concreta de permanência e assim não se encarnavam em nada. “Não temiam a morte e não reclamavam herdeiros”. Os filhos eram fardos, e criá-los não constituía projetos como os desenvolvidos pelos homens; ao contrário, encerrava as mulheres “na repetição e na imanência” (BEAUVOIR, 1970, p. 83).

O grau de importância atribuído às mulheres no início das sociedades agrícolas também apresenta nuances entre os dois autores. Enquanto Stearns toca somente de relance na questão da femealidade como fonte de poder para a mulher, reconhecendo a crença nesse atributo como algo vital para os agricultores, Beauvoir discorre sobre o assunto para provar que é exatamente com a introdução da sociedade agrícola que a mulher se eleva na escala de valores. Essa evolução é resultante de certas visões que vigoraram anteriormente entre os nômades, principalmente, entre as sociedades de direito materno, que ignoravam o papel do pai na procriação. Segundo a crença desses povos, esta se efetivava pela reencarnação de larvas ancestrais descidas ao corpo da mulher, que se responsabilizava, daí por diante, pela conservação e nutrição do germe. O clã se propagava por meio da mulher, e isso lhe concedia uma importância tal que a propriedade comunitária transmitia-se através dela.

Nessa concepção, a mulher era assimilada à terra fértil, à natureza mãe, capaz de distribuir “ao acaso a existência e a morte”, embora o homem não ignorasse completamente “a utilidade do ato sexual e das técnicas que domesticam o solo” (BEAUVOIR, 1970, p. 88). A natureza, e, por conseguinte, a mulher eram temidas pelo homem, que então lhes devotava grande respeito e viam na maternidade uma função sagrada. A prosperidade desses grupos ficava condicionada às mulheres, pois era como se elas lhes emprestassem a alma. Sua força inspirava aos homens “um respeito misturado de terror e que se refletia no culto. Nela é que se resumia toda a natureza estranha” (p. 89).

Para Beauvoir, essa crença volta a atuar no advento das sociedades agrícolas. Afinal, com a fixação do homem ao solo e a abundância de matéria-prima, o contingente de braços para o trabalho deveria ser multiplicado. De mais a mais, surge aí a propriedade coletiva, obrigando os proprietários a reclamar para si a posteridade. Por essas razões, a maternidade passa a ser mais venerada. Entretanto, paradoxalmente, ela encerra a mulher na família, conforme já observado pela própria Beauvoir e por Stearns. Assim, no correr dos fatos, o princípio masculino volta a triunfar. E aí, sim, sua visão se coaduna com a de Stearns: a consolidação da sociedade agrícola foi a porta de entrada do homem para o domínio sobre a mulher. À proporção que caminha o seu texto, Beauvoir endossa a opinião de Stearns de que a diferenciação sexual estabeleceu-se, de fato, a partir da evolução das sociedades sedentárias, com uma divisão mais nítida das tarefas. Mesmo informalmente, se se considerar que, à semelhança dos nômades, os primeiros povos agrícolas não conheciam instituições nem o Direito.

Essas nuances de opiniões demonstram a complexidade das discussões do gênero, mas, no fim, o que todas elas destacam são as relações de poder entre um gênero e outro com base nas diferenças de força física, de anatomia, de papéis reprodutivos, produtivos e sociais.

## **2.1 O conceito de gênero e suas ambiguidades**

Na visão de Maria da Penha Santos Carvalho (2010), o conceito de gênero, criado pelas feministas de língua inglesa, pode ser tomado como uma tentativa de superar as teses deterministas, que legitimam a passagem do biológico para o ontológico (inerente ao ser), consolidando a superioridade *natural* do masculino sobre o feminino. O objetivo do conceito é exatamente quebrar essa visão ontológica, que julga a condição

inferior da mulher como algo “natural, inevitável, universal e imutável”, e o controle masculino como necessário e justo. Pretende-se, com ele, combater o reducionismo e chamar a atenção para “a construção social e histórica dos sexos” (CARVALHO, 2010, p. 85).

Entretanto, Judith Butler (apud NOGUEIRA, 2001, p. 39) não se mostra confiante na eficácia do conceito, porquanto ele não está isento das exclusões oriundas do binarismo feminino/masculino. Ela chama a atenção para o fato de que “certas configurações de gênero tomam o lugar do ‘real’ e consolidam sua hegemonia através [da] autonaturalização exitosa”.

Mariana de Moura Coelho (2010, p. 34) também transcreve uma fala da autora segundo a qual “a crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significante masculina, mas também deve permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo”. A ausência dessa autocrítica levaria a afirmações falhas de uma suposta verdade e à reprodução de modos de pensar patriarcais.

No mesmo tom, Nogueira (2001) demonstra a visibilidade e a sobrevalorização conferida às mulheres nas perspectivas iniciais dos movimentos feministas e conclui pela adequação dos estudos de gênero que tragam homens e mulheres a um mesmo patamar durante suas relações.

Mas o que se entende exatamente por gênero? Pinto (2004, p. 37) acentua que ele é uma “constituição cultural do feminino e do masculino, o que possibilita pares relacionais diversos: homem-homem, mulher-mulher e homem-mulher”. Normalmente, quando se pensa em gênero, evoca-se o corpo, mas é bom ter em mente que corpo “não é anatomia; corpo é antes de tudo *significados*. Gênero é, [assim], uma maneira de implicar o corpo no político” (p. 34, grifo da autora).

Bourdieu (2002, p. 27) afirma que ele tem apenas “uma existência *relacional*”: cada um dos dois gêneros é produzido “como *corpo socialmente diferenciado* do gênero oposto [...], isto é, como *habitus* viril, e portanto não feminino, ou feminino, e portanto não masculino” (grifo do autor). Nessa percepção, o gênero não é biológico, como o sexo, e, portanto, é uma violência apresentá-lo como natural, binário e hierarquizado. Não se pode atribuir características estanques ao masculino e ao feminino, sob pena de fazer deles um destino ditado pela cultura.

A construção do gênero seria a definição da feminilidade e da masculinidade dentro do contexto social, embora associando-as com as “categorias, biologicamente determinadas, de indivíduos” (NOGUEIRA, 2001, p. 177). O gênero, portanto, não é

uma inevitabilidade biológica. Ele é “influenciado pelas escolhas individuais, moldado pelas pressões institucionais e [...] compreendido apenas no contexto da interação social” (DEAUX apud NOGUEIRA, 2001, p. 177).

Carvalho (2010) chama a atenção para essas construções que destacam o caráter social e dinâmico do gênero, bem como as diferenças e discriminações baseadas no sexo, e mostra que nem todos estão de acordo com elas. Uma das opiniões adversas mais conhecidas é a de Judith Butler.

Butler enfatiza que a diferença sexual não é meramente um fato anatômico, uma vez que a construção e a interpretação da diferença anatômica é, ela própria, um processo histórico e social. Que o macho e a fêmea da espécie humana diferem é fato, mas é um fato também construído socialmente (CARVALHO, 2010, p. 86).

No fim, diz Carvalho, é o par sexo/gênero que se encontra em permanente construção, e não o gênero somente. Na verdade, o que incomoda Butler (apud CARVALHO, 2010, p. 86) é essa “pretensão de tornar nítida, simples, uma distinção que, por si só, é nebulosa e não está isenta de ambigüidades”. Para ela,

as categorias de sexo e gênero são quase sinônimas, no sentido de que ambas são passíveis de desconstrução. [...] nada existe de exclusivamente natural quando se trata de identidade sexual, sexualidade, relações homossexuais ou entre sexos diferentes. Tudo nesse terreno é construído socialmente e interpretado a partir da cultura. Aliás, é por meio de processos culturais que definimos o que é – ou não – natural (CARVALHO, 2010, p. 88).

A mediação da cultura é imprescindível a tudo o que diz respeito à sexualidade, cujo caráter é construído dentro de sua dimensão social e política. O “sexo”, portanto, é consequência de uma norma, de “uma prática regulatória”, pela qual é produzido e governado. Os corpos são controlados, demarcados e diferenciados por essa norma reguladora que os produz. Assim, a materialização do “sexo” é imposta: ele também é um constructo ideal “forçosamente materializado através do tempo” e das normas (BUTLER, apud CARVALHO, 2010, p. 89).

Partindo dessa perspectiva, torna-se inapropriado dizer que as características anatômicas e fisiológicas inerentes ao sexo são fixas e naturais, e somente as

pertencentes ao gênero são mutáveis ao longo do tempo e do espaço – por constituírem características e papéis sociais atribuídos pelas diferentes sociedades ao masculino e ao feminino. Ou seja, assim como as diferenças de gênero, também as sexuais “são indissociáveis de uma demarcação discursiva, [e] a categoria do sexo é, desde o início, normativa” (BUTLER apud CARVALHO, 2010, p. 88). A sexualidade foi algo historicamente elaborado. “As identidades de gênero *e sexuais* – como todas as identidades sociais (de raça, nacionalidade, classe) – são compostas e definidas por relações sociais”, por redes de poder (CARVALHO, 2010, p. 89, grifo nosso). As identidades, inclusive sexuais, são, portanto, políticas.<sup>1</sup>

Com essas formulações, Butler (2007, p. 83-84) demonstra que, embora o “sexo” constitua

la base material o corporal en la que interviene el género como un acto de *inscripción* cultural, [...] el género no está escrito sobre el cuerpo de la misma forma en que el instrumento torturador de escritura de “La colonia penitenciaria” de Kafka se circunscribe de forma ininteligible sobre la carne del acusado. La pregunta no es ¿qué significado implica esa inscripción?, sino ¿qué aparato cultural concierta este encuentro entre instrumento y cuerpo, y qué intervenciones son posibles en esta repetición ritualista? (Grifo da autora).

Portanto, para Butler (2007), haveria, de fato, uma descontinuidade radical nessa distinção sexo/gênero, o que a leva a uma forte desconfiança no binarismo: nada garante que as categorias homem e masculino possam ser representadas unicamente por corpos masculinos, ou que as mulheres possam aparentar somente corpos femininos. Além disso, se existe dúvida quanto ao sexo binário, “no hay ningún motivo para creer que también los géneros seguirán siendo sólo dos” (p. 54). Essa a ambiguidade detectada pela autora nos estudos de gênero baseados em tal distinção.

Butler investiga ainda a possibilidade de um determinismo tão presente na categoria gênero quanto na categoria sexo. O gênero poderia construir-se de várias formas, ou sua construção implicaria algum tipo de determinismo social capaz de impedir o agente de atuar e transformar-se levado pela vontade própria? Em alguns estudos, assevera a autora,

---

1. A respeito do caráter político das identidades sexuais e de gênero, ver Louro (2007).

la afirmación de que género está construído sugiere cierto determinismo de significados de género inscritos en cuerpos anatómicamente diferenciados, y se cree que esos cuerpos son receptores pasivos de una ley cultural inevitable. Cuando la cultura pertinente que “construye” el género se entiende en función de dicha ley o conjunto de leyes, entonces parece que el género es tan preciso y fijo como lo era bajo la afirmación de que “biología es destino”. En tal caso, la cultura, y no la biología, se convierte en destino (BUTLER, 2007, p. 57).

## **2.2 Sexo/gênero dentro da “política de identidades”**

Afirmar que a sociedade está em constante transformação é cair na redundância; no entanto, é preciso assinalar o aceleramento das transformações sociais operadas a partir da década de 1960 se quisermos destacar a relevância do fator para o surgimento de novas identidades de gênero e sexuais. Louro (2007, p. 10) chama a atenção para esse contexto, diferenciado pela renovação das tecnologias reprodutivas, com “novas formas de gerar e de nascer”, pela informatização e, sobretudo, pelas “possibilidades de transgredir categorias e fronteiras sexuais”. Para ela, essas novidades foram responsáveis pela emergência das novas identidades, que desencadearam intensos debates e o nascimento simultâneo do que Stuart Hall denomina “política de identidades”.

A influência do progresso nas identidades de gênero oferece respaldo à tese de Butler (2007) de que os corpos ganham sentido socialmente. Louro (2007, p. 11), com certeza, alude a essa tese quando afirma que “a inscrição dos gêneros nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura”.

Quando se inscreve um gênero em determinado corpo, traça-se a principal forma de identificação do sujeito que habita esse corpo. As identidades sexuais e de gênero são, de acordo com Louro (2007), a referência mais segura sobre um indivíduo, constituindo, portanto, a sua essência. Tanto que a decisão de mudar essas identidades não é jamais tranquila, embora constitua um direito pessoal. Além de temer “a ameaça de dissolução que implica não ter uma identidade fixa” (p. 13), o indivíduo tem consciência da rejeição mostrada pela sociedade a esse tipo de mudança. Alterar a identidade sexual, por exemplo, através de cirurgia ou da variação de posturas, seria transgredir uma fronteira considerada intransponível. É como se o sujeito dessa decisão estivesse cometendo uma fraude, um insulto à norma, já que, nas sociedades ocidentais, não se admite a fluidez da sexualidade, vista como algo definitivo.

Acima dessas razões, ou ao lado delas, situa-se a necessidade de algo que dê fundamento às ações do sujeito, como diz Louro, e esse então se vê impulsionado a formar uma biografia própria que lhe garanta coerência. O corpo se torna, portanto, sua mais concreta biografia, donde a afirmação de que ele é a referência central de um indivíduo. Para Weeks (apud LOURO, 2007, p. 14), “o corpo é visto como a corte de julgamento final sobre o que somos ou o que podemos nos tornar”, e isso nos deixa assaz “preocupados em saber se o comportamento generificado corresponde aos atributos físicos”. Assim se espera que a identidade seja ditada pelo corpo “sem ambigüidades nem inconstância” (LOURO, 2007, p. 14).

No entanto, Butler já demonstrou o equívoco dessa ideia de identidade puramente biológica, além do que os desejos e as necessidades que alguém experimenta podem estar “em discordância com a aparência de seu corpo” (LOURO, 2007, p. 14). No frígir dos ovos, “os corpos não são tão evidentes como usualmente pensamos”, nem as identidades são uma decorrência direta das evidências que enxergamos neles (p. 15).

Conscientes de que são identificados essencialmente por meio do corpo, os indivíduos procuram adequá-lo às imposições culturais de seu grupo de pertença, adotando os critérios estéticos, higiênicos e morais desse grupo. Através de “cuidados físicos, exercícios, roupas, aromas, adornos”, gestos e maneiras afetivas, eles inscrevem nos corpos marcas de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação. Os “outros” treinam seus sentidos “para perceber e decodificar essas marcas e aprende[r] a classificar os sujeitos” (LOURO, 2007, p. 15).

As precauções referidas são uma forma de evitar a exclusão do sujeito pelo seu grupo. Essa exclusão pode ocorrer durante um processo de identificação, em que, naturalmente, os grupos se opõem e se enxergam como diferentes. Não há identificação satisfatória sem que um sujeito se oponha a outro. Louro diz que essa confrontação implica a instituição de desigualdades e hierarquias, que são cristalizadas através das redes de poder atuantes numa sociedade.

As redes de poder que atuam na construção simbólica das identidades lançam mão de “um trabalho de construção prática, que impõe uma *definição diferencial* dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero” e, em particular, ao gênero polimorfo (BOURDIEU, 2002, p. 26). Esse trabalho persegue a “transformação profunda e duradoura dos corpos” (p. 26), de onde conclui Bourdieu que o homem viril e a mulher feminina são, na verdade, “artefatos sociais”.

Discorrendo sobre a identidade social, Denys Cuche (2002) compartilha com Bourdieu a ideia de que o processo de identificação é atravessado pela inclusão e exclusão. Nesse processo, um grupo é identificado e ao mesmo tempo diferenciado de outro com base nos traços pertinentes a cada um: são membros de um grupo “os que são idênticos sob certo ponto de vista”, e esse se destaca do outro, cujos membros mostram-se “diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista” (CUCHE, 2002, p. 177). O “outro” é aquele ou aquela “que não partilha dos atributos que possuímos”, nos termos de Louro (2007, p. 15). Aqui se abre a “distinção nós/eles, baseada na diferença cultural” (p. 177), bem como uma relação entre sujeito (nós) e objeto (eles).

Esses raciocínios indicam que, conforme assevera Louro (2007, p. 15), “o reconhecimento do ‘outro’ [...] é feito a partir do lugar social que ocupamos”. As identidades distintivas instituídas pela arbitrariedade cultural “se encarnam em *habitus* claramente diferenciados segundo o princípio de divisão dominante, [sendo] capazes de perceber o mundo segundo esse princípio” (BOURDIEU, 2002, p. 27). Aquele que encarna o *habitus* viril enxergar-se-á como o essencial, ao passo que o *habitus* feminino concordará em ser o inessencial, aceitando as imposições do primeiro.

Carvalho (2010) também se refere ao tema e afirma que a identidade desse “outro” é estabelecida (imposta) por intermédio de mecanismos de obscurecimento e desvalorização das diferenças. Enfim, esse é o posicionamento dos quatro autores: Carvalho, Cuche, Louro e Bourdieu.<sup>2</sup> Na opinião de Louro, os diferentes grupos sociais usam a representação para criar sua identidade e a dos demais grupos. As várias representações circulam e produzem efeitos sociais, mas algumas (as dos grupos “que ocupam posições centrais”) ganham tamanha visibilidade e força “que deixam de ser percebidas como representações” e passam a confundir-se com a realidade (LOURO, 2007, p. 16). Tanto que esses grupos não precisam se explicar, ao contrário dos que estão à margem. Eles se tornam a própria norma, por estarem de acordo com os padrões culturais, e por isso podem falar por si, pelos outros e sobre os outros. Impõem como padrão sua estética, sua ética e sua ciência, renegando as manifestações dos demais grupos.

Cuche (2002) aborda esse mesmo tema falando da dominação caracterizada de um grupo sobre outro nas relações entre povos diferentes. Segundo ele, os grupos minoritários são estigmatizados pelos majoritários, e, vendo nestes sua referência, os

---

2. Cf, também, Woolf (1928, p. 45-46).

dominados acabam reconhecendo para si a diferença negativa. Podem, inclusive, chegar ao desprezo por si mesmos. Esses fenômenos são frequentes, ligando-se à “interiorização de uma imagem de si mesmo construída pelos outros” (p. 184). Daí a afirmação de que todas as identidades são políticas e dependentes de relações de poder.

“Esses mecanismos operam, fortemente, no campo da sexualidade” (LOURO, 2007, p. 17), dentro do qual se elege como referência uma única forma para todos os sujeitos: a heterossexualidade. “Conseqüentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais” (p. 17), portanto, desviantes. Em relação a homens e mulheres, os primeiros é que marcam o padrão – mais precisamente, os brancos, de classe média urbana e cristãos. As mulheres, por sua vez, constituem o segundo sexo. A propósito da expressão, Beauvoir (1970, p. 10) menciona igualmente o fato em sua conhecida observação de que “a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”.<sup>3</sup>

---

3. Diferentemente, Luce Irigaray (apud BUTLER, 2007, p. 61) sustenta que “tanto el sujeto como el Otro son apoyos masculinos de una economía significativa, falocéntrica y cerrada, que consigue su objetivo totalizador a través de la exclusión total de lo femenino”. Para Irigaray, o “sexo” feminino é “uma cuestión de *ausencia* lingüística, la imposibilidad de una sustancia gramaticalmente denotada” [nem chega a ser o outro]. Ele “evita las exigencias mismas de representación” (p. 61, grifo da autora). Nessa segunda parte da fala, a autora segue de perto o raciocínio de Louro, de que certos grupos perdem para outros suas representações.

### **3 O PAPEL DOS DISCURSOS NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO**

A mulher americana está vencendo a batalha dos sexos. Cresce como uma adolescente e confunde os que a criticam... Deixando de ser uma imigrante psicológica no universo masculino, surge sem alarde como a terceira fôrça de trabalho dos Estados Unidos, menos inclinada a uma “grande carreira” do que a adquirir um enxoval e comprar um nôvo congelador para a família. Cede graciosamente aos homens os lugares mais importantes. Esta criatura maravilhosa casa-se mais cedo que nunca, tem mais filhos, e aparência e maneiras muito mais femininas do que a emancipada jovem da década de vinte, ou mesmo de trinta. Executa os trabalhos domésticos, seja espôsa de operário metalúrgico ou universitária das classes abastadas... Hoje, tendo feito uma opção “antiquada”, preferindo cuidar de um jardim e uma ninhada de filhos, deve mais que nunca ser louvada (LOOK apud FRIEDAN, 1971, p. 54).

A direcionar-se pelas demonstrações de Nogueira (2001), a construção da realidade social, e do mesmo modo a sua desconstrução, dependem da linguagem utilizada nesses misteres. Isso significa que as perspectivas teóricas e práticas empregadas por determinados atores sociais para regular e controlar outros atores podem ser por estes rechaçadas, de forma a gerar a transformação, isto é, a reconstrução social.

Os argumentos da autora caminham no sentido de demonstrar que os indivíduos “manipulam a linguagem e o discurso para os seus próprios fins” (p. 93), usando para isso “repertórios interpretativos”: sua compreensão dos esquemas linguísticos empregados na descrição dos acontecimentos (POTTER e WETHERELL apud NOGUEIRA, 2001).

No concernente ao discurso, sua definição leva a supor que ele seja uma forma de apropriação pessoal dos repertórios. Citando Burr, a autora traz à luz o conceito fornecido por ele de que o discurso é a representação do mundo social e dos outros na ótica individual. Constitui aquilo que se pensa e diz e também aquilo que se sente e se faz. Localizar relações de poder através do discurso, num texto escrito, levará à percepção da situação social vivenciada no texto. Nos contos selecionados aqui, são pouquíssimos os exemplos de discurso empregado para efetivar a atuação do poder masculino e a naturalidade com que esse poder é acolhido. Desta sorte, nosso objetivo de demonstrar tal aplicação do discurso parece frustrado à primeira vista. Mas a ação dele se encontra, na verdade, implícita nas ações dos personagens, por meio das quais percebemos esse mecanismo em funcionamento. Por instantes, encontramos as personagens como que abonando atitudes de assédio sexual e de possessividade sobre elas. Em um dos contos, “Agenor da Bita do Totõe do Vau Grande”, a masculinidade do personagem é sempre afirmada pela voz narrativa, especialmente, quando ela menciona que homem não aguenta ficar sem mulher. Aliás, essa afirmativa é declarada em discurso indireto livre, misturando a visão do narrador e do personagem de modo a emprestar-lhes unanimidade de opinião. Mas realmente passagens desse tipo são raras nos contos. De sorte que, para deduzir a força dos discursos no abono de atitudes tais, emprestamos de teóricos usados nesta pesquisa a asserção segundo a qual a ordem masculina e o não questionamento dessa ordem já são automaticamente aceitos. Já se tornaram tácita realidade, dispensando até mesmo discursos que os afirmem.

As versões criadas sobre um acontecimento, um objeto ou sujeito dependem da intenção de seus formuladores, podendo haver, para um mesmo fenômeno, várias descrições diferentes. A variabilidade das versões criadas nos discursos denota que as descrições nem sempre são exatas, podendo ser apenas retóricas ou falsas. Isso significa que as imagens do masculino e feminino, bem como o tratamento dado a cada um nos contos, não constituem uma verdade única, podendo e devendo ser apropriados pelo leitor de acordo com outras leituras e com seu entendimento. Cada discurso reivindica a credibilidade na natureza que ele fornece a um objeto; mas, evidentemente, essa natureza é diferente daquela que outro discurso forneceria.

Pelo exposto, a forma como um objeto é representado no discurso pode ter uma realidade distinta da que teria fora do âmbito discursivo. O discurso fornece significados com destino certo, podendo, inclusive, estar a serviço de uma ideologia ou de um poder.

De acordo com Parker (apud NOGUEIRA, 2001), ele pode associar-se às estruturas e práticas sociais com o fim de mascarar as relações de poder operantes numa sociedade.

É o que ocorre com os discursos da sexualidade, que se prestam aos interesses do meio em que são veiculados. Nesse particular, as teses essencialistas referidas anteriormente são bem ilustrativas, de acordo com os esclarecimentos de Nogueira (2001). Segundo ela, não só a medicina do corpo, mas igualmente a psicologia e outras ciências sociais e humanas, apegaram-se às diferenças de natureza para justificar o lugar da mulher como sendo a esfera familiar e a maternidade. Citando Crampe-Casbanet, Nogueira fala da crença na inferioridade sexual e intelectual da mulher como aspectos naturais, que geram a definição de seu papel como algo também natural: “a mulher, sã e feliz, é a mãe de família, guardiã das virtudes e dos valores eternos” (p. 174-175). Aqui o corpo da mulher é um pretexto para destiná-la à inferioridade social.

Nogueira descobre esse tipo de essencialismo atuando em pleno século XIX, inclusive, na psicologia social. Percorrendo os estudos de Sandra Bem, a autora fala da crença ocidental no androcentrismo, em que a vida cultural e social organiza-se de acordo com a “polarização de gêneros” (NOGUEIRA, 2001, p. 176). Ou seja, as diferenças de gênero são tratadas “como consequências naturais e inevitáveis das naturezas biológicas intrínsecas a homens e mulheres” (BEM apud NOGUEIRA, 2001, p. 176). E, em face delas, ambos ficam rigidamente separados e limitados a ações próprias de cada um, mesmo que estejam capacitados a realizar aquilo que está designado para o outro.<sup>1</sup>

Esse tipo de discurso sobre os sexos esteve presente desde a Idade Média e o Renascimento, chegando até a Modernidade (tomada como o período que se inicia na revolução industrial), e diferiu muito pouco de uma época à outra. É o caso da análise marxista do casamento e da família, elaborada pela economia capitalista. O arranjo sugerido por essa economia pode ser de seu exclusivo interesse, desconsiderando o dos indivíduos, que bem poderiam escolher outras formas de vida. Em realidade, o que o capitalismo tem em mente com a união conjugal é a sua própria manutenção, que depende da família (monogâmica e heterossexual).<sup>2</sup> As mulheres, além de assegurar a

---

1 Butler (2007, p. 38) também faz menção aos “intereses políticos que hay en señalar como *origen y causa* las categorías de identidad que, de hecho, son los *efectos* de instituciones, prácticas y razonamientos de origen diverso y difuso” (grifos da autora).

2 A monogamia não foi, entretanto, instituída pelo capitalismo. De forma alguma. Mais adiante se verá que no antigo período imperial ela já era requerida, por exemplo, como meio pelo qual o homem dava

reprodução gratuita, produzindo trabalhadores, garantem a estabilidade afetiva e, portanto, a manutenção da família; no outro polo, seus maridos representam “uma força produtiva eficaz” (NOGUEIRA, 2001, p. 102). Nesse modelo familiar, o amor romântico é imprescindível.

Aliás, mesmo nos meados do século XX, já avançada a era industrial, o capitalismo ainda se valerá do casamento, desta vez, para escoar sua produção no mercado. Pelo menos é o que esclarece Friedan (1971) ao falar das estratégias da *mídia* nessa época para promover a união conjugal e atar a mulher à casa, onde então passaria a consumir, por necessidade ou frivolidade. A autora demonstra como a ciência e a *mídia* são acionadas para promover o regresso da mulher americana ao lar entre as décadas de 1950 e 1960. Depois de conclamadas a controlar a natalidade e a participar da produção e do mundo do trabalho, por razões econômicas, as norte-americanas são coagidas a casar e procriar para novamente se confinarem no espaço doméstico. E, mais uma vez, as razões são econômicas, pois o excesso de produção industrial no período requer consumidores. A alternativa é bombardear as donas de casas e as jovens com propagandas de eletrodomésticos, de objetos decorativos, de frivolidades da moda e toda a parafernália destinada ao sujeito feminino, visto como consumidor potencial; ao contrário do homem, sujeito produtor. Foi nesse clima que as revistas femininas, a televisão e toda a *mídia* uniram-se à psicologia, à sexologia, à obstetrícia, à ciência, enfim, para produzir um discurso convincente sobre a destinação da mulher ao lar. Foi aí que se produziu a “mística feminina”, uma espécie de crença na felicidade e realização da mulher mediante o devotamento ao marido (amor romântico) e aos filhos. Da mulher que não necessitava produzir, mas, ao contrário, deveria consumir para viver confortavelmente, ser bela e feliz.

Certamente a imagem do amor não deixou de ser explorada também aqui, embora, pelo que demonstra Friedan (1971, p. 44), o romantismo no casamento não se encontrasse muito em alta: “as mulheres eram censuradas por permitirem que os maridos ajudassem nas tarefas domésticas, em lugar de estarem liderando o país e o mundo”.

Mostrar essa manipulação do casamento e do amor romântico não significa acreditar que em outras épocas da história, de modo automático e natural, os indivíduos

---

provas de seu domínio de si e, por conseguinte, de sua capacidade para o governo político (FOUCAULT, 1984).

não sentissem esse tipo de amor. Presume-se que, sendo próprias dos humanos, as manifestações românticas sempre existiram, adequando-se a cada período da história. Tanto que Coutinho (1990, p. 143), ao abordar o Romantismo como estilo de época, vê a necessidade de distingui-lo do estado de alma romântico, uma constante universal manifesta em artistas de diversos tempos e nações, desde a Antiguidade Clássica (Ovídio, Horácio e Dante, por exemplo) e a literatura lírica da Idade Média (cantigas medievais). O instante supremo de realização do estado romântico através da arte será no século XVIII, quando a Escola Romântica emerge na sociedade burguesa europeia, no seio do capitalismo. Mas suas manifestações são, de fato, muito mais antigas. É certo que esse estado envolvia diversos aspectos, como a valorização do pitoresco e da fantasia, mas o amor romântico era seu tempero mais forte. E pode-se afirmar que, ainda nesse momento de auge, o estado romântico, e, portanto, o amor, foi colocado em voga a serviço de um ideal: romper com o primado da razão, predominante nos clássicos antigos.

Como se verá mais adiante, Foucault (1985) também localiza no período imperial da Antiguidade a poesia do amor conjugal presente em escritos da época que deixam entrever a paixão no casamento. Esses escritos datam do segundo século da era cristã, período em que a moral e a medicina requeriam o amor romântico entre os cônjuges como forma de garantir o monopólio sexual para ambos e conseqüentemente a saúde do corpo (o cuidado de si). Ainda aqui há manipulação, mas os escritos eram testemunhos reais (cartas), e o autor faz questão de frisar que a afeição no casamento sempre existira, a despeito da superioridade do homem da era clássica.

Ou seja, embora presumível em todo ser humano, o amor é requisitado, sim, por organismos que dele dependam para melhor realizar seus interesses. Com o capitalismo industrial não será diferente, nos momentos em que ele necessita das famílias, sob cuja estrutura a produção e o consumo se organizam melhor e se expandem mais. Mas, apesar desses dispositivos manipuladores, sempre é possível ao indivíduo contestar por intermédio de outros discursos. Segundo Foucault (2008), o poder e a resistência operam simultaneamente, representando a chave para as mudanças pessoais e sociais.

A teoria marxista explora também a anatomia como argumento naturalizante, baseando-se nela para a divisão sexual do trabalho. Essa divisão orienta-se pela visão de mundo androcêntrica, que, segundo Bourdieu (2002), institui o falo como ponto de honra, conferindo ao homem uma posição de liderança no mundo do trabalho e em todo o cosmos. Trata-se de uma construção arbitrária do biológico e do corpo, de seus usos e

funções, e que acaba adquirindo *status* de ordem natural. Para Bourdieu (2002), a oposição instituída entre os gêneros é criada pela representação social, e não pelas leis da anatomia, e portanto seu valor é simbólico.

Como demonstra Beauvoir (1970), essa ordem é legitimada pela perpetuação de vários mitos, como a polarização atividade/passividade usada para referir-se, respectivamente, ao homem e à mulher. Esses extremos são justificados pela mobilidade atribuída ao espermatozoide em contraposição à inércia do óvulo, que, imóvel, espera a ação do outro para ser fecundado. E, absurdamente, em função desses atributos, discursos como o científico e o filosófico – que, nos primórdios, concentraram-se nas mãos dos homens – entraram em funcionamento para entregar a estes a direção da política, da ciência, das artes, do mundo, enfim; no polo oposto, ficava a mulher, ser “passivo e inerte”, e, por isso, incapaz de realizações tais. Por isso e pela ininterruptão de sua fertilidade: as maternidades repetidas consumiam ao máximo suas forças e seu tempo. A ela, e por extensão às mulheres de todos os tempos, o confinamento entre as paredes do lar, único destino compatível com sua natureza.

Na esteira dos discursos mitológicos que perpetuam a ideia do par homem ativo/líder e mulher passiva/liderada, situa-se a referência de Camille Paglia (1990) às figuras dos deuses Apolo e Dioniso. Simbologia da mulher na perspectiva de Paglia, Dioniso é a “fluidez ctônica [da terra, original] da natureza, por ser identificado com líquidos (sangue, vinho etc.)”. A seu turno, Apolo, deus masculino, “dá forma e contorno, distinguindo um ser de outro” (p. 39). Assim, ao dar forma às coisas, o homem encontra seu lugar no mundo, sente-se um deus que está sempre criando, fazendo coisas, e assim adquirindo poder. Já a mulher é apenas uma forma indefinida, e seu único poder advém do terror que ela desperta no homem quando comparada por ele à natureza em função da fertilidade imanente a ambas. Ao olhar para a mulher, o homem sente o mesmo pavor que lhe infunde essa natureza ctônica, horrenda, indomável.

Trata-se de discursos que conferem aos homens e mulheres diferentes posições e os convidam, ou obrigam, a desempenhar papéis também diferentes, como explica Nogueira (2001). Entre outras ligações, eles vinculam, razão com masculinidade, de um lado, e emoção com feminilidade, de outro. Dentro desse raciocínio, a ciência, algo lógico e objetivo, é reservada aos homens e negada às mulheres, que enfrentarão problemas de identidade caso resolvam enveredar-se nessa área proibida: serão tidas por inadequadas, “mulheres-homens” ou “más cientistas” (NOGUEIRA, 2001, p. 100).

Pinto (2004) também lembra o discurso já bem-assentado de que a mulher pode ser definida por meio da maternidade, e os únicos vínculos que lhe são permitidos são os maternais. Assim se produzem discursivamente vários tipos de mães com o propósito de “manter a maternidade como lugar básico do sujeito ‘mulher’ ” (p. 35): se não têm filhos, elas se tornam, por imposição convencional, mães de seus companheiros, de seus pais, de seus irmãos, alunos etc. etc. Isso mostra que as identidades se formam através da linguagem e que os discursos estão, de fato, conectados com a organização e o funcionamento da sociedade.

As consequências dos discursos mostram a propriedade da tentativa dos movimentos feministas de retirar o sentido do corpo dos limites anatômicos para inscrevê-lo no âmbito político. O corpo feminino visto como algo biológico, e não cultural e político, exclui da categoria “mulher” todas aquelas que não se encaixam na definição estável de feminino: as que não são e nem pretendem ser mães, as homossexuais, as detentoras de grande força física, as não emotivas etc. O mesmo vale para a categoria “homem”, de igual modo, excludente quando tomada numa visão estanque. Aliás nem mesmo a cultura pode funcionar como definição das especificidades de homens e mulheres, se se levar em conta que os comportamentos culturais variam, não apenas de uma sociedade para outra, mas também dentro de uma mesma sociedade, entre classes e entre raças. Ou seja, como adverte Judith Butler (2007, p. 55), não há procedência no pensamento segundo o qual o gênero está para a cultura como o sexo para a natureza. Afinal as culturas variam, sem dizer que o significado discursivo/cultural de gênero pode misturar-se com o sentido de “sexo natural”, que lhe é atribuído originalmente (NOGUEIRA, 2001).

Em relação aos efeitos do discurso e da ideologia na arbitrária divisão dos sexos e na dominação masculina, Bourdieu (2002) tem uma atitude mais restrita. É preciso lembrar também, diz ele, as condições sociais de possibilidade dessa ordem estabelecida. Atentar para as condições de possibilidade de uma dada ordem seria perceber os “mecanismos profundos” que a produzem, incluindo-se nesses mecanismos “a lógica reprodutora do sistema educacional” (p. 10). Esse sistema e tantos outros que ratificam a dominação masculina apoiam-se na “experiência dóxica” dos cidadãos, ou seja, em sua referência ao mundo e sua atitude natural perante ele.

Mas, em nossa opinião, é preciso ter em conta que a naturalidade com que os indivíduos percebem e endossam o curso do mundo é decorrente da ordem social, montada exatamente de modo a ser reconhecida e ratificada por eles. No fim, o que

Bourdieu pretende valorizar nesse debate é que a sustentação dessa ordem decorre não só dos discursos, mas também dos mecanismos profundos que a constroem.<sup>3</sup> Entre os vários mecanismos citados pelo autor, estão a divisão social do trabalho, dentro da qual se delimitam atividades, locais e instrumentos; e a atribuição de espaços específicos a homens e mulheres (mercado, assembleia e casa, por exemplo).<sup>4</sup>

Nesse ponto da discussão, as proposições de Bourdieu encontram-se expressamente com as dos estudiosos das identidades que se referem à desnecessidade de justificação da ordem dominante. Louro (2007) e Cuche (2000) mostraram que essa ordem é automaticamente reconhecida pelo lado oposto, que se apaga e se despreza em face dela. Bourdieu (2002, p. 11) apela para a mesma evidência dizendo que “a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”. É impressionante, ressalta, “que praticamente não se encontrem mitos justificativos da hierarquia sexual” (p. 11). A naturalidade do privilégio masculino seria, assim, uma consequência dos mecanismos profundos, e nem tanto dos discursos.

Salvo engano, certos comentários soam meio intrigantes quando se ligam passagens dessa discussão a outras posteriores. Ao tratar da acumulação do capital simbólico (a honra, por exemplo), Bourdieu fala da ilusão de se imaginar que ele possa reproduzir-se “por sua própria força e fora da ação de agentes situados e datados” (p. 50). A economia de bens simbólicos exige, daqueles que a realizam, um trabalho social, com ações destinadas a produzir agentes ativos (homens) e passivos (mulheres). Os agentes dessas ações são situados por Bourdieu num momento anterior, quando ele fala da necessidade de um trabalho incessante para a construção das estruturas dominantes: são os homens, com a sua violência, e as instituições.

Fica evidente, nesses trechos, que a acumulação de bens simbólicos conta, realmente, com ações mais substanciais do que os discursos, e essas ações são nomeadas como “trabalho”. Uma das formas desse trabalho é a violência mantenedora da estrutura de dominação. Mas, se pensarmos, por exemplo, na elaboração de normas reconhecidas como violentas, teremos de admitir que estas são, antes de tudo, discursos.

---

3 Os estudiosos que dão ênfase ao poder dos discursos também não deixam de ter razão, já que lembrar esse poder não significa desconhecer os mecanismos profundos, e sim pressupor que são acionados pelos discursos.

4 O autor se refere nesse estudo à sociedade cabila, analisada por ele nas décadas de 1950 e 1960. Segundo ele, a visão falonarcísica descrita aqui se encontrava em pleno funcionamento à época, como resultado do inconsciente androcêntrico.

Os costumes naturalizados, da mesma forma, estruturam-se sobre discursos (dominantes), não podendo existir sem eles. Todas as experiências humanas, aliás, materializam-se na linguagem, no discurso. Os discursos não continuariam então na base dos mecanismos de legitimação?

De mais a mais, ao tratar da construção social dos corpos, Bourdieu afirma que a ação empreendida no processo “não assume, senão muito parcialmente, a forma de uma ação pedagógica explícita e expressa. Ela é, em sua maior parte, o efeito automático e *sem agente*, de uma ordem física e social inteiramente organizada segundo o princípio de divisão androcêntrico” (p. 27, grifo nosso). Ora, a ação de construir o corpo segundo tal princípio não é uma forma de acumulação de capital simbólico? Esse acúmulo demanda ou não a ação de agentes situados? O que particularmente conseguimos compreender, juntando as passagens, é que, de fato, esses agentes existem, mas sua ação é subentendida, implícita, nos mecanismos profundos das instituições.

### **3.1 Discursos legitimadores da ordem masculina na perspectiva de Michel Foucault**

Dos autores que mencionaram discursos empregados para justificar a relação de poder desigual entre homens e mulheres, destacamos Michel Foucault, que procura explicar essa relação resgatando a história da sexualidade. Suas investigações nesse campo abarcam desde a filosofia clássica, passando também pela moral imperialista (ou helenística) para chegar à era cristã. Na abordagem de Foucault, assim como nas dos demais autores, sobressaem as diferenças anatômicas como origem do fenômeno. Dessas diferenças é que, normalmente, se ramificam as demais, derivando sérias implicações domésticas, políticas e sociais, entre elas, a divisão sexual do trabalho.

A *História da sexualidade*, narrada por Foucault, revela, como as outras narrativas, que a problemática existente dentro das relações de gênero sempre acompanhou a humanidade. O que variou de um período a outro até a contemporaneidade foi o grau do problema, que os próprios filósofos, bem como a religião, trataram de amenizar ao longo do tempo (paradoxalmente às suas primeiras ações).

A restrição da liberdade sexual do homem é o exemplo primacial da busca de equilíbrio nas relações entre ele e a mulher. Foucault apresenta o dado em pormenores,

ênfatizando a influência grega nesse campo nos períodos clássico, imperial e moderno. Um detalhe, porém, salta constantemente no relato das restrições que vêm cercear o homem: elas decorrem de razões morais e políticas mais do que pessoais e afetivas, pensando-se no homem mais do que na mulher.

Já no século IV e no início do século III a. C., as leis platônicas impuseram autoritariamente aos esposos uma moderação tal que eles só poderiam ter como parceira sexual a própria esposa. Mas essa exigência, segundo Foucault (1984, p. 210), “não era efeito de um engajamento pessoal” que eles contrairiam com as esposas, e sim uma “regulação política”. A moral familiar nas leis de Platão atende às necessidades do Estado. “O bom casamento é aquele que é útil para a cidade”, em benefício da qual os filhos devem ser “os mais belos e os melhores possíveis” (p. 211). As uniões deveriam, de todas as formas, ser proveitosas ao Estado.

Nesse mesmo período, Isócrates e o pseudo-Aristóteles (Foucault cita a *Econômica* como texto “atribuído” a ele) recomendam aos maridos a mesma moderação, mas igualmente por razões que não dizem respeito aos vínculos pessoais e afetivos. Isócrates associa a temperança no casamento ao exercício do poder político. Seu texto apresenta-se sob a forma de um discurso que o monarca Nicóles teria dirigido a seus súditos e no qual ele recomenda aos casais o domínio nos prazeres sexuais como forma de garantir a purificação da descendência. Nicóles invoca aqui o princípio da justiça. Segundo ele, não era justo que alguns filhos nascessem de uma origem nobre e outros de uma origem obscura, que uns fossem legítimos e outros, bastardos. Nenhum dos descendentes deveria ser privado da nobreza de origem.

Ainda em prol da justiça, ele adverte sobre a necessária continuidade entre o governo do Estado e o governo da casa, no sentido de se respeitar a associação com a esposa da mesma forma que se respeitam os demais engajamentos. Essa regra, ele a impõe a si próprio no seu reinado, procurando não afligir a esposa com prazeres fora do casamento. Se um homem não quer sofrer a aflição de uma infidelidade cometida pela esposa, também não deve provocar-lhe o mesmo sofrimento. “O soberano que pretende ser justo deve sê-lo com a própria mulher” (FOUCAULT, 1984, p. 215).

A homogeneidade entre os governos da casa e do Estado deve transparecer também na manutenção da boa ordem e do espírito de concórdia em ambos os domínios. Essa ligação entre temperança e poder é pensada essencialmente como uma relação “entre dominação sobre os outros e dominação de si” (p. 216). Trata-se de exercer a autoridade sobre si mesmo tanto quanto sobre os outros. O domínio de si é a

condição moral para dirigir os outros. Em toda a época imperial da Grécia, considerou-se que a difícil arte de governar demanda que o governante se guie por sua razão pessoal. E a “racionalidade do governo sobre os outros é a mesma racionalidade do governo de si próprio”. O governante, assim como seus súditos, é dirigido pela lei, mas não pela lei escrita, e sim pela razão gravada em sua alma (FOUCAULT, 1985, p. 95-96).

Quanto à *Econômica* atribuída a Aristóteles, Foucault diz que ela enfatiza a associação entre o homem e a mulher como algo que existe “por natureza”, uma necessidade que é absoluta, assim como nos animais. Mesmo em outras obras, Aristóteles insiste no caráter “sindiástico” do homem e o vincula à procriação. Na *Econômica*, a necessidade de viver a dois é relacionada ao bem-estar, que se realiza na ajuda e nos socorros recíprocos. Certamente em razão dessa complementaridade, também Aristóteles situa a questão das relações sexuais do casal no quadro das relações de justiça: a mulher não deve sofrer injustiça, “pois ela é na casa [...] como uma suplicante e uma pessoa afastada do seu lar” (FOUCAULT, 1984, p. 221).

Em outros textos, Aristóteles discorre sobre o tipo de relação e de autoridade que se exercem no vínculo conjugal, e, nessa discussão, ele assume nitidamente que “é papel do homem governar a mulher” (FOUCAULT, 1984, p. 222); o contrário seria antinatural. E, se um dos pares governa sobre o outro, a relação será de desigualdade, embora se trate de uma “desigualdade de seres livres”, diferente daquela que existe entre senhor e escravo, pai e filho, governo e súditos. O que atenua as diferenças entre um casal é o fato de a autoridade do marido ser “menos total” do que a do senhor de escravos e a do pai, mas, em compensação, ela é definitiva. A superioridade do esposo não se alterna com a da esposa – como ocorre no Estado entre comandantes e comandados –, exatamente por ser ancorada “sobre uma diferença de natureza” (p. 222).

Ao que parece, essa diferença natural consiste na dualidade melhor/pior, cabendo ao homem o primeiro termo. É por isso que lhe cabe também o governo, de onde conclui Aristóteles que a forma política da relação conjugal é a aristocracia: “um governo onde é sempre o melhor que comanda, mas onde cada um recebe sua parte de autoridade, seu papel e suas funções em proporção com seu mérito e valor” (FOUCAULT, 1984, p. 222). Existem domínios em que convém ao homem governar, mas em outros a mulher se revela mais competente, e o homem não deve, nesses casos, negar-lhe a autoridade.

Mais uma vez, a relação com a mulher deve ser uma relação de justiça, em que pese a inferioridade natural que Aristóteles atribui à mulher: “esta é e será sempre inferior ao homem” (FOUCAULT, 1984, p. 223). A justiça só lhe é devida em virtude da semelhança existente entre a aristocracia conjugal e a do Estado, marcada pela justiça política. Tanto que, na passagem já citada em que o autor evoca a figura da suplicante, ele parece lembrar simplesmente que “a esposa não tem por que exigir, pelo fato do próprio casamento, a fidelidade sexual de seu marido” (p. 224). O comedimento que se demanda dele soa como uma simples concessão em respeito à posição de fraqueza da mulher, que, tendo sido arrebatada de sua casa de origem, encontra-se à mercê do esposo.

Prosseguindo nos comentários à *Econômica*, Foucault faz ver ainda que a injustiça cometida por um marido que tenha ligações fora do casamento consiste apenas em ameaçar a posição privilegiada da esposa no governo aristocrático da casa. Se essa posição lhe foi conferida por intermédio do casamento, que lhe dá primazia sobre a concubina, a escrava ou quaisquer outras mulheres, a esposa não pode ser destituída desse *status*. Ou seja, não pode ser substituída por outra. Nisso consiste a justiça que lhe deve ser feita, não importando que o homem tenha prazeres aqui ou acolá, como já havia lembrado Xenofonte em seu tratado sobre a vida matrimonial, também intitulado de *Econômica*. Afinal, a ameaça contra o casamento não são os prazeres extraconjugais do marido, mas as rivalidades entre a esposa e as demais mulheres em sua disputa pelo lugar a ser ocupado na casa. Assim como Aristóteles, Xenofonte advoga que o marido “fiel” é aquele “que sustenta até o fim os privilégios reconhecidos à mulher pelo casamento” (FOUCAULT, 1984, p. 206). A diferença é que, em Xenofonte, a temperança do marido é prescrita como o estilo ideal de conduta para o chefe de uma casa que se quer sábio e vigilante. Em Aristóteles, ela se inscreve nas formas de justiça recomendadas na vida em sociedade. Dentro do casamento, a justiça estaria no fato de dar a cada um segundo seu mérito e seu *status*.

A conclusão inferida dos textos citados por Foucault é que, embora todos eles prescrevam a renúncia da atividade sexual fora do casamento, tanto para o esposo quanto para a esposa, a relação entre ambos ainda permanece desigualitária. Enquanto, para esta última, a fidelidade sexual é um princípio obrigatório e automaticamente suposto (os discursos não veem necessidade de referir-se a ele), para o esposo, essa é uma atitude voluntária: depende de seu interesse e demonstra sua sabedoria em gerir o poder aristocrático que tem nas mãos, reconhecendo o que é devido a cada um. Mesmo

quando a exigência é obrigatória aos dois, como nas *Leis* de Platão, o que se encontra em jogo para o homem é o seu *status* de casado, e não sua relação com a esposa, não os sentimentos dela. Ser casado requer do homem certos deveres que se ligam à sua reputação, sua fortuna, seu prestígio na cidade e seu desejo de ter uma existência agradável. É a si próprio, portanto, e não à sua companheira, que ele deve a temperança. Assim funcionam as regras da justiça no casamento entre os gregos antigos: dentro da desigualdade e centrada na natureza inferior da mulher. Nesta, além do mais, a virtude era uma garantia de sua submissão, ao passo que a austeridade do homem “inscrevia-se em uma ética de dominação que se limita” (FOUCAULT, 1984, p. 229).

Ao invocar essa linha de pensamento presente no discurso clássico dos gregos, Foucault se acautela em esclarecer que, além de prescrever uma justiça capenga, esses textos eram raros à época. *Grosso modo*, o que prevalecia na sociedade era o direito unilateral dos homens (casados ou não) a uma vida sexual livre, desde que se respeitassem as mulheres que constituíssem propriedade alheia. Dessa forma, torna-se um erro enxergar nesses textos um princípio já anunciado da fidelidade sexual recíproca. Somente bem mais tarde, no mundo helenístico (não só na Grécia, mas também em Roma e no Egito), é que se estabelecerá juridicamente o que se pode chamar, pelo menos na teoria, de duplo monopólio sexual. E, mesmo nesse período, o rigor não será ainda tão forte como virá a ser na moral cristã, que lhe dará atenção redobrada.

A mudança nas relações entre o casal, observada no império helenístico, será devida à gradual elevação do *status* da mulher, como demonstra Foucault (1985). Nos termos do autor, o homem-cidadão perde, no mundo imperial, uma parte de sua importância política, e, nesse momento, a mulher ganha um reforço positivo no seu papel econômico e na independência jurídica. A partir desse dado, ela experimentará vários efeitos de transformações, que ocorrerão, sobretudo, dentro do casamento, no concernente à tutela, ao dote e à moral conjugal. Essa última sofrerá transformações ainda mais bruscas num período mais tardio, com o advento da pastoral cristã, cuja doutrinação estará centrada na relação pessoal dos esposos. Algo bem diferente do pensamento presente nos séculos IV e III da era clássica, quando o que se passava entre ambos só “tinha importância a partir do momento em que se tratasse de ter filhos” (FOUCAULT, 1984, p. 229). Quanto ao mais, apenas importava a temperança nos termos já descritos.

Agora, nos textos surgidos dos dois primeiros séculos a. C. até o segundo século da era cristã, instaura-se uma nova ética do comportamento matrimonial, que passa a apresentar três novidades básicas. Primeiramente o casamento valoriza, a partir daí, cada vez mais, “a relação pessoal entre os dois esposos, o vínculo que pode uni-los, o comportamento de um para com o outro” (FOUCAULT, 1985, p. 150). Em segundo lugar, a moderação da conduta do homem casado passa a situar-se mais nos deveres da reciprocidade e do respeito à esposa do que no domínio sobre os outros. Agora é importante a valorização do outro. Finalmente, essa arte do casamento fundada na simetria e no vínculo começa a dar destaque à problematização das relações sexuais, prescrevendo certas maneiras de se conduzir nos prazeres do amor. De acordo com Foucault, o interesse pela procriação combina-se aí com as preocupações concernentes “ao amor, à afeição, ao bom entendimento e a simpatia mútua” (p. 151).

O autor chama a atenção nesse ponto para o erro presente na suposição de que, na era clássica, inexistissem tais comportamentos e sentimentos. As formas de vida conjugal tornam-se agora mais estreitas do que no passado, porém o esquema antigo também não excluía a proximidade e a afeição entre os casais. Apenas eles se ligavam mais diretamente à manutenção do *status* e autoridade do marido do que à comunidade conjugal. Com a nova moral do Império, esta última passa a predominar, e o casamento torna-se mais geral, mais público como instituição e “mais privado como modo de existência”, portanto “mais forte para ligar os cônjuges”, na avaliação de Foucault (1985, p. 84).

Ao lado da conhecida superioridade natural e estatutária do homem, o autor aponta a relevância de “uma afeição que pode chegar à necessidade e à dependência” (p. 84). Entre outros textos da época, ele lembra as cartas de Plínio à sua esposa ausente e cita o bilhete em que ele se dirige a ela demonstrando-lhe “um afeto intenso e um desejo tão vivo que não pode deixar de buscá-la noite e dia mesmo quando ela não está presente” (p. 85). Num tom semelhante, os textos de Estácio revelam a poesia do amor conjugal, em que o casamento aparece como a “fusão de dois destinos numa paixão indefectível onde o marido reconhece sua sujeição afetiva” (p. 86). Decerto esses exemplos não podem ser tomados como a única expressão da vida matrimonial no tempo do Império. Eles não expressam a totalidade de uma realidade, mas denotam as mudanças em curso na direção de uma conjugalidade que valoriza a reciprocidade afetiva e a dependência recíproca.

As mudanças anunciadas são reivindicadas por uma reflexão moral, médica e filosófica, que atuará, nos dois primeiros séculos de nossa era, sobre a atividade sexual e seus prazeres. Na base das preocupações, está o cuidado do corpo e da saúde, já esboçado (apenas esboçado) desde a era clássica, com Platão, Xenofonte, Isócrates e Aristóteles. Mas, nesse novo contexto, o cuidado especial com o corpo não é exclusivo; ao lado dele, comparece uma inquietação mais viva com as “correlações entre o ato sexual e o corpo”, com seus efeitos perturbadores (FOUCAULT, 1985, p. 233). Não se trata mais do simples cuidado com o corpo, mas de um novo foco sobre a atividade sexual, temida doravante pelo seu parentesco com as doenças e o mal. É dentro desse quadro, portanto, que o casamento ganha a incumbência de purificar o ato sexual, dando lugar à dupla fidelidade e à valorização do vínculo conjugal.

Essa moral filosófica e médica aproxima-se do cristianismo por seus preceitos severos, rompendo quase completamente com a tradição anterior. Tal aproximação efetiva-se no âmbito da pureza e elevação da austeridade. Basta dizer que, na moral cristã, cada esposo deverá responder pela castidade do outro no sentido de “não induzi-lo a cometer o pecado da carne – seja por solicitações demasiado impudicas, seja por recusas demasiado rigorosas” (FOUCAULT, 1984, p. 229). Ao incluir no pecado da carne as recusas rigorosas, o que o cristianismo condenará, de fato, será a infidelidade que se presume como resultado natural dessas recusas. A castidade do casal se inscreverá, portanto, não apenas na pudicícia, mas também no monopólio sexual que se prescreverá para um e outro.

Sintetizando, a sequência dos acontecimentos vinculados às relações conjugais e à atividade sexual denota a atenção que se deu a elas desde a Antiguidade clássica. Por razões diversificadas, essas questões sempre preocuparam médicos, filósofos e moralistas religiosos. De um período a outro, eles prescreveram formas de cuidados com o corpo e de tratamento da atividade sexual dentro do casamento, variando essas formas e os graus de exigência de acordo com cada época: clássica, imperial e cristã. No período imperial, a ética dos prazeres determinou a intensificação do cuidado de si, exigindo maior atenção aos efeitos da prática sexual sobre o organismo, mas, ao mesmo tempo, passou a valorizar os vínculos afetivos do casal, que deveriam se fortalecer mediante a relação sexual.

Mais tarde, com a pastoral cristã, esses valores continuarão a ser afirmados, porém de um ângulo diverso. A preocupação da ética nesse contexto ulterior será com a finitude, a queda e o mal. Os indivíduos estarão sujeitos “a uma lei geral que é ao

mesmo tempo vontade de um deus pessoal”, a quem deverão obedecer (FOUCAULT, 1985, p. 235). Guiados pela crença na alma (e certamente pelo desejo de purificá-la e resgatá-la da queda e finitude), os cidadãos tratarão de purificar seus desejos, numa “ética que tende a renúncia a si” (p. 235). E, mais uma vez, o casamento será evocado como lugar essencial de realização dessa ética.

#### **4 OPRESSÃO, ADESÃO E RESISTÊNCIA DO SUJEITO MULHER NOS CONTOS ANALISADOS**

A esposa quis saber por que os retratos tinham que entrar no negócio. Casemiro Teodoro não gostava daquele modo da mulher de ficar perguntando, quando ele é quem devia perguntar se tivesse precisão. Ela não resolvia nada, mas estava a toda hora querendo se envolver, indagando uma coisa e outra (GARCIA, 1994, p. 266).

Quando ela era mais nova, você sabe como é, moça de fazenda, ela foi criada para isso mesmo, ter muitos filhos, cuidar do marido, da casa. Ela, quando casou com meu pai, tinha quatorze anos (GODOY, 1994, p. 259).

Este capítulo é reservado à comprovação do desequilíbrio nas relações de gênero entre os personagens dos contos em estudo, embora, para esse objetivo, ainda se lance mão dos teóricos mencionados. Ocorre que a teoria empregada é uma forma de descrição da realidade no que diz respeito ao tema abordado; seu uso, portanto, na parte literária da pesquisa é uma estratégia para reforçar a credibilidade na existência de uma ligação entre a literatura e a realidade, conforme dito na Introdução.

Serão destacadas as experiências vivenciadas pelas personagens femininas oprimidas pelo sujeito masculino dentro dos contos, de forma a denotar as desigualdades existentes nas relações entre ambos. O centro dessas experiências é constituído pela degradação (ou eliminação) das personagens/objetos, como consequência da ação dos personagens/sujeitos. A comprovação desse quadro se fará mediante a sobreposição do homem em razão da força física, do poder econômico e, sobretudo, da legitimação da violência masculina pelo discurso dominante na sociedade. O grau de resignação ou de resistência das personagens subjugadas varia de um conto a outro, sendo relevante para a negação ou comprovação deste pressuposto: a

possibilidade da transformação social através da recusa do controle e regulação de um ator sobre outro (NOGUEIRA, 2001).

As epígrafes utilizadas na abertura deste capítulo provêm de contos da *Antologia* que não foram selecionados para análise: “Os retratos” (José Godoy Garcia) e “Quarta” (Heleno Godoy). O fato é que o tema desses contos não são as relações de gênero, embora sejam perpassados por elas, sobretudo, o de Garcia, que prioriza as injustiças sociais. O conto põe em relevo o arbítrio dos poderosos e o rebaixamento e aniquilação daqueles que, por seu baixo poder aquisitivo, tornam-se vítimas dos primeiros. Sua opção é conformar-se com o destino para o qual os empurram os detentores do capital em seu afã de construir as cidades modernas, ainda que destruindo o passado e a memória das famílias.

Ao lado desse tema, comparece a relação vivida pelo casal que perde os retratos de família para um grupo de empreendedores imobiliários ao vender-lhes suas terras “de porteira fechada”, como acertado no contrato. Enquanto o marido, Casemiro, só pensava em vender tudo, “pegar os cobres” e ir embora, ligando muito pouco para os retratos, a mulher (que nem é nomeada no conto, a não ser como a mulher, a esposa, a patroa) amarga-se por eles, mas não se aventura a lutar pela quebra do negócio em andamento. Ela sabe que a autoridade para isso está nas mãos do marido somente, e se resigna a pedir a Deus que dê a ele coragem e sentimento para rebater aquela impostura. No mais, apenas algumas palavras de afronta em defesa dos retratos, mas, além de despertarem a indignação de Casemiro, estas soam inúteis para os zombeteiros compradores.

As terras são vendidas e, com elas, os retratos, de forma a evidenciar o tema referido, mas a autoridade de Casemiro como chefe da família também é destacada. Basta dizer que essas terras foram herdadas da mulher com o casamento, e nem assim ele reconhece o seu direito de interferir na transação e impedir que se apossassem dos retratos.

É certo que ele próprio considera descabida a exigência dos homens, e no final se vê arrependido por tê-la aceitado. Sem dizer que, quando a esposa, por um momento, exaspera-se com os compradores, ele não ousa contestá-la, ficando em silêncio como todos os outros. Mas, no correr e no fechamento dos negócios, ficam explícitas a injustiça e a autoridade dos corretores sobre o casal e de Casemiro sobre a mulher. A epígrafe é clara quanto ao segundo caso, de onde a decisão de empregá-la. Mesmo uma análise do conto sob o viés das relações de gênero teria sido possível, mas realmente nossa escolha privilegiou os contos mais fortes nessa temática.

Em relação ao conto de Godoy, seu tema definitivamente não é o abordado pela pesquisa, a despeito da alusão evidente na epígrafe. Além dessa passagem, pouquíssimas outras referem-se à condição antiga das mulheres, predestinadas então à vida doméstica. E ainda essas referências são apenas o resultado do espaço e do tempo narrativo, constituídos pela casa do narrador e pelo seu passado, que emergem de suas reminiscências.

Tietzmann Silva (1994) observa que a narrativa destaca o psicológico reproduzindo as sensações das personagens por via de um diálogo/monólogo em que aparece a fala de apenas um dos interlocutores. Esse recurso torna o conto bem contemporâneo, tanto que ele teria sido selecionado não fosse a temática destoante: a fragilidade e a finitude do ser, reveladas pela nostalgia do interlocutor em suas lembranças da família, com sua vivacidade anterior e decadência atual.

A epígrafe, porém, deslocada desse contexto, pode perfeitamente elucidar o tema tratado, mostrando a situação da mãe do personagem num tempo em que as mulheres não conheciam outro destino que não o descrito no trecho. Mais adiante o interlocutor lembra que sua mãe nunca tivera tempo para si mesma, vivendo sempre para a casa e os filhos, no que era auxiliada pelas filhas mais velhas. Trata-se de detalhes que, embora não constituam a temática do conto, coadunam-se com ela.

Quanto aos contos escolhidos para a análise realizada neste capítulo, já foi mencionado na “Introdução” o fato de mostrarem predominância de elementos relevantes à pesquisa, ao lado da beleza e novidade do estilo, assaz condizente com a nossa preferência.

#### **4.1 Mergulhada na urbe (Marietta Telles Machado)**

O cenário desta narrativa, do qual tenta escapar a protagonista Margarida, é o patriarcalismo. Margarida vive com os pais em um sítio, migrando, já no início da história, para a cidade, onde vai morar com os padrinhos. Pelo que apontam alguns indícios dentro da narrativa, supõe-se que seja formada em Magistério, mas, não sendo protegida do coronel da região, não conseguirá lecionar na escola local. Em vista disso, decide então ir à procura de emprego, sua alternativa para fugir da vida reservada às mulheres de sua classe: casar, procriar, cuidar da prole e do marido. Na cidade, consegue emprego na loja de Seu Feiz, que não perde tempo em assediar sexualmente a moça, só descansando depois de lograr a posse sobre ela.

Margarida tem uma atitude ambígua no que concerne à adesão ou resistência. Assediada pelo patrão, limita-se a observar e descrever as atitudes dele com ar de quem não compreende bem o que está acontecendo e dá mostras de repudiá-lo. Ao mesmo tempo, porém, vemo-la entregar-se a ele com um desejo que não esconde, depois de haver demonstrado uma visão nada inocente do desenrolar dos fatos. A aversão à monotonia da vida que lhe estava reservada antes de fugir para a urbe e o desejo carnal pelo homem que a persegue são mais potentes do que a vontade de resistir. Margarida precisa desse homem para escapar ao destino; mais do que isso, ela o deseja. Por isso não consegue desvencilhar-se dele, nem das armadilhas que lhe prepara a cidade.

Inicialmente, mostra-se forte e revolucionária, ao rejeitar o casamento como destino primeiro e essencial de uma mulher: “Não, não vou ficar aqui no interior, nessa vidinha de casar, parir filho e trabalhar feito uma escrava” (MACHADO, 1994, p. 60). Aqui ela se levanta também contra o arbítrio da maternidade na vida de uma mulher e contra o discurso do pai, que inicia o conto de forma bem-afinada com a sociedade dita patriarcal: “Moça tem é que aprender a cozinhar bem, costurar, fiar, fazer sabão e farinha e arranjar um bom casamento” (p. 60). Malgrado, porém, sua recusa às normas patriarcalistas de sujeição da mulher, a personagem não consegue livrar-se totalmente dessa realidade, já enraizada nos costumes, e termina sua história como a de tantas outras vítimas desse regime.

Seu Feiz, proprietário de uma loja na cidade grande em que a moça se instala, vendo-a tão graciosa, concorda em dar-lhe emprego e logo, logo, valendo-se da posição de patrão, principia a assediá-la. Coagida pelas dificuldades financeiras, ela vai gradativamente cedendo, embora meio a contragosto, até se transformar por completo numa presa a mais do domínio masculino. É a histórica dependência econômica entregando a mulher à exploração sexual e aos caprichos do homem. No fechamento do conto, essa dependência é exacerbada pelo desamparo com que a moça se agarra chorando ao corpo adormecido do patrão, depois de ter passado a noite em seus braços.

A quebra da resistência inicial da personagem e sua entrega resignada às condições demarcadas pelo patrão são reveladoras da “violência simbólica” denunciada por Bourdieu (2002). Ao empregar o termo, Bourdieu esclarece que não o faz, de forma alguma, com a intenção de “minimizar o papel da violência física e [fazer] esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou, o que é ainda pior, tentar desculpar os homens por essa forma de violência” (p. 39). Isso seria considerar a violência simbólica como meramente espiritual “e, indiscutivelmente, sem efeitos reais”

(p. 39). O que ele pretende enfatizar com esse conceito é que os dominados aplicam, às relações de dominação, “categorias construídas do ponto de vista dos dominantes, [...] fazendo-as assim ser vistas como naturais”.

Trata-se, segundo Bourdieu, de uma “violência doce e quase sempre invisível” (p. 39), instituída através da adesão do dominado ao dominante pelo fato de este não dispor, para pensar sua relação com o primeiro, de outros instrumentos a não ser aqueles que ambos têm em comum. Nos termos do autor, existem indícios “que designam a posição simbolicamente dominante (do homem, do nobre, do chefe etc.)” e que “só podem ser compreendidos (tal como as insígnias militares, que se tem que saber ler) pelas pessoas que aprenderam a decifrar seu código” (p. 38).

Esses indícios são reconhecidos, por exemplo, pelas mulheres dentro da ordem androcêntrica. Como diz Bourdieu (2002, p. 38), elas “aplicam a toda a realidade, e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação [das] relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica”. Por conseguinte, quando na posição de vítimas da violência dessas relações, elas acabam demonstrando um reconhecimento prático da situação, uma “adesão dóxica”, e nessa adesão reside, de certo modo, a violência simbólica.

Quando os dominados reconhecem, através de certos atos, a fronteira mágica entre si e os dominantes, terminam por contribuir, “à sua revelia, ou até contra sua vontade, para a própria dominação, aceitando tacitamente os limites impostos” (BOURDIEU, 2002, p. 44). “Os atos de conhecimento e reconhecimento práticos [...] assumem muitas vezes a forma de *emoções corporais*” (p. 44, grifo do autor) as mais diversas: vergonha, humilhação, culpa e outras, que se traduzem pelo enrubescer, gaguejar, tremer e andar com desajeito diante do superior. Às vezes, pela cólera ou nojo à sua figura. Em dadas circunstâncias, o reconhecimento produz também paixões e sentimentos, como amor, admiração ou respeito pelo opressor.

Em “Mergulhada na urbe”, a menina sente uma mistura de “repulsa e prazer, alegria e dor” (MACHADO, 1994, p. 66), quando, dançando com o patrão na boate, sente seus corpos grudados. Essas emoções evoluem depois para um ódio que se estende a todos os homens, transformados então em demônios na mente de Margarida, e no final do conto atingem a forma de uma angústia que facilmente se deduz pelo seu desalento. O retorno mental à vida no sítio de onde viera (o cachorro latindo no curral pela manhã, a mãe atirando milho às galinhas) faz o contraste com a situação presente,

ela na cama com o patrão adormecido, após a noite passada juntos. Do beijo de João, o namorado que abandona aos poucos por seu Feiz, ela ainda recorda o gosto de pipoca. Culpa, revolta, humilhação e repulsa, ao perceber-se totalmente nas mãos daquele homem, que de repente se torna dono de seu destino e que ela reconhece como tal.

Desde o início das ações transcorridas entre ambos, pouco tempo depois da admissão de Margarida, a leitura denuncia, através de um jogo com o discurso, sua adesão muda ao galanteador. As arremetidas de Seu Feiz principiam com ofertas de facilidades para a compra de artigos da loja; *depois*, ele oferece carona; *depois*, vales para compras em estabelecimentos vizinhos; *depois*, convida a moça para um restaurante; *depois*, para o cinema; *depois*, oferece-lhe presente de aniversário; *depois*, aumenta-lhe o salário em cem cruzeiros, a fim de livrá-la de reclamações da Madrinha; *depois*, forja um convite para almoçar com Margarida na casa dos padrinhos, com a condição, é claro, de bancar comida e cerveja; *depois*, passado o almoço, abraça-a com força no quintal da casa e corre-lhe as mãos pelos seios, “muito agitado, meio doido, dizendo que [ela] era uma maravilha de menina” (p. 64); *depois*, outro aumento de salário e um quarto alugado para ela no centro da cidade; *depois*, a decisão de Seu Feiz sobre a família, que ele deixara esperando em sua terra, para onde não mais voltaria; e, *finalmente*, a resolução de levar Margarida para a boate, onde ele conclui o projeto de possuir seu corpo e consolidar de vez a posse sobre ela.

Todas as decisões são tomadas por ele num discurso categórico, dirigido à personagem em tom arbitrário, embora esse pormenor passe despercebido por ela. O arbítrio do patrão ao impor-se à presa é filtrado pelo leitor no correr da narrativa, organizada de tal forma que, em certos momentos, dissimula mais do que revela. O projeto de sedução engendrado por ele é camuflado por falas que, longe de revelar suas intenções, soam inocentes e paternalistas. No início da conquista, a cotidianidade das estruturas de dominação masculina é que põe a descoberto o ardil de Seu Feiz. O leitor familiarizado com tais estruturas pode captá-las no passo a passo das ações empreendidas, ora em atitudes de lisonja, ora em ofertas propostas dentro de um discurso que não admite réplicas. Margarida, porém, parece não compreender a princípio as intenções de Seu Feiz, apesar de todos os ardis colocados por ele em ação.

No carro com ele, quando aceita sua carona para casa, ela não entende a felicidade do patrão, que vai conversando e assoviando alegre pelo caminho, já convicto, certamente, da presa que tem nas mãos e que não lhe escapará. Temos a impressão de que nada passa pela cabeça da personagem, a não ser a ideia inocente de

que o assovio era engraçado “saindo por entre a bigodeira dele” (p. 63). O “convite” para o restaurante ainda aparenta não lhe despertar malícia, senão entusiasmo: “Eu aceitei encantada, porque estava mesmo precisando de uma comida mais reforçada. Comi tanto que por pouco [não me] sentia mal” (p. 63). O mesmo acontece na volta do cinema, onde, aliás, ele já havia apertado sua mão num momento emocionante da cena. “À porta de casa, ele disse que moça bonita não precisava trabalhar tanto. Era só pensar um pouco. Eu entrei sem entender e custei a pegar no sono” (p. 63).

Somente à medida que a conquista vai se consolidando é que a moça demonstra perceber a armadilha e passa a esquivar-se das estratégias do patrão, em que pese sua progressiva adesão a ele. Até ali, chega a ser enervante sua inocência, que, no correr dos fatos, parece falsa, tão claro é o significado das coisas que, em sua mente, passam sem ser notadas, pelo menos aparentemente: “Nunca pensei que o patrão fosse ficar tão bonzinho comigo” – é a única observação que lhe ocorre depois do presente de aniversário e da indireta vinda de Seu Feiz: “Moça bonita tem de andar na moda” (p. 64). Na ida à boate, a posse de seu corpo prestes a consumir-se, ela, inclusive, já entregue à ideia, e ainda afetando ingenuidade em relação ao quarto onde foi despida e possuída às pressas: “Depois ele me levou para um pequeno quarto, lá era tudo vermelho, não me lembro bem, tinha espelho e flores” (p. 66).

Gérard Genette (1979, p. 196) comenta esse jogo singular da narrativa a que Roland Barthes denomina “índícios”, ou índices, e que consiste em um “excesso de informação implícita sobre a informação explícita”. Uma conversa ou fato podem ser relatados, mas não interpretados pelo narrador ou por uma personagem. Tudo se passa como se eles não compreendessem nada daquilo que contam, “o que não impede de maneira nenhuma o leitor de interpretar conformemente às intenções do autor” [...]. A narrativa diz sempre menos do que aquilo que sabe, mas faz muitas vezes saber mais do que aquilo que diz” .

Nesse processo, o leitor é convocado a interpretar a narrativa (podendo também fazê-lo sem ser convidado a isso). Genette lembra alguns exemplos em que os personagens vêem ou escutam coisas que não compreendem, mas cujo sentido o leitor capta sem dificuldades. É o caso de um romance “em que o narrador, um marido confiante, assiste a cenas entre a mulher e um amigo, que relata sem pensar em mal, mas cuja significação não pode escapar ao menos subtil dos leitores” (GENETTE, 1979, p. 196).

O autor chama a atenção para a diferença entre a interpretação requerida do leitor e a informação dada por uma narrativa. Essa informação pode ser ocultada ou revelada em excesso, em virtude de variações do ponto de vista, ou de onisciência “com restrições de campo parciais”, ou de outras causas. Esses fatores levam o focalizador a dar menos informação do que aquela que seria necessária ou mais do que aquela que seria autorizada pelo tipo de focalização adotado no texto (GENETTE, 1979, p. 193). O primeiro caso denomina-se paralipse ou omissão: deixar (-lipse) “uma informação que se deveria tomar e (fornecer)”. O segundo é designado paralepse: tomar (-lepse) “e fornecer uma informação que se deveria deixar passar” (p. 193).

Falar de mudanças de ponto de vista nos faz lembrar as recomendações de críticos que condenam essas variações, como Lubbock (apud GENETTE, 1979) e Wharton (apud FRIEDMAN, 2002). Ambos exigem que o romancista seja fiel à focalização adotada, não admitindo indefinições sobre a mente a refletir a do escritor, nem sobre o modo de percepção e narração dos fatos, no que concerne aos pormenores. No entanto, Genette defende o procedimento que eles condenam, afirmando serem adequadas essas alternâncias, desde que o contexto seja coerente. Para ele, uma quebra momentânea do princípio que rege esse contexto não significa que tal princípio seja inexistente, ou seja, que o escritor não tenha se decidido sobre o focalizador da história. A essa altura é que ele fala da paralipse e paralepse como os dois tipos de alteração concebíveis.

Genette cita o exemplo comum da paralipse ocorrida na focalização interna, aquela em que os fatos são percebidos e narrados sob a ótica de um dos personagens, ou de vários. Trata-se da omissão de ações ou pensamentos importantes do herói focal, dos quais obviamente ele e o narrador têm ciência, mas que o narrador esconde do leitor, normalmente, visando à surpresa. A variação do ponto de vista, nesse caso, consiste em passar da focalização interna para a externa, como se o narrador estivesse de fora, ignorando os fatos que omite. O processo é visto por muitos como inapropriado à focalização interna, o que não significa a total impropriedade das variações focais, como referido por Genette.

No caso do excesso de informação, o autor lembra a incursão na consciência de uma personagem dentro de uma narrativa de focalização externa, que não o admitiria. Nesse tipo de narrativa, a visão dos fatos é exterior, de onde soaria contrastante dizer, por exemplo, que uma personagem não compreendeu sua desgraça, ou que afetou profunda tristeza na alma. O excesso pode ocorrer também na focalização interna,

quando se dá uma informação sobre uma personagem que não a focal, ou sobre algo que esta não possa ver.

No conto, Margarida, a narradora-protagonista, não invade a consciência de outros personagens, limitando-se a informar suas ações, comportamentos ou falas durante as interações com eles. Em suas visitas à madrinha em companhia de Seu Feiz, depois de haver se mudado para o quarto alugado com a ajuda dele, confessa não compreender o que se passava pela cabeça dela, já que a recebia pouco expansiva. As atitudes e falas de Seu Feiz, segundo observado, parecem-lhe sempre incógnitas, embora, por vezes, tenhamos a sensação de estarmos sendo enganados, pois os fatos tornam duvidosa a ingenuidade que ela aparenta. De João, Margarida diz que ele não ia gostar se soubesse que tinha ido ao cinema com Seu Feiz, mas esse fato é compreensível sendo ele seu namorado. Ela sabia que “nessas coisas de ciúme todo homem fica violento”, segundo afirma logo em seguida. Enfim não há, de um modo geral, incursões na mente de terceiros, e tampouco algum evento que a personagem focal não possa enxergar. A paralelepse estaria, portanto, descartada.

Da mesma forma, não há omissão de informações. A narradora conta em detalhes seu enredamento pela cidade, desde a decisão de partir, até o desenlace de seu envolvimento com o patrão. No correr dos eventos, inteiramo-nos da diferença do tratamento que ele dá a ela nos primeiros dias de trabalho na loja e com o passar do tempo, quando ele passa da rigidez à delicadeza e lhe aumenta o salário, assumindo em seguida alguns dos compromissos financeiros da moça. Vemos também a amabilidade sem entusiasmo da madrinha na chegada de Margarida evoluir-se para uma implicância que se aproxima da ojeriza. As descrições não trazem por certo o exagero de detalhes de um Balzac ou Alencar, mas são suficientes para uma boa visão dos cenários expostos. O episódio da iniciação de Margarida na vida urbana e simultaneamente sua vida na roça, evocada nessa passagem; seu namoro com João; a refeição no restaurante e o almoço oferecido por Seu Feiz na casa da madrinha; a ida ao cinema e o início do contato físico com o patrão; a cena da boate, tudo nos é informado pela personagem. Algumas vezes, sem reservas; outras, segundo vimos, em um tom de inocência que encobre o real sentido dos fatos, deixando-os nublados, por assim dizer.

Além da inocência, há também umas passagens muito concisas, a exemplo daquelas que narram o namoro de João e Margarida e da cena em que ela fica a sós com o patrão no quintal da madrinha. A primeira situação é compreensível, já que a história desse namoro não tem a mesma importância que a da relação com Seu Feiz; João é uma

espécie de pretexto para a demonstração do predomínio de seu rival. O segundo caso, entretanto, deixa-nos com a pulga atrás da orelha: por que a moça teria ido com o patrão para o quintal? E por que se assustara com o assédio ocorrido ali, se era algo previsto? Mesmo que ela confesse estar confusa naquele momento, depois de haver bebido, pela primeira vez, dois copos de cerveja, não estaria em condições de avaliar as consequências do ato?

Uma explicação plausível para tais informações duvidosas é o foco narrativo do conto. A narradora é protagonista, o que desencadeia uma possibilidade para o fato: nessa modalidade de focalização, nossa visão dos acontecimentos é parcial, pois a personagem que conta sua própria história não dispõe da mesma mobilidade e dos mesmos canais de informação que o narrador-testemunha. Como personagem da história a quem o autor transfere a narração, dando-lhe, para isso, completa autonomia, esse último transita livremente por todos os espaços, podendo “conversar com todas as personagens da estória e obter seus pontos de vista a respeito das matérias concernentes” (FRIEDAN, 2002, p. 176). Ele pode encontrar-se com o próprio protagonista, conseguir provas dos fatos narrados, como cartas e diários, e fazer inferências sobre sentimentos ou pensamentos alheios. Já o protagonista, estando “centralmente envolvido na ação”, não tem as mesmas vantagens. Sua visão dos fatos se dá de um ângulo fixo, e isso o deixa limitado a seus próprios pensamentos, sentimentos e percepções (p. 177).

Essa restrição da visão pode estender-se também ao leitor, que se vê à mercê dos indícios, sendo convocado a interpretar alguns eventos, ou interpretando-os por decisão própria. Assim é possível que a ingenuidade da personagem narradora seja apenas inferida por ele. Como visto, as inferências contrárias também são totalmente plausíveis. É quase impossível que Margarida não tenha percebido desde o restaurante (ou mesmo antes) o que a aguardava. Ao lado da ingenuidade que aparenta, seu comportamento desvela também maturidade, quando não alguma malícia. Sabia, por exemplo, que João não ia gostar se soubesse que fora ao cinema com Seu Feiz e que ele lhe apertara a mão. Além disso, naquele momento, ela repara nos traços físicos do patrão e se sente atraída por ele: “Seu Feiz até que era um homem bonito, moreno, fortão” (p. 63).

Prevendo o ciúme do namorado, esconde dele o episódio do cinema e semelhantemente o do almoço na casa da madrinha, para o qual não o convida. Ao contrário, apresenta-lhe uma desculpa para que não aparecesse por lá. A justificativa

dada ao leitor, depois de dizer que nem sabia ao certo por que não queria a presença de João, também parece uma desculpa: “Decerto é porque, se eu me ocupasse com ele, não poderia dar atenção a Seu Feiz” (p. 64). Em sua visão parcial, o leitor não tem condições de avaliar a sinceridade de Margarida quanto a tal incerteza, que bem pode ser verdadeira, mas pode também ser enganosa. Afinal por que precisaria ocultar os fatos, se não visse neles nenhum erro?

E por que continuou na loja de Seu Feiz depois de ele a ter agarrado no quintal e lhe acariciado os seios por ocasião do almoço? Ou depois de ser informada por ele de sua decisão de nunca mais retornar a seu país para buscar a família que deixara para trás, com a promessa de voltar para buscá-la? De mais a mais, Margarida confessa sua entrega no episódio da boate, não obstante a simultânea repulsa, e depois a angústia e desamparo que se abatem sobre ela após a perda da virgindade: “eu não fiz resistência, meu corpo também era de fogo”, admite ao narrar a cena em que vagorosamente é despida (p. 66). E não foi um ato abrupto, mas precedido de um prelúdio que envolveu palavras e carícias, ambos dançando de corpos e lábios colados.

Seu Feiz, evidentemente, usou de todas as artimanhas, inclusive, da bebida, para conduzir as coisas àquele desfecho, mas ela bem poderia ter-se esquivado. Sua conduta inicial não deixa dúvidas: não era do tipo que se deixaria subjugar com tanta facilidade. Com dezessete anos, desmanchara um noivado por iniciativa própria e decidira-se, contra a vontade dos pais, a sair de casa para livrar-se de um destino que renegava. Não seria certamente alguém que se dobrava assim.

Em alguma medida, ela corresponde ao sedutor e contribui para a condução que ele se empenha em dar às coisas. Mas não podemos nos esquecer de que essa era sua alternativa mais viável, vendo-se coagida, naquele momento, pela necessidade de sobrevivência. E, se o patrão supria essa necessidade, Margarida se ligava a ele por laços de dependência; daí aceder à sua vontade. Trata-se do reconhecimento da autoridade e da dívida que ela cria.

Os próprios padrinhos de Margarida, assentindo na visita de Seu Feiz e demonstrando simpatia por ele, expressam sua concordância com o assédio à afilhada. E mais: a madrinha se coloca contra João, o namorado da moça, apesar de ele trabalhar e estudar. Essa rejeição se funda, provavelmente, no fato de ele ser pobre, pois ela se refere à sua relação com Margarida como “namorico sem futuro” (p. 62). O desdém não vem apenas da madrinha: Seu Feiz também revela total desprezo pelo rapaz, aludindo

claramente à sua pobreza. Ou seja, o poder aquisitivo funciona igualmente como fator de reconhecimento ou desrespeito, como se verá mais adiante.

As ações de reconhecimento prático se dão, ainda que de forma indireta e inconsciente, desde o início das etapas do assédio, quando Margarida aceita as primeiras amabilidades de Seu Feiz. À medida que avançam as etapas, vão aparecendo exemplos mais nítidos desse reconhecimento criado pela obrigação: “Depois, ele chamou para ir ao cinema, eu achei que ficava feio não aceitar, já que ele estava sendo tão gentil comigo” (p. 63). Provavelmente, da perspectiva da personagem, também ficaria feio não aceitar que, no cinema, Seu Feiz chegasse o rosto muito perto do seu e lhe apertasse a mão com força, segundo afirma. No dia do almoço bancado por Seu Feiz na casa da Madrinha, ela confessa ter sentido apenas uma pontinha de tristeza ao recordar-se da família e da roça. Já era a adesão se processando. Todavia, é no desfecho passado na boate que Margarida reconhece cabalmente o poder de Seu Feiz sobre ela, dançando e bebendo com ele e admitindo sem resistência a fusão de seus corpos. No entanto o repudia, sem coragem de olhar para os seus olhos, “que deviam brilhar como olhos de demônio, como os olhos dos outros homens” (p. 66).

Em verdade, o que se passa ali é apenas o coroamento de uma posse que vem se evoluindo sob a capa do paternalismo. A autoridade distingue-se desde as ações iniciais, desvendando a relação injusta entre os gêneros, uma realidade muito bem retratada pelo conto – a literatura espelhando o contexto em que é produzida, conforme visto na “Introdução” (CANDIDO, 1972). No episódio do cinema, por exemplo, a resposta ao “convite” não vem de Margarida, mas do próprio patrão, que afirma seu poder lembrando a ela, dissimuladamente, as posições de ambos: “Eu levarei você pra casa, a madrinha não vai se importar, vai? Você está com o patrão. Diga que é serviço. Balanço” (p. 96).

As demonstrações de autoridade passam da dissimulação inicial para uma evidência sem pudores, Seu Feiz decidindo sempre, às vezes, sem que Margarida abra a boca para manifestar seu sim ou seu não: “Vamos a uma festa hoje à noite. Ah, por falar nisso, eu tenho uma pulseira escrava, de ouro pesado, menina, eu trouxe de minha terra. Se quiser, pode usá-la. *Quero* você uma rainha nessa noite” (p. 65, grifos nossos). Afora o “se quiser”, todas as palavras do homem são categóricas e reveladoras de sua intenção nefasta: fazer de Margarida um objeto pessoal de ostentação e prazer.

Nessa e noutras passagens, as mediações da narradora são breves, sobressaindo-se o discurso direto mesclado ao indireto livre, de modo que a cena ganha uma força de

revelação capaz de presentificá-la para o leitor. A sensação não é a de uma leitura, mas de uma tela cinematográfica colocando leitor e personagens frente a frente. A história fica totalmente entregue aos personagens, um marcando seu domínio pela fala, a outra assentindo tacitamente, mesmo contra sua vontade, sobretudo, depois da lucidez de consciência que a coloca a par da real situação.

Habilidade narrativa ainda maior se destaca nesses momentos quando a cena priva o leitor das falas de Margarida, apenas intuídas na réplica do patrão. A voz dele é a única que ganha destaque, como para acentuar seu senhorio e a reificação da moça, presa passiva e obediente. A demarcação de domínio é realizada mediante o discurso indireto livre, começando logo no início do conto. É verdade que ele é surpreendido também nas vozes do pai e da madrinha de Margarida, ambos demonstrando algum tipo de autoridade sobre ela. Mas ao pai ela replica firmemente, no mesmo tipo de discurso. Já para a madrinha nada responde; apenas se ressentida e desabafa para o leitor. Mas a sensação mais forte do silêncio imposto ocorre entre ela e Seu Feiz, a exemplo do momento em que ele “negocia” com ela as normas da casa ao lhe dar o emprego: “É pra entrar às sete e meia. Uma hora para o almoço. *Mora longe? Come por aqui mesmo.* No começo vai estranhar, depois acostuma” (p. 61). Possibilidade de uma réplica emitida, porém suprimida intencionalmente pela narrativa, como indício de apagamento da interlocutora, ou de continuidade ininterrupta de uma fala desatinada, que se sabe dominante e não dá espaço para respostas. Qualquer que seja o caso, o que importa é o efeito positivo do discurso indireto livre para o alcance do objetivo pretendido.

No excerto que se segue, essa particularidade é enriquecida por incursões em áreas relevantes das relações de poder entre os gêneros:

Quero você uma rainha nessa noite. Não está direito? Que bobagem, menina, direito não está você namorando esse moleque do João, *que não tem um tostão furado.* Direito não está você morrendo de trabalhar e de estudar, *sendo tão nova e tão linda.* Vamos nos divertir, você vai adorar (p. 65, grifo nosso).

Além da supremacia da fala, o poder aquisitivo também aparece como fortalecedor da virilidade e do direito de posse sobre a mulher. Do mesmo modo a ausência desse poder anula as possibilidades para o sujeito “mais fraco”. À primeira vista, a masculinidade aqui é colocada em segundo plano, mas, em realidade, ela é reforçada pela posse de

bens, que determina a posição hierárquica e o grau de poder de um homem sobre a mulher e sobre os outros homens. Em nome dessa posição é que Seu Feiz se sente autorizado a debochar do namorado da moça, que, não possuindo “um tostão furado”, também não pode competir com o outro, pelo qual é anulado.

O corpo da personagem feminina, “tão nova e tão linda”, também ganha centralidade como critério de valor na avaliação que o homem faz dela. No outro extremo, a esposa que ele deixara em sua terra com os três filhos, vai sendo anulada à medida que cresce o seu desejo por Margarida, a ponto de ele desistir de ir buscar a mulher, conforme acertado entre ambos: “Cada um tem que seguir o seu destino. O meu é aqui, o dela é lá” (p. 65). Mais uma vez, é ele quem decide, agora, sobre o destino da esposa, que, talvez sem se saber abandonada, espera por ele. “Posso mandar muito dinheiro pra ela” (p. 65). De um lado, o seu dinheiro e sua masculinidade, do outro, a beleza e a juventude de Margarida, assim como o provável envelhecimento da esposa, que já lhe dera três filhos – são esses os elementos que pesam em suas decisões.

A tese do corpo como principal referência para um indivíduo, preconizada por Louro (2007), não se efetiva, portanto, apenas em função da indicação do gênero (masculino ou feminino) que ele se presta a fazer, mas também do grau de valor que ele leva um indivíduo a conceder a outro. Principalmente quando se trata de relações entre um homem e uma mulher. Esse princípio, aliás, é internalizado pelas mulheres desde a Antiguidade, conforme depreendido do diálogo do grego Isômaco com sua jovem esposa, que ele disciplina dia a dia com longos sermões, determinado a fazer dela a esposa ideal. Foucault (1984, p. 203) transcreve a passagem em que, querendo agradar Isômaco e parecer a ele mais bela e atrativa do que as servas da casa, sua esposa se apresenta a ele “empoleirada em altas sandálias e toda pintada de alvaiade e orcaneta”.

Isômaco reprova a conduta com uma longa série de justificativas, inclusive, ressaltando as habilidades domésticas da esposa em detrimento da beleza física e até mesmo como meio de preservá-la. Todavia, o final da passagem deixa claro (ou implícito) que a juventude da mulher constitui, de fato, critério de valoração: Isômaco garante à esposa “que sua atividade de dona-de-casa, sua postura e seu porte *terão um charme maior* do que o das servas [e] que ela pode, *até a velhice*, manter o lugar mais alto na casa” (FOUCAULT, 1984, p. 207, grifos nossos).

O valor atribuído ao corpo feminino nas relações de gênero representa, para a personagem do conto analisado, a porta de entrada no mundo do trabalho e, depois, em uma vida mais amena, pelo menos, enquanto durar sua juventude. É pelo corpo que Seu

Feiz a avalia no momento da contratação, olhando-a meticulosamente, dos pés à cabeça: “É bem bonitinha”. [...] Muito bem, moça bonita ajuda a vender” (p. 61). Naquele momento, Margarida era o seu corpo. Por intermédio dele, o homem que decidiria de seu destino mede o seu valor, antes mesmo de perguntar se sabia ler e escrever. Essas habilidades, aliás, proibidas à mulher na Antiguidade, são superadas pelos atrativos do corpo, pelo fascínio que ele exerce, de há muito, sobre o mundo masculino.

Paglia (1990) cria metáforas psicanalíticas para o fascínio exercido pelo corpo feminino sobre o homem, destacando a ansiedade que lhe causam os mistérios nele retidos, a exemplo da invisibilidade do útero.

O corpo de toda mulher é uma célula de noite arcaica, onde todo conhecimento deve cessar. [...] É um lugar secreto, sagrado. [...] No espaço confinado [desse corpo], a natureza atua em seu estado mais negro e mecânico. Toda mulher é uma sacerdotisa que guarda o *temenos* [recinto ritual] de mistérios daimônicos (p. 32-33).<sup>1</sup>

Temor ainda maior infunde no homem a terrível femealidade de que a mulher se reveste no papel de geradora do feto e que cria uma proximidade entre ela e a natureza fértil, autossuficiente e indomável. A agressividade sexual do homem, bem como a ilusória objetividade que ele arroga a si próprio, seria uma defesa contra esse medo, o medo dos mistérios femininos. É ele que faz o homem concentrar-se no corpo da mulher e transformá-la em objeto sexual, na tentativa de estabilizar o “pavoroso fluxo da natureza” contido nela (PAGLIA, 1990, p. 39).

“O insuportável mistério do corpo feminino aplica-se a todos os aspectos das relações dos homens com as mulheres” (p. 32). Ele é, na opinião da autora, o principal motivo para o aprisionamento que eles impuseram a elas. Se aceitarmos esse viés psicanalítico, ele será mais um reforço para a percepção de que a literatura mantém, de fato, um vínculo muito forte com a realidade. O corpo da personagem feminina de

---

<sup>1</sup> Daimônico: “do grego *daimon*, que significa um espírito de divindade inferior à dos deuses do Olimpo” (PAGLIA, 1990, p. 15). O termo foi adaptado pelo cristianismo, transformando-se em “demoníaco”.

“Mergulhada na urbe” transforma-se, para ela, em salvação e aprisionamento concomitantes, passando a influenciar e determinar seu destino.

O assédio sofrido pela personagem no trabalho é mais um detalhe carregado de reflexos da realidade. Margareth Rago (2000) observa em seus estudos sobre a mulher brasileira a denúncia registrada pela imprensa operária contra os assédios às proletárias nas primeiras décadas do século XX. “As investidas sexuais de contramestres e patrões sobre as trabalhadoras”, sobretudo, dentro das fábricas, vêm acrescentar as humilhações a que se encontram expostas nesses ambientes (p. 578). Em que pesem as “greves e mobilizações políticas que realizaram contra a exploração do trabalho” entre 1890 e 1930, as operárias apareciam em geral aos olhos da sociedade como desprotegidas e vulneráveis. Por decorrência, essas “mocinhas infelizes e frágeis” tornavam-se “presas da ambição masculina” (RAGO, 2000, p. 578-579).

O recorte da autora (o mesmo realizado por outros historiadores, sociólogos e antropólogos) sobre o destino que os seguidores do positivismo de Comte constroem para a mulher, encerrando-a na família, está igualmente abrigado no conto, logo na abertura. Essa particularidade se materializa nas palavras do pai de Margarida, que também acredita, mesmo sem o saber, na “divisão sexualizante” do mundo e na composição de uma casa por partes sexuadas (BOURDIEU, 2002, p. 10-11): “Não concordo com esses usos de hoje em dia. Moça tem é que aprender a cozinhar bem, costurar, fiar, fazer sabão e farinha e arranjar um bom casamento” – foram as palavras que opôs à Margarida quando anunciou sua decisão de ir para a capital em busca de emprego (p. 60).<sup>2</sup>

A alternativa que o pai propõe diante da contestação da moça (permanecer ali, no interior, e tornar-se professora) também é recorrente no século XIX, em que o magistério (ensino primário) é representado como profissão especialmente feminina. De acordo com Pinto (2004), ser professora era também uma oportunidade de ser mãe (mãe de alunos), daí a abertura dessa profissão às mulheres e o desprezo dos homens pelo ofício.

Nas palavras de Danilo Rabelo (2010), quando, naquele século, abriu-se a instrução para as mulheres no Brasil, teve-se o cuidado de restringi-la ao ensino de

---

2 Friedan (1971) oferece um dos estudos mais ilustrativos dessa dedicação à família requerida da mulher. Sua *Mística feminina* destaca a força do capitalismo norte-americano, auxiliado pelas ciências médicas e sociais e pela imprensa, na tarefa de mantê-la na “gaiola” representada pela casa moderna – termo empregado por uma das entrevistadas da autora.

prendas domésticas ou à formação para o magistério. Para estudiosos como Spínola (apud RABELO, 2010, p. 149), o ofício adequava-se a elas em razão de sua sensibilidade e afetividade: “Está hoje plenamente provada a aptidão e dedicação da mulher para o ensino primário. [...] A criança que aborrece o livro porque abomina o mestre de frente carregada, de fêrula em punho, amando a mestra, amará a escola”.

A ligação entre a mulher e o magistério ainda não se apagou de vez das sociedades, o que explica, em parte, os magros salários da profissão. No conto, Margarida só não abraça a sugestão do pai porque tem consciência de que, não estando incluída entre os protegidos do coronel de sua região, não conseguirá vaga para lecionar ali. Aliás, é intrigante o fato de ela ter conhecimento das amarras patriarcalistas de sua sociedade, saber do destino que ela traça para si e seus pares femininos, ou seja, o fato de ela demonstrar consciência da estrutura de dominação masculina e, em seguida, aparentar tamanha ingenuidade quanto às armadilhas dessa estrutura.

Se uma tal ingenuidade, porém, pode soar como incoerência, o mesmo já não se pode dizer do desfecho infeliz de Margarida, que, à primeira vista, nada teria a ver com o começo da narrativa. As atitudes iniciais da personagem, tão resolutas e algo subversivas, não se harmonizam com o final que ela aceita para si. Entretanto é preciso lembrar as ressalvas de Bourdieu (2002) à teoria marxista que faz da consciência um instrumento milagroso de liberdade, um meio que, se não liberta, é “falsa consciência”. Para o autor, não se pode

esperar a liberação das mulheres como efeito automático de sua “tomada de consciência”, ignorando, por falta de uma teoria tendencial das práticas, a opacidade e a inércia que resultam da inscrição das estruturas sociais nos corpos. [...] A submissão encantada que constitui o efeito característico da violência simbólica [é resultado dos] efeitos duradouros que a ordem masculina exerce sobre os corpos (BOURDIEU, 2002, p. 46, grifo do autor).

Ao lado da crítica às teorias que não enxergam essa realidade, Bourdieu acrescenta sua aprovação a autores que advertem para o perigo de se anular a responsabilidade do opressor e culpar o oprimido quando se abraça a noção de consentimento.

As observações de Bourdieu desfazem, portanto, a suspeita do mau uso daquilo que Tomachevski (1973, p. 184) denomina “motivação composicional”. Esse princípio determina que todos os objetos ou episódios colocados no campo visual do leitor

(motivos) devem mostrar alguma utilidade. “A introdução de todo motivo particular ou de cada conjunto de motivos deve ser justificada (motivada)” (p. 184). Se não ocorrer essa “unidade estética”, essa ligação dos motivos com o texto inteiro, o leitor ficará insatisfeito.

Um segundo tipo de motivação composicional é a introdução de motivos destinados às caracterizações. Em *A filha sem dote*, o motivo do vinho de Borgonha, um falso vinho de baixo preço, caracteriza a existência miserável do personagem e prepara para a partida de sua amada. Seguindo esse raciocínio, diríamos que a determinação de Margarida ao sair de casa apontaria para sua caracterização como personagem não capturável. Como essa expectativa não se realiza, o motivo da coragem seria desnecessário, pensamos, já que ela não faz uso dele ao ser enredada pela urbe e pela ordem patriarcal. Porém, se, aparentemente, não existe coerência entre as condutas inicial e final da personagem, a advertência de Bourdieu (2002) indica com clareza uma motivação para o fato. É exatamente o efeito duradouro exercido pela ordem opressora que impede a total ruptura com essa ordem, privando a personagem de um “final feliz”.

E mais: dentro da tradição narrativa, quando um herói deixa o lar depois de ser admoestado a não fazê-lo, ele merece ser castigado por um vilão, que entrará na história a partir daí, ou por circunstâncias adversas. Essa estrutura é observada já na parábola bíblica do filho pródigo e em estudos narratológicos que se ocupam do conto maravilhoso (Bremond, 1972, por exemplo).

O final reservado à Margarida é o final comum a toda menina desobediente do regime conservador, sobretudo, às interioranas que desprezam o lar e a autoridade paterna e vão para a cidade grande atrás de sua autonomia. Via de regra, seu fim na cidade é a prostituição. Nesse ponto, é possível enxergar ao lado da resistência feminina operada no conto uma espécie de defesa do conservadorismo. Assim, não há que se falar em motivo desnecessário: o leitor acostumado a esses cenários pode, desde a saída de Margarida, antever o seu final, mesmo que não o deseje.

#### **4.2 A filha (César Baiocchi)**

A dominação masculina nesta narrativa é delineada pelo incesto cometido por um pai contra a filha e que acaba gerando uma segunda vítima: contra sua vontade, a personagem dá à luz uma filha do incesto. A ação principal é a luta da mãe pelo aborto, que o médico se nega a realizar, e a da filha gerada, na tentativa de descobrir a

identidade do pai. Um detalhe relevante, e, aliás, coincidente com os fatos reais, é a imunidade concedida ao molestar pela própria vítima em decorrência do reconhecimento de sua autoridade – ou do fato de ela se negar, talvez inconscientemente, a admitir a dor de ser violentada por aquele que deveria protegê-la.

A situação traçada por Baiocchi (1994) é diferente da relação de poder verificada no conto anterior, mas a divergência não vai muito além dos representantes dos papéis de opressor e oprimido num e noutro conto: patrão e empregada, pai e filha. A vítima nesse conto é uma jovem órfã de mãe, Sílvia, assediada e possuída sexualmente pelo pai, com quem passa a residir sozinha em um sítio após a morte da mãe. Se forem seguidas as pistas de Levi-Strauss (apud ROUDINESCO, 2003), a violência configurada no incesto será relativizada. *No incesto*, não no molestar (aliás, mesmo entre o casal conjugal, o coito aparenta ser uma brutalidade, a guiar-se por passagens da autora).

Pelo que se deduz de Levi-Strauss, a violência do incesto está em impedir a expansão da sociedade, da qual a família não pode prescindir. Ela necessita de “uma pluralidade de famílias prontas a reconhecer que existem outros laços afora os da consangüinidade” (ROUDINESCO, 2003, p. 15). Nisso consiste a sociedade, cuja manutenção é necessária por meio da proibição do incesto. É pelo processo social da aliança que se expandirá o processo natural da filiação. Quando o indivíduo deixa a família consanguínea, ele se dispõe para a troca e a comunicação com o outro, e por intermédio dessa troca, abre-se a possibilidade do desenvolvimento cultural da sociedade.

Dentro dessa lógica, os laços matrimoniais entre grupos sociais (e inclusive a circulação das mulheres) se estabelecem pela troca. A criação da família, segundo Levi-Strauss (apud ROUDINESCO, 2003, p. 14) supõe a existência prévia de “duas outras famílias, uma pronta a fornecer um homem, a outra, uma mulher, que por seu casamento farão nascer uma terceira e assim indefinidamente”. Portanto as famílias só podem se aliar umas às outras, ficando interditas as uniões intrafamiliares.

Além de necessária à constituição da família, a proibição do incesto faz a passagem da natureza à cultura, por arrancar a família do “*continuum* biológico que caracteriza o destino dos mamíferos” (ROUDINESCO, 2003, p. 16). Ou seja, a família deixa de ser apenas “um fato de natureza, inscrito nas leis da reprodução biológica”, passando a ser igualmente “um fato de cultura, construído pela sociedade” (p. 16). Com isso, a autora parece sugerir que foi a partir da proibição do incesto que a natureza

superou-se a si mesma, dando lugar ao surgimento da cultura. A nova ordem que emerge com o processo da aliança entre famílias diferentes substituiria a dimensão exclusivamente natural das relações humanas. Nessa nova ordem, as relações sexuais seriam regulamentadas pela ética e pela moral, pela natureza e pela sociabilidade.<sup>3</sup>

As relações incestuosas são proibidas nesse contexto somente entre mãe e filho e entre pai e filha (nas civilizações antigas, admitiam-se casamentos entre primos, irmãos, cunhados etc.). A interdição tornou-se uma das maiores invariantes das leis da aliança e da filiação, presentes no casamento (ROUDINESCO, 2003). Para Freud, assim como para Levi-Strauss (apud PONTES, 2004, p. 13), ela “constitui um fenômeno sociocultural de caráter universal. Esse fenômeno gera comportamentos, leis, instituições, regras, moral e uma ética de conformidade com a formação social de cada povo”, reiterando, em todos os povos, o rechaço ao incesto.

Fora do contexto de formação da sociedade, o incesto não constituía violência, sendo antes um fato natural. Aliás, ainda atualmente, nas sociedades democráticas, a criminalidade do ato incestuoso é relativizada se levarmos em conta que ele constitui “um interdito interiorizado, mas não é punido enquanto tal se nenhuma queixa é feita por um dos parceiros” (ROUDINESCO, 2003, p. 16). Entretanto ela se configura desde a instituição do interdito.

Na tragédia de Sófocles, a culpabilidade do incesto cometido entre Édipo e Jocasta, sua mãe, é reconhecida por ela mesmo não havendo culpa de nenhuma das partes, na visão de Roudinesco. Jocasta desposara o filho sem o saber, não o reconhecendo no momento da união. Ele, da mesma forma, não foi motivado pelo desejo, tendo recebido a mãe “como um direito outorgado pela cidade” (ROUDINESCO, 2003, p. 62). A união entre ambos foi sacrificial, segundo a autora, e não a consequência de uma rivalidade entre Édipo e o pai, como quer Freud. Na tragédia, “o assassinato precede o incesto” (p. 62), não se justificando a insistência de Freud no desejo do filho pela mãe a ponto de matar o pai para desposá-la.

É certo que Jocasta tenta persuadir o filho de que é isento de culpa, já que, nos sonhos, muitos outros também se deitavam com as mães. Todavia ela quer, com isso, apenas protegê-lo. Tanto que, “ao tomar consciência, *antes dele*, da verdade”, ela o

---

3 Entre as regulamentações instituídas na ordem familiar pela interdição ao incesto, está a “regra sagrada da diferença das gerações, [diferenças de idade] necessária à ordem social e às estruturas fundamentais da família” (ROUDINESCO, 2003, p. 54).

chama “maldito”, desejando que ele jamais viesse a saber quem era (ROUDINESCO, 2003, p. 58, grifo da autora). Mais do que isso, porém, o que denuncia a atribuição de culpa, não só ao filho, mas também a si mesma, é a sua autopunição com a morte por enforcamento. Seguindo-lhe o exemplo, Édipo também se pune furando os olhos com os alfinetes arrancados da túnica da mãe, ao encontrá-la morta em seus aposentos.

Se nem nas circunstâncias em que se desencadeou esse incesto os personagens se eximiram de culpa, menos ainda no conto de César Baiocchi, em que o pai, ao possuir a filha, encontra-se consciente de seus atos. Mesmo sabendo que ele se tornara um alcoólatra após a morte da esposa, nada no conto evidencia sua inconsciência ao cometer o incesto. Ao contrário, quando Sílvia, sua filha, conta que, morrendo-lhe a mãe, os empregados da casa foram saindo até que ele ficou só, somos logo tentados a crer que a saída dos empregados foi, de alguma forma, forjada por ele. O campo livre facilitaria suas arremetidas contra a moça.

Mais uma vez os indícios de Barthes, isto é, os sinais implícitos no texto, é que nos dão a pista, assim como nos levam a crer que, a partir do momento em que o pai vai “*ficando estranho, diferente*”, depois da viuvez (BAIOCCHI, 1994, p. 85), já está sendo movido pelo desejo. A personagem capta as mudanças de comportamento, mas não consegue decifrá-las, o que pode levar o leitor desavisado a apontá-la como culpada. Afinal em nenhum momento ela apresenta resistência suficiente, primeiro, por não compreender o prenúncio dos fatos e, em seguida, por sentir pena do pai. Pena e respeito, segundo o diálogo que ela mantém com o médico a quem recorre para uma tentativa de aborto. Depois de exteriorizar esses sentimentos, Sílvia afirma que fora criada no mato e que percebera tarde o que poderia acontecer. Antes de sair desesperada do consultório, perante a recusa do médico, ela informa, como que para redimir-se de um provável sentimento de culpa: *Eu resisti, resisti, até que...*” (BAIOCCHI, 1994, p. 85, grifos do autor).

Portanto são possivelmente as emoções corporais provocadas pelo ato do reconhecimento, como diz a teoria de Bourdieu (2002), aliadas à ingenuidade de Sílvia, que a impedem de reações mais drásticas e dão esse ar de convivência às suas atitudes. Ela trazia interiorizado o bê-á-bá da dominação masculina, reconhecendo, portanto, o poder e o direito daquele homem sobre si. Não só não resistia, como também defendia o pai: “*O que aconteceu não tem culpado. [...] Meu pai não sabia o que estava fazendo...*” (p. 85, grifos do autor).

Ela o justifica com insistência, afirmando que estava doente. Essa possibilidade de consentimento da vítima pode estar condicionada à “invasão de sua consciência pelo poder onipresente dos homens” (BOURDIEU, 2002, p. 47). Seus pensamentos e ações estariam limitadas pela solidez da estrutura dominante, vindo a explicar sua adesão dóxica ao agressor.<sup>4</sup>

Assim como Bourdieu, Nogueira (2001, p. 215) também alude à “internalização de traços, comportamentos e papéis” por parte das mulheres, que acabam interiorizando igualmente sua desvalorização e subordinação. Para Bourdieu (2002, p. 39), esse processo é culminado por “uma espécie de autodepreciação ou até de autodesprezo automáticos”.<sup>5</sup>

Isso acontece à Margarida (em menor grau), à Sílvia e, de resto, à maioria das mulheres oprimidas da *Antologia do conto goiano*. De forma geral, elas têm consciência, inclusive, do processo que as conduz ao assentimento; no entanto, parafraseando Camille Paglia (1990, p. 25), essa é uma realidade que elas não podem afastar “com pequenos gritos de independência” e acabam resignando-se. No caso de Sílvia, sua única resistência concreta é o desejo de morte, manifesto numa tentativa de suicídio.

A propósito, essa é também a reação de seu pai, que se suicida quando nasce Conceição, a filha do incesto. O incidente, narrado de relance por Conceição, nem chega a sair do discurso para constituir um episódio narrativo. Oculto pela brevidade da alusão, não denuncia claramente o remorso do personagem, que, no entanto, ocorre. Só depois de revelado o incesto, é que se conclui que a breve referência ao fato é uma motivação composicional e mais um indício colocado em funcionamento, o indício do remorso.

Na tragédia de Sófocles, a autopunição é a resposta para o arrependimento das duas partes, mas só tem efeitos fatais para a mãe. Semelhantemente, em “A filha”, a mesma solução é buscada pelos dois envolvidos, mas somente a morte do pai se consuma. Não fossem esses acontecimentos, seria plausível acusá-lo de total indiferença para com a sorte da moça. Não se depreende de sua fala, após a tentativa de suicídio da filha, nenhum desespero, nenhuma manifestação de ciência quanto ao motivo dessa

---

4 Vimos que uma segunda hipótese, de cunho psicanalítico, para a negação da culpa do pai seria a dor de ter sido violentada por ele, algo inaceitável para a personagem. Contudo, a pesquisa não comporta o desenvolvimento dessa explicação, que foge à questão do gênero.

5 Ver a esse respeito também as posições de Cuche (2000) e Louro (2007) quando abordam a formação das identidades.

atitude. Mesmo que a gravidez, de mais de três meses, não lhe ocorra aos olhos ou à mente, é impossível ignorar a desgraça da criatura, mas ele se limita a levá-la ao hospital e, friamente, observar que ela “parecia” ter tentado suicidar-se. Até esse momento, nenhuma sombra de remorso, nem de autocondenação, encontra guarida nas linhas da narrativa. Esses sentimentos parecem ter sido recalçados ou inexistentes até o nascimento da criança.

A resistência de Sílvia contra sua condição vai além da de Margarida, que adere mais facilmente às circunstâncias, conquanto as tentativas empreendidas pela primeira resultem em vão. Nem seu desejo de morte nem sua luta contra a concepção gerada no incesto se concretizam, mas, desde o terceiro mês da gestação, ela se debate contra seu destino. É uma moça interiorana, desprovida de malícia e de experiência, mas, no desespero, sua visão de mundo parece abrir-se, adiantando-se ao conservadorismo do médico local, doutor Plínio, que se nega a realizar o aborto. Homem bondoso, dedicado aos pacientes, acaba, entretanto, colocando a ética profissional acima da situação de Sílvia.

A reação de Sílvia é algo curioso, se considerarmos a ingenuidade e resignação que demonstra no começo, e, ao mesmo tempo, compreensível, porquanto movida pelo desespero. É uma “presa da espécie” feminina (BEAUVOIR, 1970), e no fim terá de se dobrar a isso numa passividade fatalista, mas somente depois de se frustrarem seus esforços para o aborto. Ao contrário de Margarida, ela insurge-se no final, apesar de não conseguir romper a moral reinante em seu universo. No centro dessa moral, o aborto ainda constitui o mais abominável método de controle da natalidade, e sua feição criminosa, decretada desde o direito canônico (BEAUVOIR, 1970), ainda se conserva em todas as sociedades – não obstante as controvérsias atuais. O médico procurado por Sílvia não quebraria um protocolo de séculos, mas ela, sim, se dispõe a fazê-lo.

Segundo Beauvoir, o método de controle mais combatido, na Europa e no restante do mundo, foi o aborto. Hoje ele se encontra legalizado em vários países do mundo, e, de acordo com Roudinesco (2003, p. 104), isso retira “da dominação masculina o controle total sobre a procriação”. A legalização do aborto não o faz, entretanto, menos repulsivo para a moral que o repele, inclusive, para a moral cristã. Afinal a defesa da procriação está enraizada desde a Antiguidade. Em suas *Leis*, Platão (apud ROUDINESCO, 2003, p. 147) já determinava:

Que se obedeça à natureza no acasalamento destinado à procriação; que não se toque no sexo viril; *que não se mate deliberadamente a raça humana*; que não se lance deliberadamente a semente entre as rochas e as pedras onde ela jamais se enraizará de maneira a reproduzir sua própria natureza; que se abstenha enfim, no campo feminino, de qualquer labor que se recuse voluntariamente à fecundação (Grifo nosso).

Nesse sentido, as ações de Sílvia mostram-se afinadas já com a quarta onda dos movimentos feministas mundiais, fase coincidente com a produção do conto. O momento em que ele foi escrito é definido por Tietzmann Silva no ensaio de abertura da *Antologia do conto goiano*, volume II. O volume “ cobre o fecundo período que vai do final dos anos 60 até o início dos anos 90. Seu domínio é o do conto contemporâneo” (p. 12), quando o movimento encontrava-se em alta. A filha/mãe pode, portanto, representar uma tentativa de afirmação da mulher, ainda que isso não ocorra em sua mente, mas na visão do autor.

Como observado, Sílvia reage por desespero, pois não seria normal que aceitasse ter um filho do próprio pai. Mas, ao mesmo tempo, seu pavor a leva para um caminho anormal no seu contexto de vida. Para uma mocinha acostumada a dobrar-se tanto às circunstâncias, seria mais natural que simplesmente se entregasse a elas, assistindo ao crescimento do ventre e aguardando a chegada da criança. É nesse aspecto que cogitamos numa possível abertura da consciência e numa repentina harmonia da personagem com o feminismo, mesmo que não deliberada.

No Brasil, a quarta fase do movimento reclamou, entre outras coisas, a liberação da sexualidade feminina e o direito ao aborto. As discussões acerca do planejamento familiar impregnaram a luta, e as brasileiras começaram a reivindicar o prazer sexual (DUARTE, 2003). É surpreendente, portanto, a afinidade com algumas dessas demandas por parte de uma personagem que demonstrara antes tamanha passividade, ainda que a aflição e o desamparo sejam agora os seus motores.

Anos mais tarde, não tendo conseguido libertar-se da espécie, a filha já crescida, Sílvia se rebela novamente contra a condição feminina, desta vez, no plano da instrução:

Consegui estudar até completar o ginásio. Ela [Sílvia] contava que após a morte de sua mãe teve que viver no sítio com o vovô, sempre doente [ele], e por isso não estudou. Fazia tudo para que eu não deixasse. Quando adoeceu precisou vender as terras, mas não permitiu que eu saísse do ginásio (p. 83).

Criada no mato, como dissera ao médico, Sílvia não teve melhor sorte, no terreno da educação, do que as mulheres que viveram antes do século XIX, e mesmo do século XX, em alguns casos. No Brasil e em vários países do globo em geral, inclusive, na Europa, tão afeita ao progresso, o cerceamento da instrução feminina foi decretado durante esses longos séculos pelo discurso dominante masculino. Nogueira (2001) fala sobre o desdém dos filósofos pela educação feminina e pela capacidade intelectual das mulheres, lembrando que a filosofia nem sempre é amor à sabedoria, conforme se crê.

A *Econômica* de Xenofonte, escrita no período clássico da Grécia, já dava pistas da castração de seu desenvolvimento intelectual. O texto atribui ao esposo a responsabilidade pela instrução da esposa, realizada dentro do lar e com o único objetivo de ensiná-la a administrar a economia e o trabalho domésticos. Ao comentar a obra, Foucault (1984, p. 195-196) reproduz as palavras de Sócrates a Critóbulo sobre a importância da boa gestão do lar pela dona de casa e lembra ao mesmo tempo a sua falta de preparo em virtude da “sucinta educação” que recebe. O próprio Sócrates faz ver a seu interlocutor que, quando este se unira à esposa, ela “era uma jovem a quem não foi deixado [...] ver nem ouvir nada” (p. 195). Do mesmo modo, ressalta Foucault, Isômaco se casara com uma jovem de quinze anos e cuja educação nada lhe ensinara “além de fazer um manto e distribuir a lã às fiandeiras” (p. 197). No entanto,

*ele a formou* tão bem, e a transformou em uma colaboradora tão preciosa que pode agora confiar-lhe os cuidados da casa enquanto ele próprio fica disponível para os seus negócios, quer no campo ou na ágora, ou seja, nos lugares onde deve exercer de maneira privilegiada a atividade masculina (FOUCAULT, 1984, p. 197, grifo nosso).

Os discursos contrários à ampliação da educação feminina desenvolvem-se como praga na filosofia. Aristóteles (apud BEAUVOIR, 1970, p. 10) ousa dizer que “a fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades”, que seu caráter sofre “de certa deficiência natural”. Essa afirmação da incapacidade natural das mulheres foi uma das ideias que contribuíram para a sonogação de instrução a elas, algo persistente até o século XX. Em meados desse século, a situação ainda remete à era clássica: Comte e seus partidários ainda atribuem ao gênero feminino um estado de infância contínua. Nesse contexto, a mulher não governa, apenas administra. Sua instrução deve ser

limitada, a educação não lhe convém, e, à semelhança do que ocorre aos proletários, não lhe é dado tornar-se autora (BEAUVOIR, 1970).

Smith (2003, p. 391), em um estudo sobre as experiências profissionais traumáticas vivenciadas pelas historiadoras norte-americanas do final do século XIX e ainda por volta de 1920 a 1950, assinala os preconceitos contra a capacidade intelectual da mulher. A autora recorda o discurso de Kant, em cuja visão apenas os homens possuiriam “razão inata para relacionar-se com o que [está] fora da compreensão – isto é, da natureza – e assim desenvolver o conhecimento”. A linguagem da desaprovação à educação intelectual feminina evoluiu “para uma bem-estabelecida ‘verdade científica’, segundo a qual o estudo destruía a saúde física e emocional” das mulheres (SMITH, 2003, p. 395). A autora dá notícias de motins violentos provocados nos meios universitários europeus no século XIX por estudantes contrários à presença de mulheres nas universidades. Os professores adotavam igualmente formas próprias e efetivas de “disciplina” no sentido de mantê-las fora desses meios, inclusive, na atuação profissional.<sup>6</sup>

No Brasil, particularmente, a “primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas” surgiu em 1827 (DUARTE, 2003, p. 153). Rabelo (2010) faz uma ligeira referência a essa legislação, acentuando que ela foi um marco para a instrução pública no Brasil imperial. Entre outras medidas, estipulava a criação de escolas de primeiras letras para meninos e meninas, dando ênfase a um currículo variado de disciplinas. Contudo, o que particularmente nos chama a atenção nessa passagem é a prioridade outorgada ao ensino de prendas domésticas para as meninas, que receberiam tais instruções em substituição à geometria. A esta última, somente os meninos teriam acesso. Essa é uma evidência de que a instrução feminina no país não ocorreu sem limitações e resistências e de que seu advento ainda privilegiava os interesses masculinos. Além de preparar para a administração da casa, ela visava outros benefícios para os homens, segundo indicam várias observações de Rabelo.

Miridan Knox Falci (2000), citando Brito e Queiroz, fornece vestígios idênticos aos de Rabelo em relação ao privilégio masculino na área do conhecimento. Seu artigo concentra-se nas mulheres do sertão nordestino, mas esse recorte ajuda a diagnosticar o problema no Brasil. Ela informa que, nessa região, no século XIX, mesmo as mulheres

---

6 Cf., também, Woolf (1928, p. 10-21 e 27).

com um certo grau de instrução, obviamente originárias da elite, ficavam restritas ao espaço privado. Além disso, pertencer à elite não era, para a mulher, garantia de acesso aos estudos.

Muitas filhas de famílias poderosas nasceram, cresceram, casaram e, em geral, morreram nas fazendas de gado. Não estudaram as primeiras letras nas escolas particulares dirigidas por padres e não foram enviadas a São Luís para o curso médio, nem a Recife ou Bahia, como ocorria com os rapazes de sua categoria social. Raramente aprenderam a ler e, quando o fizeram, foi com professores particulares, contratados pelos pais para ministrar aulas em casa. Muitas apenas conheceram as primeiras letras e aprenderam a assinar o nome. Enquanto seus irmãos e primos do sexo masculino liam Cícero, em latim, ou Virgílio, recebiam noções de grego e do pensamento de Platão e Aristóteles, aprendiam ciências naturais, filosofia, geografia e francês, elas aprendiam a arte de bordar em branco, o crochê, o matiz, a costura e a música (2000, p. 251).<sup>7</sup>

Por fim mencionamos a referência ao tema no estudo de Cristiane Pires Teixeira (2006, p. 56). A autora analisa a construção da identidade feminina em *Vintém de cobre*, de Cora Coralina, revelando, em meio à discussão, o “pouco ensino” recebido pelas mulheres do tempo da poetisa. Segundo Cora, as próprias mulheres, como sua mãe e sua avó, justificavam a situação dizendo que “menina sabichona não servia pra casar”.

A atmosfera de mudanças indicada por Baiocchi e por seu narrador passa dessas esferas para a da técnica narrativa. Tietzmann Silva esclarece que o contexto dos contos reunidos neste volume abrange desde a década de 1960, uma “década de renovação”, segundo ela. O resgate periódico desses tempos de mudança pela imprensa e o interesse do público por essas lembranças revelam a importância do período, que deu origem a muitos hábitos, conceitos e comportamentos revolucionários, embora hoje eles sejam rotineiros. A autora cita vários acontecimentos, entre os quais, “o golpe militar de 64 e o caudal de repressão, autoritarismo e medo que o acompanhou” (p. 14). Além desses, e apesar da censura reinante, as renovações operadas na literatura e os ventos do feminismo e da liberação sexual também marcaram época.

---

<sup>7</sup> Cf., também, Woolf (1928, p. 56 e 59).

No conto de Baiocchi, a harmonia com esse clima revela-se, principalmente, na novidade técnica. O autor manipula as vozes e o foco narrativo de forma a construir três narrações (três níveis narrativos) dentro do conto: a de Sílvia, a de Conceição e a de um narrador externo a elas, que inicia a história e segue depois fazendo a mediação nas outras duas narrações. O relato do incesto inicia-se dentro do nível ocupado pelo narrador e termina com a narrativa de Sílvia. O leitor só perceberá isso no final da história, pois o narrador não faz menção explícita ao ato incestuoso, limitando-se a colocar em cena, diretamente, as digressões de doutor Plínio, o médico. É através dessas lembranças que ele evoca o momento em que lhe foi revelado o incesto.

As digressões começam pela chegada do médico às redondezas onde viviam Sílvia e o pai, e vão até o momento em que ela o procura para o aborto, tentando, em seguida, o suicídio. Para separá-las do discurso entre os personagens, o autor do conto registrou-as em itálico. Com esse recurso visual, o episódio coberto pelos fatos que levarão ao conhecimento do incesto adquire realce, e evita-se a confusão entre as vozes da primeira filha, Sílvia, e da segunda, Conceição. Sem essa distinção, elas ficariam indefinidas em certos momentos.

O itálico e a separação nítida das três vozes permitem a passagem brusca de um bloco narrativo ao outro, garantindo a autonomia entre os blocos, que caminham fragmentados visualmente, mas não na mente do leitor. A primeira leitura do conto assemelha-se a um quebra-cabeça, que ele desvendará ao final pela ligação das vozes narracionais. Das vozes e do tempo, que também se divide em dois momentos justapostos e entrecortados: passado e presente. O passado é o tempo mais longo da história, recobrando a morte da mãe de Sílvia, o incesto, suas tentativas de aborto e de suicídio, o suicídio do pai, a convivência com a filha Conceição e finalmente a doença, que leva Sílvia à morte. Em sua quase totalidade, esse tempo é vivido na mente de Conceição e de doutor Plínio, o médico, com alguns intervalos cedidos ao narrador. O presente, agora totalmente expresso na fala do narrador, restringe-se à entrada de Conceição no consultório do médico para interrogá-lo, a pedido de Sílvia, sobre a identidade do pai e ao diálogo travado nesse sentido. Esse intervalo de tempo é, entretanto, suficiente para que os personagens tragam todo o passado à tona, Conceição através do discurso direto dirigido ao médico, e ele por meio das digressões mentais, frequentemente, interrompidas pelo interrogatório desesperado da moça.

A fragmentação do tempo e das vozes, de forma a dividir a narrativa nos três níveis, também possibilita um entrelaçamento entre eles. O primeiro nível abrange as

falas, as ações e os pensamentos introduzidos pelo narrador externo para preparar o relato do incesto e da tentativa de aborto. Isso inclui partes da conversa entre Sílvia e doutor Plínio, trazidas à tona por suas lembranças. Dentro desse bloco, Conceição toma a palavra e narra sua história ao médico, iniciando-se aí o segundo nível. Essa invasão perdura até o início do terceiro nível, Conceição interrompendo as digressões de seu interlocutor e chamando-o à conversa, de forma que os blocos se interpenetram. A história de Sílvia compõe o terceiro nível, mas ocupa também o primeiro. Uma parte dela é resgatada ali, através dos pensamentos de doutor Plínio, e somente a outra é narrada por sua própria boca nesse último nível.

As histórias das duas filhas também se interpenetram, quase se duplicam, havendo entre ambas uma relação de causalidade: a da segunda filha começa com a da primeira. Além disso, elas são atravessadas por semelhanças, a exemplo do espaço de moradia das personagens, da perda de suas mães, do socorro buscado no médico e do sofrimento que se prolonga na vida da filha do incesto. A fusão se manifesta no próprio título, pesado de ambiguidade, pois a filha a que ele se refere pode ser ao mesmo tempo a mãe.

Longe de ser um defeito, esta é mais uma artimanha do autor para lograr, desde o título, o mérito de seu conto. A ambiguidade, afiança Portella (apud DE CASTRO, 1979, p. 34), é o transbordar dos limites da língua graças à força geradora da linguagem. Em consonância com os formalistas, o autor assegura que, quanto mais ambíguo for o literário, mais literário ele será. Para o formalismo, a ambiguidade é significativa, conferindo sentidos novos à palavra dentro do texto. Eikhenbaum (1973, p. 28), falando especificamente do verso, assinala que a palavra dentro dele cerca-se de nova atmosfera semântica, e isso desencadeia “a formação de significações marginais que violam as costumeiras associações verbais”.

Essa ambiguidade existente no verso manifesta-se também na prosa, atuando como elemento da literariedade – aquilo que confere a uma obra sua qualidade literária, imprimindo-lhe os traços que a distinguem como tal. A literariedade se constrói com a utilização particular, diferenciada, dos elementos de uma obra, de forma que possamos percebê-los e senti-los. Somente quando a linguagem passa pelo estranhamento, ou singularização, mediante esse uso particular que se faz dela, é que o objeto artístico pode ser sentido, reconhecido. O habitual não pode ser visto, experimentado. Por isso o automatismo das construções literárias deve ser quebrado pelas particularidades intrínsecas da literatura, como o encaixamento, o discurso, as metáforas, paralelismos,

ambiguidade e outras figuras e artifícios (EIKHENBAUM, 1973). Chklovski (1973) esclarece que tais procedimentos são usados para obscurecer a forma literária, tornando-a mais difícil e aumentando em consequência a duração da percepção. Nisso consiste o estranhamento requerido da arte, que então nos fará sentir os objetos, devolvendo-nos a sensação da vida.

No conto de Baiocchi, o que nos faz senti-lo, pelo prolongamento de nossa percepção, são as dificuldades criadas por meio da anacronia, do discurso e especialmente da interpenetração das histórias, iniciada desde a ambiguidade do título. Esse último arranjo faz do conto uma narrativa encaixada, termo empregado quando se conta uma história dentro de outra. O encaixamento, conforme referido, é uma estratégia de singularização da narrativa. Segundo Mieke Bal (2009, p. 147), “el texto narrativo constituye un todo en el cual se pueden *intercalar* otros textos a partir del texto del narrador. La dependencia del texto del ator con respecto al del narrador debería considerarse la de una proposición subordinada a una principal (grifo da autora).<sup>8</sup> O texto do narrador é designado por ela como texto básico, o que não implica juízo de valor, mas uma hierarquia no sentido técnico. “La historia intercalada puede *explicar* a la básica, o puede *recordarla*” (p. 149, grifos da autora).

Para Genette (1979), essa função explicativa ocorre quando há uma causalidade direta entre os acontecimentos da narrativa intercalada (narrativa no segundo grau ou metadieética) e os do texto básico (primeiro grau ou diegese). Pode acontecer também que a relação entre as narrativas seja puramente temática, sem nenhuma continuidade espaço-temporal de uma para a outra. Como ilustração desse caso, ele cita o romance *Moyse sauvé*, em que uma das personagens hesita em executar uma ordem divina e o esposo, para convencê-la do contrário, conta-lhe a história do sacrifício de Abraão. Nesse exemplo, embora seja evidente a relação temática, em função da analogia entre as narrativas de primeiro e segundo grau, essa última é contada pelo personagem com o objetivo de persuadir a esposa. Quando o leitor percebe essa influência de uma história sobre a outra, normalmente, ela desempenha alguma função, mesmo nos casos de analogia.

Segundo Genette, o *mise en abyme* tão usado no romance francês dos anos sessenta é uma forma extrema dessas analogias. Mieke Bal (2009, p. 151) prefere designar essa estrutura (regressão infinita, em espanhol) como *texto espejo*. Ela explica

---

8 Cf. também Todorov (1972).

que o termo *mise en abyme*, conquanto seja usado no âmbito linguístico, procede da arte dos brasões, em que a regressão ocorre nas representações pictóricas. Na linguagem, ele pode criar complicações, pois “lo que se pone en la perspectiva de la regresión infinita no es la totalidad de una imagen, sino sólo parte de un texto, o un *cierto aspecto*” (p. 151, grifo da autora).

Em “A filha”, o fenômeno do encaixamento torna-se especialmente nítido no momento em que se inicia esta declaração de Sílvia: “ – Está bem, doutor. Eu vou revelar a verdade que deveria morrer comigo” (p. 85). O que ela conta a partir daí constitui um retorno ao seu passado, com o objetivo de revelar o incesto e, dessa forma, persuadir o médico a realizar o aborto. Existe entre seu relato e o do narrador uma relação de causalidade, na medida em que ela revela a identidade do pai/avô da criança, até então desconhecida, explicando, com isso, o motivo de seu desejo de abortar.

Até ali, tem-se a impressão de que o pai é o próprio médico, ignorando-se a causa da recusa em gerar a criança. Essa impressão é provocada por algumas motivações e indícios presentes na narrativa feita pelo narrador onisciente: Conceição vai à procura do médico e insiste para que lhe revele quem é o seu pai, e, olhando para a moça, ele se perde nas lembranças recordando a beleza de Sílvia e o dia em que entrou em seu consultório. Fala dos olhos de mel com que o fitara ao pedir-lhe o aborto e da vida, beleza e inocência que ela irradiava. Sente um mal-estar ao lembrar-se dela, e essa sensação aumenta quando vê os olhos castanhos de Conceição umedecidos, prestes a chorar. Quando esta afirma não ter conhecido o pai, o narrador onisciente esclarece que doutor Plínio sabia perfeitamente disso. Também informa que suas lembranças a respeito de Sílvia vinham impregnadas de emoções.

Todas essas pistas incitam-nos à ideia de um possível envolvimento entre ele e Sílvia e de que Conceição encontrava-se agora diante do pai. Aqui se trata da falsa motivação para a qual nos adverte Tomachevski (1973) ao discorrer sobre a motivação composicional: trata-se da introdução de um acessório ou episódio com o fim de desviar a atenção do leitor e surpreendê-lo com um desfecho inesperado. Esse artifício é comum nos romances policiais, onde é empregado para levar o leitor ou determinados personagens, como a polícia, a uma pista errada. O efeito desse retardamento é o suspense criado na narrativa, de forma a deixar o leitor intrigado até o último momento. De acordo com Bal (2009), quando o texto intercalado aparece no início, podemos, com base nele, prever o final do texto básico.

Em relação aos indícios que conduzem à ideia da falsa paternidade, são constituídos por informações sobre o perfil profissional do médico e que demonstram seu compromisso e empatia com os pacientes. De acordo com o narrador, doutor Plínio “mergulha nas anotações de queixas e sintomas” (p. 81), procurando captar as minúcias que possam ajudar no esclarecimento de seus dramas individuais.

Passa a viver e pensar nas dimensões do universo cujo centro é o doente. Suas ansiedades e expectativas das horas e dias do futuro são sentidas, valorizadas e interpretadas pelo médico, estabelecendo como que um fluxo entre os dois seres. [...] Na trilha de uma entrevista o tempo e espaço perdem a significação. Viaja montado na imaginação do paciente, vive suas fantasias, traduz suas mensagens [...]. Vive quantas vidas conheça, interpreta quantas informações receba sem julgá-las e ama o ser humano como ele é, do simples ato reflexo à completa transcendência (p. 81-82).

Tamanho devotamento explica a afeição que desenvolvera por Sílvia, cujo sofrimento acompanhou com dedicação, apesar de seus princípios impedirem-no de atendê-la com o aborto. O desenlace da história mostra que sua relação com ela resumira-se a isso, ao contrário do imaginado quando a recorda no diálogo com “a filha”. Só no final compreendemos que as características profissionais de doutor Plínio eram sinais que justificavam esse tipo de afeição que teria pela moça e as lembranças decorrentes desse afeto. Nosso logro, tramado pelo narrador, advém de não os interpretarmos no início.

Barthes (1972, p. 31) explica que, para compreender a utilidade de uma “notação indicial, é necessário passar para um nível superior (ações dos personagens ou narração), pois é somente aí que se esclarece o índice”. A natureza do índice é integrativa, pois ele remete a um *conceito* necessário ao sentido da história. Seu caráter é diferente do da função (ou da motivação composicional de Tomachevski, 1973), que remete a um *ato* complementar e consequente: “a compra de um revólver tem como correlato o momento em que será usado” (BARTHES, 1972, p. 31). Os índices “são unidades verdadeiramente semânticas, pois, contrariamente às ‘funções’, eles remetem a um significado, não a uma operação” (p. 31). Por exemplo, quando um narrador menciona a existência de um telefone de quatro receptores em uma empresa para a qual trabalha determinada personagem, a palavra quatro “remete a um conceito necessário ao conjunto da história (o de uma alta técnica burocrática)” (p. 30). A potência administrativa da empresa não é nomeada, mas indexada pelo número de aparelhos

telefônicos. E o que importa é destacar essa potência, ainda que ela não tenha incidência sobre a sequência de ações da personagem. Semelhantemente, a caracterização de doutor Plínio pode soar irrelevante para a sequência de ações da história, mas sua importância é revelada quando se desfazem as motivações falsas e o enigma da paternidade.

Voltando ao trecho em que Sílvia denuncia o incesto, observamos ainda algo condizente com sua situação narrativa: ele constitui um “texto intercalado não narrativo”, nos termos de Bal (2009, p. 153), pois todo ele se resume na finalização de sua conversa com o médico, sem nenhuma interferência do narrador externo. A confiança e as discussões entre personagens estão, aliás, enumeradas pela autora entre as formas possíveis de conteúdo dos textos intercalados. Ela ensina que, nesses casos discursivos, o significado do fragmento é criado pela totalidade das palavras da personagem, a exemplo do que ocorre no terceiro nível desse conto. Além disso, eles compartilham das características dos textos dramáticos, o que também é visível aqui, graças à “pureza” do diálogo. A dramaticidade de um texto consiste na representação direta dos fatos, por meio daquilo que as personagens fazem e falam. Não há indicações diretas do autor sobre o que elas percebem, sentem ou pensam. Elas fazem isso por conta própria. Seus estados mentais são inferidos através da ação e do diálogo. Os textos narrados nesse modo assemelham-se a peças dramáticas, pois “o leitor aparentemente não ouve ninguém senão os próprios personagens, que se movimentam como se estivessem em um palco” (FRIEDMAN, 2002, p. 178-179). O modo dramático evita que a ilusão da realidade seja quebrada, como acontece quando a história é percebida e narrada de fora pelo autor. A presença deste coloca um obstáculo a mais entre o leitor e a ilusão da verdade (BEACH apud FRIEDMAN, 2002).

Neste conto, não apenas a narrativa de Sílvia, no terceiro nível, mas igualmente os outros níveis estão entrecortados pelas interlocuções entre os personagens, que os cobrem quase integralmente. Bal (2009) tem razão, portanto, ao dizer que o diálogo é a forma predominante de texto intercalado não narrativo. Os argumentos encontrados em Friedman sobre a ilusão da verdade também são comprovados nestas passagens, em que o leitor se sente próximo dos eventos narrados, como se tomasse conhecimento dos fatos à proporção que acontecem.

A superposição de níveis narrativos e a dramaticidade conferida por cenas dialogadas, por vezes, quase integralmente, não são as únicas experimentações técnicas do conto. A quebra da linearidade textual se junta a essas novidades para atrair a

atenção do leitor e forçá-lo à concentração. No texto linear, segundo Bal (2009, p. 60), “una plabra, una frase, sigue a outra. [...] En um texto narrativo es possible hablar incluso de una doble linealidad: la del texto, la serie de frases, y la de la fábula, la serie de acontecimientos”.

Essa linearidade é rompida, por exemplo, pelos desvios na ordem cronológica dos fatos, também chamados de anacronias. São “las diferencias entre la ordenación en la historia y la cronología de la fábula” (BAL, 2009, p. 61). Quando se quebra a ordem cronológica, o leitor é compelido a um exercício mais intenso. Para não perder o fio da história, ele terá de prestar atenção à ordenação das sequências, e esse esforço o obriga também a refletir sobre outros elementos. Frequentemente o recurso possibilita maior clareza sobre os comportamentos e a sorte dos personagens, por exemplo. Trata-se do estranhamento referido pelos formalistas e cuja finalidade é aumentar a fruição da obra de arte.

Os dois tipos principais de anacronia são a analepse (retorno ao passado ou *flashback*) e a prolepse (antecipação do futuro). Explicando a terminologia de Genette, Ernest Rudin (2007, p. 1) esclarece que a analepse consiste na “evocación de un acontecimiento anterior al momento en que se encuentra el relato” básico. É o que se sucede em “A filha”. No relato de Conceição, ocorrido no tempo presente e dentro do texto básico (o do narrador externo), ela faz uma retrospectiva ao seu passado, contando fatos que, pela ordem da narrativa, teriam lugar bem mais adiante. Nas digressões do médico, ainda dentro do relato básico, outras tantas retrospectivas são feitas da mesma forma, desta vez ao passado de Sílvia. Quando se abre a narrativa dessa última personagem, o leitor já tem conhecimento de quase toda a sua história, à exceção do incesto. Este é narrado por último, quando deveria constituir, provavelmente, o terceiro episódio do conto.

Uma simulação das ordens normal e anormal da narrativa resultaria, aproximadamente, no esquema abaixo, representando-se pelas letras a ordem anormal e pelos algarismos a ordem normal: F1) Sílvia e os pais viviam na cidade, até que o pai resolve mudar-se com a família para o sertão; G2) Após a mudança, morre a mãe de Sílvia, quem sabe, em decorrência da angústia que lhe causara a ida para o sertão; H3) O incesto é cometido; E4) Sílvia procura o médico para o aborto e, em seguida, tenta o suicídio; I5) Nasce Conceição e seu pai/avô se suicida; C6) Conceição torna-se moça e passa a interrogar a mãe sobre a identidade de seu pai; B7) Sílvia adoece e, prevendo a morte, recomenda à filha que procure doutor Plínio para que lhe revele a verdade que

ela quer saber; A8) Conceição chega ao consultório do médico e narra sua história, pressionando-o a desvendar o mistério; D9) Ele ruma os fatos na memória, recordando o dia em que Sílvia o procurara para o aborto e a história do incesto, que ela lhe contara. Esse tempo, psicológico, é o mais longo da narrativa, recobrando toda a vida de Sílvia até ali.

O objetivo da remissão à anacronia e ao encaixamento é demonstrar a força desses fenômenos na captação das relações de gênero no conto. É escusado falar de sua importância nesse sentido, depois das observações de Bal e dos formalistas sobre o esforço de concentração exigido do leitor diante de artifícios dessa natureza. As condutas e sensações dos personagens de Baiocchi se tornam mais claras quando, em função dos elementos comentados, nos atemos com mais força à história. Ainda com o auxílio deles, percebemos o predomínio das relações desiguais entre os gêneros no primeiro e no terceiro nível da narrativa. Isso não isenta o segundo nível da presença de efeitos dessa relação desequilibrada: eles recaem sobre a protagonista desse nível, repetindo nela as consequências dolorosas do incesto.

Diante do exposto, não faria sentido passar pelo enredo e pelo tema do conto deixando de lado os mecanismos de sua construção. Aliás, é do zigue-zague entre os fragmentos narrativos e as retrospectões que brota toda a força dessa história de violência, cujo enredo por pouco não se apaga diante da técnica.

#### **4.3 Aгенor da Bita do Totôe do Vau Grande (José Antunes de Lima)**

A virilidade e o ativismo constituem os principais atributos de Aгенor, o protagonista deste conto, cuja matéria são as ações empreendidas por ele da abertura ao fechamento da história. A esposa do personagem, ao contrário, é o símbolo da passividade. Desde menino, Aгенor se entrega a façanhas e valentias, e, ainda na juventude, a garrucha se lhe torna familiar. Muito cedo se transforma num fugitivo da justiça, ao mesmo tempo em que ganha segurança para desafiá-la. Casando-se, encontra a esposa com um amante e, conhecendo certamente a frouxidão da lei diante de crimes masculinos cometidos “em defesa da honra”, não hesita em assassinar os dois e fugir em seguida. O mesmo fato se repete em seu segundo casamento. A violência e o ativismo

de Agenor, somados à nulidade de sua primeira esposa (a segunda só aparece de relance), denotam o desequilíbrio na relação de gêneros exposta no conto.

E mais, sua brutalidade é um traço da cultura, que, como assinala Stearns (2007, p. 236), “há muito reforça o comportamento agressivo dos homens”. A legitimação da violência masculina é tão antiga quanto a ideia dos direitos de liderança do homem em função da crença em sua superioridade. É isso que viabiliza no conto a punição do adultério feminino com a pena de morte aplicada pelo próprio marido. Aliás, sempre se deu aos maridos o direito de matar “para lavar a honra”. Lavar a honra e defender sua propriedade, a mulher que lhe é passada como empréstimo pelo pai, como lembra Stearns (2007).<sup>9</sup>

No direito moderno, as concessões ao homem não são tão explícitas, mas, na Antiguidade, a lei não tinha pudores para estabelecer a dissimetria de direitos entre os casais e apoiar a violência masculina, exatamente pelo fato de se tratar a mulher como propriedade do pai ou do marido. O tratamento do adultério é uma das expressões mais fortes dessa dissimetria, conforme se depreende da abordagem de Foucault (1984, p. 186-187) sobre o casamento na Atenas clássica. O autor explica que, nesse contexto, um homem não se liga sexualmente à esposa. Como casado, “só lhe é proibido contrair outro casamento: nenhuma relação sexual lhe é proibida em consequência do vínculo matrimonial que contraiu”. Mas no caso das esposas,

toda a sua atividade sexual deve se situar no interior da relação conjugal e seu marido deve ser o parceiro exclusivo. Elas se encontram sob seu poder; é a ele que devem dar filhos que serão seus herdeiros e cidadãos. Em caso de adultério, as sanções tomadas são de ordem privada como também pública. [...] como diz Demóstenes, “a lei quer que as mulheres experimentem um temor bem forte para que permaneçam honestas [...], para serem fiéis guardiãs do lar” (FOUCAULT, 1984, p. 185).

---

9 De acordo com Bourdieu (2002, p. 50), a leitura da mulher como simples propriedade e instrumento de troca tem a desvantagem de ocultar a relação de força simbólica existente na transação matrimonial e que se presta a conservar ou aumentar essa força. Quando essa leitura assume um viés economicista, também confunde “a lógica do modo de produção simbólica com a lógica do modo de produção propriamente econômica”. Ou seja, enxerga a troca de mulheres como uma troca de mercadorias, deixando de perceber que, na “economia de bens simbólicos”, os materiais brutos, no caso, as mulheres, deixam de ser produtos e são transformados em signos. Estes constituem instrumentos de dominação, que são trocados ativamente.

Em caso de desobediência à lei, elas seriam excluídas da casa de seu marido e do culto da cidade.

Nos textos da moral helenística e da romana, a liberdade sexual do homem passa por uma restrição. Conforme demonstrado por Foucault (1984), também para ele o ato sexual começa a ser condicionado ao casamento, embora o sentimento e o respeito pela mulher não estejam ainda, nessa moral, na base da condicionante. Ela era guiada por fins procriadores, pela necessidade de se ter uma descendência e de se fazer justiça a essa descendência, concedendo a todos os herdeiros a mesma nobreza. Foi o que vimos com o autor, além da referência ao domínio de si e à ligação entre o governo da casa e o do Estado. Dominar-se primeiro para bem dominar o outro e fazer justiça à esposa, assim como se faz aos cidadãos sob governo (justiça que se resume a manter até o fim os privilégios dela sobre as servas da casa). A não ser por esses motivos, como lembrou o autor, não cabe à mulher exigir do marido a fidelidade sexual.

Somente nos primeiros séculos da era cristã, é que se formula uma moral bem mais rigorosa para o casamento, estipulando a “conjugalização” das relações sexuais também para os homens. Entretanto, é preciso aguardar o advento da moral cristã para que o duplo monopólio sexual se estabeleça com mais vigor, pelo menos em teoria. E nem é preciso dizer que a conjugalização do ato sexual só necessitou ser prescrita aos homens. Para as mulheres, ela foi desde sempre manifesta: sua fidelidade era um princípio necessário e que se supunha já admitido (FOUCAULT, 1984; 1985).

No conto “Agenor da Bitá”, a força desse princípio ainda influencia na perpetração do crime cometido, apesar dos séculos que separam a realidade abrangida por Foucault e o contexto da narrativa. Além disso, tal preceito é coadjuvado pelo “ponto de honra”, que, nos termos de Bourdieu (2002, p. 55), seria o “capital simbólico possuído em comum por uma linhagem”. Não nos parece errôneo supor que esse capital possa ser partilhado também pelos iguais de uma sociedade, particularmente, pelos homens.

O senso de honra, de virilidade, emerge como algo que torna o homem verdadeiramente homem, e o investimento nos jogos sociais que garantam essa honra constitui um dever para consigo mesmo. Para agir corretamente e “permanecer digno, a seus próprios olhos, de uma certa idéia de homem”, ele se deve esse investimento (p. 54). Um homem sem honra, sem virilidade, é incapaz de colaborar para a conservação

ou o aumento do capital simbólico pertencente à ordem masculina. Se ele quer se inscrever entre os detentores do monopólio da produção e reprodução desse capital, deve participar das estratégias “de transmissão dos poderes e privilégios herdados” pelos seus iguais: estratégias de fecundidade, econômicas, educativas, matrimoniais e de sucessão (BOURDIEU, 2002, p. 55). A transmissão e o aumento dos bens simbólicos são assegurados pelos investimentos do homem nesse sentido, todos eles: negócios, uso do discurso, prática de esportes, criação de instituições e demonstrações de violência, e não somente o trabalho produtivo. E, é claro, pelas “virtudes, todas de abstenção”, das mulheres, que são completamente excluídas dos jogos de honra (p. 55).

Bourdieu dá uma ênfase especial a essa obrigação de manter a honra e a virilidade, embora o homem possa furtar-se a ela e admitir que não está à altura da exigência. Ela “*governa* o homem de honra, independentemente de qualquer pressão externa”, sem obrigá-lo explicitamente, mas ele se vê coagido porque esse dever é algo “mais forte do que ele”. Se ele agir de outro modo, estará se renegando. Por isso se dobra a essa força superior, atirando-se, sem deliberação nem exame, a “atos que seriam vistos pelos outros como impossíveis ou impensáveis” (p. 56, grifo do autor).

Os homens também são prisioneiros da representação dominante, do mesmo modo que as mulheres, submetidas a um trabalho de socialização dentro do qual assimilam as virtudes negativas da abnegação, da resignação e do silêncio. O privilégio deles é uma cilada, estabelecendo-se num clima de tensão permanente, marcado pelo dever de afirmar sua virilidade.

Esse ponto de vista é comungado por Stearns (2007, p. 34), Nogueira (2001, p. 242-243) e Woolf (1928, p. 44 e 48-49). Stearns comenta a força do patriarcado sobre as mulheres, ressaltando que ela “afetou também definições de masculinidade”, obrigando os homens a assumir sua dominação: estar prontos para os deveres militares e papéis de liderança, responsabilizar-se pela sobrevivência econômica da família e, sobretudo, não declinar de sua dureza para com as mulheres. Por exemplo, mimá-las, especialmente em público, seria uma infração do sagrado dever de masculinidade. Por sua vez, Nogueira faz um alerta ao ativismo feminista para a necessidade de “atribuir um valor elevado quer a homens quer a mulheres, procurando analisar a forma como os processos e práticas sociais constroem as escolhas de todos” (p. 243). Mesmo de formas assimétricas, diz ela, uns e outros são prisioneiros do gênero.

Woolf também considera um “absurdo responsabilizar qualquer classe ou qualquer sexo como um todo” pelo desequilíbrio de forças entre os homens e “a outra

metade da raça humana” (p. 48). “A vida, para ambos os sexos, [...] é árdua, difícil, uma luta perpétua” (p. 44). De mais a mais, sua educação, em alguns aspectos, fora tão falha quanto a da mulher, gerando neles faltas igualmente terríveis. Quando os homens insistem em sua superioridade como “uma jóia do mais raro valor” (p. 44), estão exercendo essa educação. É ela quem os obriga a arcar com o dever de preservar essa jóia. Aliás, ao sustentar a inferioridade das mulheres, não estão preocupados, de fato, com a inferioridade delas, mas com a sua própria superioridade. Esse dever é para eles um peso, uma águia abrigada em seu peito, “um abutre, eternamente a arrancar-lhes o fígado e bicar-lhes os pulmões” (p. 48).<sup>10</sup>

Assim se vê que Agenor da Bitá age impulsionado pelo dever da virilidade, que lhe é imposto. Ao voltar da cidade e encontrar a esposa, Maricota, no paiol, “feito uma gata assanhada, enforquilhada nas pernas logo do Chico Meia-Quarta” (LIMA, 1994, p. 134), ele não vê alternativas: precisa demonstrar-se verdadeiramente homem, fazendo jus à possibilidade que lhe é oferecida de aumentar sua honra e distinção. É o seu momento de exibir a aptidão ao exercício da violência, que, segundo Bourdieu (2002, p. 57), compõe uma das formas de realização da virilidade, devendo ser acionada “sobretudo em caso de vingança”. Para isso, ele tem os meios automaticamente preparados: “Mão voou na garrucha: tei-tei! E pronto” (p. 134).

Agenor está equipado para cumprir o seu dever de homem, sempre pressuposto e, portanto, inscrito em sua mente e em seu corpo. Não lhe é necessário sair em busca da garrucha, que já se encontra a tiracolo e que sempre fizera parte de sua rotina. O narrador dá notícia de outros assassinatos, falando de uma primeira ocasião, em que Agenor “passara brasa em dois safados. Dois apertões no gatilho, dois rombos nos peitos, dois que era uma vez” (p. 134).

Desde criança, suas atividades inscreviam-se no rol dos exercícios esperados de um homem viril. Em sua terra, era “o melhor fabricante e armador de arapuca circunvizinho. Rapazinho sendo, só mudou o tipo de caça: tatus, nos mundéus” (p. 134). Suas façanhas nesse terreno revelam sua pertinência a um espaço social organizado “segundo a divisão fundamental do reto e do curvo, do aprumado e do deitado, do forte e do fraco”, que representa, em suma, as faces do masculino e do feminino

---

10 Para Woolf, o desejo de superioridade é também um instinto, e os instintos não podem ser controlados, o que também exime a culpa dos homens.

(BOURDIEU, 2002, p. 54). As ações de Agenor podem ser associadas aos atos necessários à produção do capital simbólico masculino, isto é, da virilidade. Trata-se, para Bourdieu, de atos em geral arriscados e perigosos, consagrados a “uma intervenção *descontínua e extraordinária* no curso da vida”, às vezes, realizados publicamente, diante de um grupo (p. 52, grifo do autor). A armadilha construída por Agenorzinho em sua juventude, para a tatuzama que “dera de arrasar o mandiocal”, é descrita em detalhes pelo narrador de forma a enfatizar o orgulho do personagem diante de seu empreendimento. De sua proeza, dá testemunho a companheirada, que, no dia seguinte ao da construção da obra-prima, encontrou o tatu apressado “quase sem unhas de tanto lutar com os dez palmos de barranco a prumo” (p. 134).

O trabalho de Agenor, desde a puberdade, “barbas começando a sombrear-lhe a cara”, eram os cuidados com a roça. Casado com Maricota, segue a mesma rotina, enquanto ela fica esquecida no rancho e “no canto do catre”, como que guardada “pras noites de sábado pra domingo”, segundo informa o narrador (p. 134). Fora isso, nem sombra de mimo para com a esposa, embora fossem “casados de fresco”. Não se nota em Agenor nenhuma preocupação em responder pela castidade dela, em conformidade com a moral cristã. “Tempão todo, e Maricota muito pouco beliscada” (p. 134), vulnerável, induzida, aos olhos dessa moral, “a cometer o pecado da carne” (FOUCAULT, 1984, p. 229). Longas ausências, demasiado rigorosas. Agenor “chegava ao rancho, mal tinha piera de passar um’água nos pés. Tchibunga na cama, adeus viola!” (p. 134).

Não fosse o evidente cansaço de Agenor em razão de seu ativismo, poder-se-ia atribuir-lhe, paradoxalmente, um afrouxamento da virilidade, dada a sua abstenção sexual prolongada. No entanto, era justamente a sua natureza viril que não lhe deixava brechas para delicadezas. De mais a mais, sua vida não contemplava o espaço privado, que, na lógica masculina, reserva-se às mulheres. De um mês a outro, era a lida no campo (“capina braba, planta de feijão, dobra do milho, colheita”) intercalando-se com as idas ao comércio para a busca de suprimentos, pois “homem não é só da roça pra casa, de casa pra roça” (p. 134).

Agenor configura o transcendentalismo representado pelo apolíneo, como diz Paglia (1990), ao falar da necessidade que tem o homem de fazer coisas para superar a natureza. Em realidade, superar a mulher, que com ela se identifica. Ele é pura transcendência, desde a abertura do conto, em que aparece ao volante de um G. M. C., rasgando a estrada bruta, feita a enxadão. Lutando com a boleia e com o sono, “suado e

descamisado”, tenta “somar as muitas viagens por aquela estrada. Muita fartura levava para o pessoal da cidade, fome de centenas ajudava a aliviar” (p. 133). Viril até no traje, Agenor da Bita é ação e imposição, que se prolongam por toda a narrativa. Ele é a imagem da personalidade criadora, encarnada por Apolo, graças à qual o Ocidente conheceu tantas realizações e progresso. “O apolíneo nos levou às alturas”, reconhece Paglia (1990, p. 23). O objeto dessa frase são as mulheres, que, segundo ela, foram libertas, pela ciência e pela indústria, dos trabalhos tediosos e do perigo. Por trás da ciência e da indústria, no entanto, está o poder de ação e criação exercido pelo homem.

O homem domina a arte, a política, a ciência e a racionalidade. Seu temor da mulher o faz objetivo e criativo – seus expedientes para vencer a natureza feminina. Da perspectiva de Paglia, todo homem revela uma alta capacidade de projeção e concentração (de foco, mira e pontaria) escrita em sua própria natureza através da anatomia: o falo, a ereção e o ato de urinar, metáforas desses poderes. As realizações culturais do homem resultam, portanto, de sua singular constituição física e de sua obsessão pela transcendência. O capitalismo, com sua avalanche de tecnologias, “é uma forma de arte, uma invenção apolínea para rivalizar com a natureza” (PAGLIA, 1990, p. 46).

Quem se dá ao deleite de apreciar o ensaio *Um teto todo seu*, escrito por Virginia Woolf, tem, a certa altura do texto, a impressão de que a autora, de forma sutil, está tratando exatamente disso. E, de fato, páginas adiante a impressão se confirma. O objetivo do ensaio é denunciar a configuração do confronto entre os sujeitos masculino e feminino, o primeiro prevalecendo sobre o segundo. Na passagem mencionada, a transcendência do homem através da realização de projetos, do trabalho exercido fora das paredes do lar, é o sinal do seu predomínio.

Após essa passagem, em que o eu do texto visita uma faculdade masculina em Oxbridge (espaço inventado pela ensaísta), encontramos-lo a percorrer também uma faculdade feminina em Fernham. Conversando com Mary Seton, uma amiga que lecionava no local, ele questiona as grandes divergências entre o mundo dos homens e o das mulheres. Nas duas instituições visitadas, por exemplo, desde a fundação dos prédios, tudo era discorde. Porém o destaque da conversa são as privações das mulheres no campo das possibilidades profissionais. Mary Seton, lembra-lhe o eu, só existe, com a sua meninice boa de recordar, porque a mãe só existira no espaço doméstico. E mais, lembra-lhe que, por isso mesmo, nenhum legado deixara a ela que a pudesse livrar de uma existência parca, assim como ocorre a todas as mães e suas filhas.

Agora, se ela tivesse entrado no mundo dos negócios; se tivesse se tornado fabricante de seda artificial ou magnata da Bolsa de Valores; se tivesse deixado duzentas ou trezentas mil libras para Fernham, poderíamos ter-nos sentado à vontade essa noite e talvez o assunto de nossa conversa tivesse sido arqueologia, física, botânica, antropologia, física, a natureza do átomo, a matemática, astronomia, a relatividade ou geografia. Se apenas a Sr<sup>a</sup> Seton e sua mãe e a mãe de sua mãe tivessem aprendido a grande arte de ganhar dinheiro, como fizeram seus pais e seus avós antes deles, para instituir *fellowships* e docências-livres e prêmios e bolsas de estudo apropriadas para o uso dos membros de seu próprio sexo, poderíamos ter jantado aqui em cima, sozinhas e bem razoavelmente, uma ave e uma garrafa de vinho; poderíamos ter antecipado, sem indevida confiança, uma vida agradável e honrada no refúgio de uma das profissões generosamente beneficiadas. Poderíamos ter estado explorando ou escrevendo; vagueado pelos lugares veneráveis da Terra; sentado, contemplativas, nos degraus do Partenon, ou ido para um escritório às dez da manhã e voltado tranqüilamente para casa às quatro e meia para escrever um pouco de poesia (WOOLF, 1928, p. 28-29).

É o poder do homem de superar-se ao intervir no mundo, e, sobretudo, de impor-se ao mundo, que o eu do texto vislumbra nas profissões masculinas e nas construções que admira. Mais do que os espaços transformados, ele vê os seus transformadores e se lembra de que são homens. Somente eles poderiam ter feito tudo aquilo, num tempo em que às mulheres restava apenas a obscuridade do trabalho realizado no interior da casa (BOURDIEU, 2002).

No conto analisado, o trabalho de Agenor da Bitá auxilia na redenção da população faminta e mesmo da terra, que está sempre debaixo de sua ação ou da ação de seus companheiros, malgrado eles apareçam uma única vez. A narrativa se desenvolve por intermédio de seus movimentos, que a ocupam de ponta a ponta. Por duas vezes somente, as mulheres saem da imanência para integrar com ele o campo das ações: da primeira, Maricota, que “nem barriga chegou a pegar” durante o casamento, poderá ceder a ele os braços fortes para a “panha de café” (p. 134). No entanto, o trabalho será dirigido por Agenor. Ele é quem aproveitará os braços de Maricota, segundo o narrador onisciente, que capta essa intenção. Depois sua segunda esposa divide com ele, de igual para igual, a cena de um coito feroso após a “coresma”, “quarenta dias de jejum brabo” (p. 135). Exceto nessas passagens (e ainda dentro delas), a matéria da narrativa são os feitos de Agenor e sua violência.

Mesmo as ações que não foram cobertas pelo conto, emergindo através de indícios dados pelo narrador onisciente, denunciam violência. “Amargor pensar que à sua terra jamais pudesse voltar”, diz o narrador ao ler a sua mente, sem acrescentar justificativas, senão o elenco das proezas do personagem (p. 134). Proezas, aliás, mais do que suficientes para pintar um Agenor fugitivo da justiça, até que sua fuga se repita nas ações presentes, quando ele assassina Maricota e seu amante. E, dez anos depois, uma segunda esposa e um segundo amante.

A justiça, assim como a violência de Agenor no passado, apenas se esboça, deixando-se captar pelos indícios (suas fugas). Desse esboço, entretanto, vaza a imagem da ineficácia que a caracteriza. A naturalidade com que Agenor comete os crimes denota a familiaridade com um sistema em que a punição não é a realidade mais frequente, nem rigorosa o bastante para infundir o temor. O apoio jurídico que possibilita essa tranquilidade desde a Grécia clássica concretiza-se exatamente no modo “desigualitário e formal de definir a relação entre marido e mulher e o lugar que devem ter suas duas virtudes” (FOUCAULT, 1984, p. 225).

É verdade que essa situação foi amenizada já no período imperial, com a nova moral instituída. Vimos com Foucault (1984) que, desde esse período, o casamento tornou-se mais caracterizado pelo afeto e, simultaneamente, mais institucionalizado. Não obstante, porém, os crimes praticados em seu interior seguiram sendo tratados, nem sempre, mas na maioria das vezes, como algo privado e secreto. Por isso, segundo informa Beauvoir (1970), em certos países, os maridos “traídos” tinham o direito de matar as esposas, sendo absolvidos nos tribunais pela figura jurídica da legítima defesa da honra. No Brasil, essa tese, vinda dos primórdios da história da humanidade e do antigo patriarcalismo, vigorou na prática até 1970, quando as contestações dos movimentos feministas levaram ao seu completo rechaço. Em teoria, ela já havia sido abolida pela lei desde 1940, mas não pela força do costume, que, durante tanto tempo, ainda lhe conferiu legitimidade (PÊGO, 2007). Até hoje, aliás, essa prática não se apagou completamente da sociedade, permanecendo como uma sombra insistente.

No conto em análise, Agenor foge ao cometer o crime, mas o quadro descrito leva a inferir que a lei, seguramente, não lhe teria cobrado com a justiça necessária a truculência com que executa sua desforra. Até hoje, em pleno século XXI, estudos como o de Clarice Rodrigues de Souza (2011) atestam as atenuações de pena para os “maridos justiceiros”. Trata-se de um levantamento de homicídios de mulheres cometidos por homens em Montes Claros, Minas Gerais, de 1985 a 1993. De acordo com a

investigação, a maioria dos casos é provocada por relações de gênero desequilibradas, sendo frequente a amenização das penas por meio de figuras criadas pela justiça. Para ilustrar a questão, Souza menciona o artigo 121, § 1º, do *Código Penal Brasileiro*: “Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço”.<sup>11</sup>

A pesquisa segue com o exame de antecedentes criminais de um réu destacando a diligência dos questionamentos endereçados ao júri em provar a defesa da honra como motor do crime. Das onze questões elaboradas pelo juiz, a primeira descreve o homicídio, e nove sugerem atenuantes para a absolvição do réu, cinco delas referindo-se explicitamente à sua honra. Do ponto de vista de Souza, não é o crime que está em julgamento, mas os pressupostos básicos que norteiam a sociedade no que tange aos crimes entre homens e mulheres – mormente aqueles desencadeados por relações de afetividade. Tais concepções trazem enraizada a ideia de que o ciúme, o desamor ou o descumprimento dos deveres conjugais são razões suficientes para justificar esses crimes. São regidas pelas noções da submissão e da “posse do corpo feminino pelo masculino” (SOUZA, 2011, p. 79). Como os juízes não estão isentos do imaginário reinante na sociedade, naturalmente, tornam-se coniventes com tais pressupostos. Assim, em seus argumentos, “a violência privada deve ser tratada com menor severidade”, de onde “a atenuação das penas ou mesmo à absolvição dos réus” (p. 79).

Essa é a justiça presumida em “Agenor da Bitá”. O conto agrega em suas funções a tarefa de demonstrar que o direito masculino de matar para lavar a honra e provar a virilidade tranquilamente ainda viceja e sustenta barbaridades como as de Agenor. É certo que ele burla a justiça: “E anos e anos amoitado, nome trocado, mesmo a voz ele demudou” (p. 134). Entretanto, teria executado as crueldades expostas pela narrativa, se não tivesse a certeza de conseguir safar-se? Agenor conhecia bem o mato em que lenhava, aliás, desde a mocidade, e isso lhe dava a calma necessária para prosseguir reincidindo. Tanto mais na zona rural, com a total ausência da justiça e a herança do patriarcalismo inscrevendo ainda mais fortemente nos corpos e no imaginário o poder masculino! Os efeitos duradouros dessa ordem, Agenor os traz bem-

---

11 Evidentemente, a figura das circunstâncias atenuantes não foi criada para favorecer apenas o gênero masculino, sendo aplicada indiferentemente para todos os cidadãos brasileiros. Todavia, em função do regime patriarcal, que empurra o homem à dureza e autoridade, naturalizando até mesmo sua violência contra a mulher e os filhos, ele acaba cometendo mais crimes e sendo, portanto, o mais beneficiado pelas atenuantes de penas.

assentados: nascera “pra fueiro” e não chegará “a cambão”, no dizer do narrador (p. 135). Será sempre um homem, um homem de honra. A propósito, o episódio dos homicídios cometidos por ele em seu primeiro e segundo casamentos merece transcrição fiel:

Amanhã os porcos iam comer milho melhorado: os tentos do vizinho e os peitos da Maricota, cortados bem rentes, mais sangue talhado. [...] O burro Estrela arreado caprichado, matula, té logo pra quem fica (p. 134).

Dez anos depois, e olha o Agenor sendo obrigado a gastar mais duas balas. Dois tóricos secos: um homem com as calças nas canelas, uma mulher com a coisa rindo seu riso de talho de foice (p. 135).

Essa a resposta dada por um homem que precisa demonstrar coragem sob pena de ser excluído do mundo viril. Sua vontade de dominação e de opressão baseia-se nesse medo, que torna os homens “duros para com o próprio sofrimento e sobretudo para com o sofrimento dos outros” (BOURDIEU, 2002, p. 59).

#### **4.4 Revelação (Braz José Coelho)**

O estupro de uma menina por um peão de fazenda é a forma da violência masculina neste conto. A personagem é agraciada pelos dons premonitórios, e a observação de alguns detalhes leva a crer que seja filha de um agregado da fazenda e que tenha perdido a mãe. Sua perseguição pelo molestador, cujas intenções ela prevê muito antes do estupro, começa na casa da fazenda, onde a menina se acha envolvida com a lida doméstica, embora resida em um rancho. Pela independência e solidão em que se encontra ao tentar escapar do agressor, sente-se em torno dela um inegável desamparo, o que a obriga a lutar sozinha e criar sua própria defesa. Mesmo essa defesa é intuída no momento da captura. Vendo-se sob o corpo do agressor, enxerga-lhe a veia nodosa do pescoço e crava-lhe os dentes com raiva e força suficientes para fazê-lo sucumbir ao corte e às golfadas do sangramento.

Mais uma vez, portanto, o núcleo da narrativa é a truculência, que se revela na gradação da linguagem: *Era de manhã, era de tarde, era de noite*: três blocos iniciados por essas expressões de tempo (blocos premonitórios, por assim dizer) são intercalados no texto para demonstrar a intuição da personagem focal sobre o molestamento sexual que viria a sofrer na fazenda em que morava. O restante do texto é composto por outros quatro blocos (os da concretização), que descrevem a perseguição e o molestamento da vítima, do início à consumação, que enfim é punida por ela própria. A sequência temporal descrita pode indicar também a fixação ininterrupta do personagem masculino pela posse da vítima.

As intenções do atacante, um peão da fazenda, vão se revelando para a garota em um crescendo representado pela manhã (prolongamento de sua meninice iniciada no bloco “noite”) e tarde (sua puberdade) – depois de terem sido plenamente captadas no começo da infância. A plenitude ocorre no bloco representado pela noite, auge de sua consciência e dor, embora tenha sido atingida no despontar da fase pueril. Era “*pequenina, criancinha ainda*”, quando experimentara os primeiros pressentimentos, que lhe chegaram simultaneamente a um clarão repentino trazido por um raio numa noite de chuva forte: “*um claro esverdinhado e o estrondo imediato, terra tremendo, chão lhe faltou, interior do rancho apareceu num vislumbre de coisa mal apreendida e se apagou de repente*” (COELHO, 1994, p. 111).

Ou seja, há uma anacronia nos momentos de intuição da personagem, que começam pela total clarividência dos fatos, cujo impacto é a perda definitiva de sua voz. Nunca mais ela sairia de seus lábios, até que se consumassem o estupro e a vingança. Essa primeira visão vai se confirmando aos poucos, à medida que a personagem atinge a puberdade e caminha para o amadurecimento. Apesar dessa inversão, a sequência cronológica é apresentada normalmente, obedecendo a ordem “manhã, tarde e noite”, na qual vão transcorrendo os fatos intuídos e, paralelamente, sua concretização. Aliás, ainda que a sequência dos blocos começasse pela noite, poderíamos continuar sustentando a normalidade cronológica, se partíssemos da possibilidade do tempo como um círculo eterno, possuído por um enigma semelhante ao do ovo e a galinha. Admitindo-se assim que a noite antecede o dia como o dia antecede a noite, os blocos poderiam começar por ela, sem que isso soasse anacrônico.

Se tomarmos a narrativa como um todo formado pelas premonições e sua concretização, a inversão da ordem irá além dos blocos referentes aos momentos premonitórios, que são os “blocos temporais”, iniciados pelas expressões mencionadas.

A abertura do texto é o corpo a corpo da vítima com o agressor, uma atmosfera inicial marcada pelo medo e espanto da moça “na descoberta do não premeditado” (p. 109): o meio de defesa, que não foi contemplado nas visões passadas e que ela precisa engendrar no repente da luta.

Considerando essa possibilidade da narrativa única, os fatos deveriam ser intuídos e só depois realizados. Nesse caso, a abertura do texto com o baque dos corpos em luta constitui uma transferência do clímax para o início da narrativa, de forma a aguçar a curiosidade sobre os eventos antecedentes e destacar a violência pressentida e sofrida. Mas há uma outra possibilidade: a justaposição de duas narrativas entrecortadas e paralelas, a da intuição e a da realização do estupro, a primeira grafada em itálico para melhor se destacar da segunda.

Na narrativa da realização, os eventos obedecem à sequência lógica: a menina é agarrada pelo agressor e se debate com ele até caírem “os dois no chão, em baque. Felina, na rapidez de movimentos que o pavor estimula” (p. 109), coloca-se de pé e corre, o ar queimando-lhe a garganta “em ardência seca”, as manchas de sol se acendendo e apagando em seu rosto, na velocidade da corrida entre as árvores. O agressor parte em seu encalço, a distância encurtando de um para o outro, ao ponto de ela sentir a manzorra “esbranquiçada na tentativa de lhe alcançar cabelos esvoaçantes” (p. 110).

Por fim, ele a agarra novamente, dessa vez, pelo vestido, que se rasga de alto a baixo, dando início à violação de seus segredos: “embaraçada nas próprias vestes desfeitas, cai, partes do corpo recebendo do sol a luz, e se iluminam” (p. 111). O corpo do homem se debruça sobre o seu. Ela se apavora, tenta gritar, mas não consegue, pois já não existe voz em sua garganta. A mudez desse momento pode emergir como um fato novo, impelido pelo pavor da agressão, e não como a mudez provocada pela intuição, já que se trata de duas narrativas independentes. Mas, estando ambas interligadas, nada impede, também, a segunda interpretação.

Ofegante, a vítima sente suas forças esvaziando-se, a resistência enfraquecendo-se, mas ainda “luta, reage, unha, morde, energias gastas” (p. 111). Não consegue, entretanto, evitar sua desgraça: seios pontudos esmagados pela “mão de dedos enormes”, que “desliza no liso do ventre virgem” e lhe abre as coxas, carne virgem dilacerada, entranhas rasgadas na convulsão maior do bruto sobre ela. O corpo se solta sem mais poder de resistência, até que lhe acode o vislumbre da vingança, súbito como o clarão do raio que incendiara o rancho onde teve sua primeira visão, ainda pequenina.

Diante de seus dentes caninos, a veia nodosa do pescoço do adversário, “saliência não vista, mas que [ela] sente existir” (p. 111). E, por fim, a vingança, a troca de papéis entre agressor e agredido, ainda que isso não mude a sorte da personagem: depois de tudo, ela só consegue enxergar sua desgraça (a desgraça de ser mulher, segundo o narrador) e chorar em face dela. O choro sai misturado ao grito, “resvalando nas paredes da garganta, numa dor de estrangulamento, desvirginando terreno” (p. 112) e rompendo a mudez. A moça tem sua voz restituída, mas, além desse milagre, sua única perspectiva é o confronto amargo com o próprio destino. Essa ordem mostra, em suma, que a anacronia pode ser admitida nos blocos temporais e na junção das narrativas, mas é quebrada em sua divisão, porquanto, nos blocos da concretização, prevalece a tradicional estrutura “início, desenvolvimento, clímax e desfecho”.

Na narrativa da premonição do estupro, a intuição se manifesta pela segunda vez em meio a uma explosão de expressões que indicam despertamento, consciência em abertura e, por fim, prognósticos do futuro:

*Era de manhã – não nascido o sol; mas tingia o céu na linha do horizonte, laivos de uma claridade cor de pérola. Da bica, a água morna – espantava a dormência do sono, vida adquirindo o corpo, cérebro se libertando do torpor da noite. E ela viu.[...]. retirou-se para casa, sentindo no corpo o anúncio em prenúncio de perigo [...]. No momento, ela soube, como animal sabe, o prometido pela caça (p. 110).*

A força da linguagem é ampliada não somente pelo uso do recurso tipográfico, mas também pela gradação, operada no transcurso da manhã para a tarde e mantida nos momentos da consumação do ato. As expressões utilizadas no bloco referente à tarde transmitem a impressão de fortalecimento da intuição, a tal ponto que a personagem chega a sentir os calafrios provocados pela visão: “*E sentiu percorrer, em calafrios, o alarme. Sabia: olhos de macho procurando desvendar-lhe o corpo na busca de seu segredo de mulher*” (p. 110). Tal é o progresso da visão que ela consegue identificar entre os peões o seu futuro molestador: “*Inquietou-se. Mesmo antes de olhar para o terreiro já sabia quem era. Lá, ele – sentado no chão [...] tudo nele um convite mudo, sem concretizar*” (p. 110). A evolução das visões é tão forte que a personagem atinge antecipadamente as sensações do estupro: “*Sentiu-se entrando em pânico, mal-estar, desejos de vômitos – pensamento numa possível concretização, contato com aquele*

*homem repelente que lhe impunha pavor e náuseas*” (p. 110). No fim, o pressentimento transforma-se em certeza, a certeza de que *“a caça já tivera seu início”* (p. 110).

Até mesmo o contato físico com seu asqueroso perseguidor, a menina consegue sentir com antecedência, apavorando-se em náuseas ante sua *“pele branquicenta descascada, poros dilatados porejando suor encardido, lábios grossos pendentes, veias nodosas subindo pescoço acima como cipós apertando tronco nas matas”* (p. 111). O momento da vingança executada pela vítima revela a exatidão dessas sensações, sobretudo, no referente às veias, que já comparecem no pressentimento como uma motivação para a descrição do contra-ataque. A *“veia nodosa inchada no pescoço feito cipó apertando tronco de árvore na mata”* (p. 111) é o ponto de ataque eleito pela moça, que a enxerga frente a frente no instante em que o agressor se apodera de seu corpo. Mais do que enxergá-la, presente-a, agora de perto, depois de ter vivido o terrível momento em pormenores captados intuitivamente. Abre então a boca, os dentes afiados e brancos fechando-se sobre a saliência, e *“toda raiva contida sem poder se extravasar no grito que não houve se concentra na mordida. [...] Na boca, o gosto adocicado e quente de sangue grosso”* (p. 112).

Conforme se verifica, o efeito da técnica, que se infiltra no enredo como que o integrando, torna-se particularmente significativo. A forma usada para lidar com o tempo narrativo é essencial para a gradual concretização do ato, do mesmo modo que a disposição dos eventos influencia o amadurecimento da resistência. O poder de defesa vai crescendo na personagem à medida do pavor que lhe inspira o hediondo perseguidor: no início ela corre, mesmo acreditando na inutilidade do ato; agarrada, debate-se e tenta gritar, embora impedida pela mudez que a assalta (no momento do raio ou da agressão, dependendo da leitura que se faça); finalmente, ao consumir-se o propósito maldito, consegue vingar-se do inimigo, deixá-lo *“estirado no chão, de costas, o sol no rosto; [...] imóvel, sem vida, massa inerte de carne morta ainda quente”*. Mesmo que já não houvesse mais necessidade de resistir, *“proteger segredo agora desvendado”* (p. 112).

O paralelismo dos blocos textuais coloca em destaque, de um lado, a violência contra a mulher, e, do outro, a intuição feminina. A personagem se mostra intuitiva desde a infância, quando, em tensão nervosa, pressentia os anúncios de tempestades. De acordo com Adriana Tanese Nogueira (2012), a intuição é um fenômeno humano, suscetível tanto a homens quanto a mulheres, mas, segundo a crença geral, ela manifesta-se mais facilmente nas mulheres. A explicação para a intuição feminina é o

“fato de as mulheres terem permanecido historicamente dentro dos domínios do lar, das emoções e dos afetos, longe do desenvolvimento intelectual e racional” (não paginado). Dessa perspectiva, a intuição encontra caminho onde predomina a irracionalidade.

Os estudiosos da intuição fazem ver, entretanto, que ela não se desvincula da racionalidade, apesar de distinguir-se da inteligência: a intuição é uma faculdade supraintelectual acionada quando o pensamento conceitual se torna insuficiente para atingir o conhecimento de um dado da realidade, como afirmam Shelling e Schopenhauer (apud COELHO, 1999). Em uma análise sobre o método intuitivo de Henry Bergson, Coelho esclarece que o filósofo é um dos que sustentam a ligação entre inteligência e intuição. Segundo Bergson, os significados dos conceitos são constituídos gradualmente por meio da intuição, embora esta não possa ser representada com os conceitos prontos da inteligência.

Logo, intuição e intelecto não se opõem um ao outro. Bergson deixa bem claro o vínculo entre eles ao afirmar que a intuição é o instinto agindo com o auxílio da consciência e da reflexão, ou seja, da inteligência, graças à qual é aprimorado. A inteligência lança luz sobre a intuição, tirando-a do nível do instinto, da mesma forma que a intuição clareia aquilo que não pode ser compreendido apenas pela inteligência. O conhecimento intelectual é limitado, gerando problemas filosóficos insolúveis à primeira vista, mas que podem ser solucionados pelo conhecimento intuitivo. Aquilo que não é traduzível em conceitos, por meio da linguagem, é apreendido de forma imediata pela intuição. É ela que sugere, ainda que por um sentimento vago, aquilo que substituirá os esquemas intelectuais. Por isso Bergson (apud COELHO, 1999, p. 157) define-a como visão direta da realidade: “consciência imediata, visão que não se distingue do objeto visto, conhecimento que é contato e mesmo coincidência”. Ela “descobre” o objeto, mostrando-o exatamente como ele é, em toda a sua singularidade.

A intuição remete ainda ao instinto e ao sentimento, colocando-se no plano do irracional, dentro do qual se torna possível o conhecimento não intelectual de outras consciências: “a simpatia e a antipatia irrefletidas, tão freqüentemente proféticas, são um testemunho da interpenetração possível das consciências humanas” (p. 155). Enfim, seja qual for o sentido em que se encaixe, a intuição não se aparta da inteligência e do conhecimento, e, em todas as acepções, ela envolve a faculdade de perceber, quer por

meio do raciocínio, quer, como diz Chaui (2000, p. 78), por meio das sensações, lembranças, imagens, sentimentos e desejos (intuição sensível ou empírica).<sup>12</sup>

No conto de Braz José Coelho, os momentos de intuição da personagem foram atravessados por sentimentos e sensações, desde o medo do corisco no rancho, até a náusea, o mal-estar e o pânico ante a simples ideia de contato com aquele corpo repelente. A voz narrativa refere-se ao pensamento da moça “numa possível concretização” daquele contato indesejado e depois à sua certeza da perseguição. É como se ela penetrasse a consciência de seu agressor, inclusive, auxiliada por sinais enviados por ele: seus olhos de cobiça e seu sorriso safado denunciando o convite mudo (COELHO, 1994, p. 110). O resultado desses momentos de interpenetração é o conhecimento coincidente e a antipatia profética que a personagem passa a experimentar pelo inimigo, para usar os termos de Bergson. Mesmo o lampejo que lhe aponta a forma de vingança é um conhecimento imediato da solução possível e necessária. Segundo a psicologia, a imediatez, nesses casos, é resultante da necessidade de sobrevivência, que aciona a pronta avaliação da conjuntura e, com ela, as soluções. O pensamento intuitivo gerado nesses momentos é tão rápido que acontece muito antes do controle da mente consciente (OLIVER, 2008).

Bourdieu (2002, p. 35) também afirma que a intuição decorre de um estado de contínua atenção e vigilância presente nos dominados como instrumento necessário “para prever os desejos [dos superiores] ou pressentir os desacordos”. Ao fazer menção à intuição feminina, o autor destaca a expressão por meio de aspas para indicar que, estando atrelada à função acima, tal intuição não passa de uma faceta da submissão, e, portanto, de um estereótipo aplicado ao gênero feminino. Os dominados, sobretudo, as mulheres, têm uma perspicácia singular para captar as coisas. Por exemplo, os sinais não verbais, como as inflexões de voz, são mais identificáveis por elas do que pelos homens. O mesmo acontece com as emoções não representadas verbalmente e com as sutilezas implícitas em um diálogo, que as mulheres compreendem mais facilmente do que os homens, segundo pesquisas referidas pelo autor.

Bourdieu relaciona outras armas utilizadas pelas mulheres para defender-se da sujeição em que se veem colocadas, como a mentira, a astúcia e a magia, em razão das quais são transformadas em seres maléficis. Mazilda Fiamoncini (2004, p. 13) comunga

---

12 Maria Lúcia de Arruda Aranha (1993) também estuda a intuição como faculdade irracional de conhecimento, além do método intuitivo, empregado pela filosofia.

o mesmo pensamento e questiona o maniqueísmo presente nos contos de fada, em que as mulheres são vinculadas à imagem da bruxa, que desvirtua, ilude e destrói. Assim ambas situam-se do lado do mal, do abominável, historicamente visto como o lado esquerdo. A autora lembra o trecho do evangelho de Marcos (16: 19) que fala de Jesus sentado à direita do Pai, de onde se subentende que “a esquerda não é um lugar de honra, digno do poder divino” (FIAMONCINI, 2004, p. 12). Conforme os autores, a construção dessa imagem negativa é um subterfúgio criado para justificar a violência masculina contra o gênero oposto: para isso inventaram “uma criatura com poderes sobrenaturais, capaz de destruí-los” (FIAMONCINI, 2004, p. 10).

A personagem de “Revelação” destrói de fato o seu inimigo, não pela magia, embora sua capacidade premonitória beirasse esse dom, nem pela astúcia, já que sua vingança foi guiada por uma espécie de instinto repentino. Mas, independente da arma utilizada, ninguém poderia defini-la como uma criatura maligna. Sua imagem delineada no conto é a de um ser inocente, pudico e frágil, presa apavorada em face do atacante. Desde a abertura, a narrativa está repleta de expressões que denunciam esse caráter: espanto, medo, pânico, pavor, amolecimento dos nervos, olhos apavorados, corrida desesperada, garganta pedindo grito. O próprio tempo da narrativa, cobrindo o período entre a primeira infância e a adolescência da personagem, concorre para a explicação de sua fragilidade. Era apenas uma criancinha quando passou pelo primeiro auspício, o que explica a intensidade do terror e a perda consequente da voz, o afã de clamar pela mãe e também a expressão usada pelo narrador para indicar sua inocência quanto à visão: “*vislumbre de coisa mal apreendida*” (COELHO, 1994, p. 111).

O “início da caça” revela uma menina ainda virgem, mal saída da infância, e revestida, portanto, do pudor comum às virgens de sua idade. Pela manhã, indo à bica lavar o rosto e adivinhando o vulto do homem que a observava entre goiabeiras, nem “*chegou ao gargarejo, desconcertada, timidez em recato feminino, retirou-se para casa*” (p. 110). Caindo, em seguida, nas garras do malfeitor, comporta-se como um “animal ferido” ensaiando defesas, tolhido de meios, sem voz e sem forças. Seus olhos certamente são de desespero e súplica, pois o narrador a imagina implorando piedade em tom comovente – se pudesse ao menos falar. Depois a descreve em contorções de dor, sem forças, “corpo solto, abandono total, sem poder de resistência” (p. 111). Tudo nela, enfim, é debilidade e inocência, até que se depare com aquilo que, segundo ela, constitui sua verdadeira desgraça: ser mulher. O grito que lhe desvirgina a garganta coincide com essa revelação suprema, diante da qual não restará mais ingenuidade.

Além de menina indefesa, a personagem era trabalhadeira, conforme se nota no bloco da tarde, “*ela quieta na cozinha, sem ânimo de reiniciar trabalho*”, na sonolência “*do depois do almoço*” (p. 110). Portanto, se existem de fato os seres do lado esquerdo, no sentido de lado ruim, não é a menina, e sim o homem, que ocupa esse papel no conto. Ela, tudo o que faz é defender-se da natureza incontida do bruto, que, no fim, é a encarnação de toda a natureza humana e sobretudo masculina, se aceitarmos a tese de Paglia (1990, p. 14):

A agressão vem da natureza; é o que Nietzsche chamará de vontade de poder. Para Sade, voltar à natureza (o imperativo romântico que ainda impregna nossa cultura, dos conselheiros sexuais aos comerciais de cereais) era dar rédea solta à violência e ao desejo.

A humanidade manifesta uma crueldade inata, que somente os controles sociais podem conter. Se não há condicionamento social, o crime se alastra. O estuprador, por exemplo, não é uma consequência das más influências do meio, conforme se acredita, mas da falta de fiscalização social. O estupro (assim como o sadismo), diz a autora, tem estado presente “em toda a história, e, em certos momentos, em todas as culturas”.

Essa é a crítica da autora aos ideais de Rousseau, que pregou a volta à natureza como meio de purificação do homem. Segundo ela, o homem natural, livre de regras e de governo, é como um animal sem freios dando vazão constante aos instintos. É por isso que, à noite, através dos sonhos, deixamos de ser criaturas sociais e mergulhamos na natureza, “onde não existe lei mas apenas sexo, crueldade e metamorfose” (PAGLIA, 1990, p. 15). E que, nas guerras e anarquias, em virtude do enfraquecimento do controle social, mesmo os homens civilizados se tornam selvagens, inclusive, praticando estupros. A liberdade sexual é uma ilusão moderna. A vontade de poder e de hierarquia presente nos humanos sempre levará os mais fortes a exercerem seu poder contra os mais fracos. “Na natureza, a força bruta é a lei, a sobrevivência do mais capaz” (p. 15). Por conseguinte, os mais fracos precisam da proteção da sociedade, nossa barreira contra a natureza. Paglia acredita que o sadomasoquismo e a liberdade sexual caminham emparelhados, e que essa liberdade é apenas um romantismo. Sexo é poder, e os poderosos querem exercê-lo. Ele é também “o ponto de contato entre o homem e a natureza, onde a moralidade e as boas intenções caem diante de impulsos primitivos” (p.

15). Instinto animal regido pela compulsão, necessidade e agressão, somente a consciência pode detê-lo, mas é a sociedade que nos chama à consciência.

Quanto menos socializado o indivíduo, “mais agudo será o seu senso de animalidade do sexo, e mais grosseira a sua linguagem”. O casca-grossa é produto da ausência de sociedade (p. 27). Isso explicaria em parte a animalidade do personagem de “Revelação”, um matuto mais ou menos livre do olhar da sociedade, como que meio solto na natureza, à deriva dos próprios instintos. Há mais liberdade no sertão do que no meio urbano, onde as pessoas estão mais diretamente vigiadas, e a liberdade fortalece o código masculino de dominação e violência entre os sertanejos.<sup>13</sup> Mas a vítima compartilhava com o agressor o mesmo ambiente natural e, entretanto, repudiava o sexo, podemos objetar; nela não se manifestava o despertar do instinto pela natureza. Acontece, porém, que “o superfluxo ctônico de emoção é um problema masculino”, pelo menos do ponto de vista freudiano adotado por Paglia (1990, p. 29). Nas mulheres, o erotismo é difundido por todo o corpo, segundo denota seu desejo de carícias preliminares. De mais a mais, elas “podem ser menos inclinadas a tais fantasias, porque lhes falta fisicamente o equipamento para a violência sexual. Elas não conhecem a tentação de invadir à força o santuário de outro corpo” (p. 34).

Ao passo que a sexualidade se dilui nas mulheres, os homens enfrentam uma concentração genital, que opera tanto para a redução quanto para a intensificação, provocando “indomáveis altos e baixos”. A sexualidade masculina é

maníaco-depressiva. O estrogênio tranqüiliza, mas o androgênio excita. Os homens vivem em constante estado de ansiedade sexual, pisando nas brasas de seus hormônios. No sexo, como na vida, são impelidos para mais adiante” – adiante do ego, adiante do corpo. [...]. Os homens sabem que são exilados sexuais. Vagam pela terra em busca de satisfação, desejando e desprezando, jamais satisfeitos (PAGLIA, 1990, p. 29).

Essa seria uma resposta apolínea para o poder das mulheres, em sua serenidade, autossuficiência e fertilidade. Precisam vencê-las, ou então serão engolidos por elas. Por isso se concentram nos seus corpos ondulados como o mar da natureza e fazem delas

---

13 A ideia de que o controle social pode conter a violência sexual é traída pela autora no momento em que ela aponta as repressões da sociedade como estopim para o aumento do prazer sexual. Segundo ela, “nada há menos erótico do que uma colônia de nudismo. O desejo intensifica-se com limitações rituais” (p. 44).

objetos sexuais, buscando, perseguindo, cortejando ou tomando. Por isso igualmente há uma violência sexual sendo praticada com prazer a todo instante em alguma parte do mundo. “O estupro é o poder masculino combatendo o poder feminino” (PAGLIA, 1990, p. 33). Nesse afã, os homens são levados frequentemente a agir como pombos no exercício do “*pathos* cômico do sexo”. “Quantas vezes avistamos um pombo macho fazendo avanços desesperados, inflados, para a fêmea, que repetidas vezes lhe dá as costas e se afasta indiferente. Mas, pela concentração e insistência, ele pode ganhar o dia” (p. 30). Admitindo-se aproximações entre a sexualidade animal e a humana, também esse quadro se aplica à fuga da personagem do conto.

O desejo de desvendar os mistérios do corpo feminino também aguça a vontade de posse dos homens sobre ele, como visto na análise de “Mergulhada na urbe”. A mulher é velada, e “o despedaçamento violento desse véu talvez seja um dos motivos dos estupros por gangues e assassinatos com estupro, particularmente as eviscerações ritualísticas à la *Jack, o Estripador*” (PAGLIA, 1990, p. 32). A voz narrativa de “Revelação” também dá a entender que, antes de atacar a vítima, o agressor perscrutava dissimuladamente o seu corpo nos horários de almoço e repouso das lidas da fazenda. O almoço da peonada era preparado provavelmente pela moça, ou pelo menos com a sua ajuda, e, nesses intervalos de tempo, ela ficava exposta ao contato com o grupo, o que ocasionava a cobiça. O narrador diz que, estando os homens acorados no terreiro, “*palheiros de fumos brabos nos queixos*”, ela sentia “*os olhos de macho procurando desvendar-lhe o corpo na busca de seu segredo de mulher*”. Tudo no homem que a espreitava devia ser enlevo e contemplação, porque ele “*ficava suspenso, pairando numa interrogação dissimulada*” (COELHO, 1994, p. 110). Estava intrigado e excitado diante das “metáforas latentes” do corpo da moça, para usar uma expressão de Paglia. A sobrevivência do estupro, afirma ela, é assegurada pelo mistério causado por tais metáforas.

Sintetizando, o discurso da autora legitima o estupro quando ela o caracteriza como algo que nos homens é natural, não podendo ser evitado por “teorias liberais de benevolência”, a exemplo das teorias feministas. “Profanação e violação fazem parte da perversidade do sexo” (p. 37). O sexo masculino é potencialmente dado à busca, ao ataque e à destruição, em suma, ao estupro; o feminino, por sua vez, “tem sempre um elemento de captura, uma manipulação subliminar que leva à infantilização física e emocional do homem” (p. 35). O *pathos* sexual vivenciado pelos pombos e pelos

garanhões não castrados, em perseguição às fêmeas fugitivas, denuncia a natureza agressiva e luxuriosa do sexo masculino.

Enfim esse duplo padrão, que leva machos e fêmeas, incluindo homens e mulheres, a se confrontarem como caça e caçador, é interpretado por Paglia como uma provável lei orgânica da natureza. Ela critica a ingenuidade das feministas que atribuem ao valor da mulher como propriedade do marido a causa do culto histórico à virgindade. Para ela, a diferença na liberdade sexual concedida a um e outro gênero tem base biológica, o que não é diferente para o estupro. Este seria “apenas um desenvolvimento em grau de intensidade dos impulsos básicos do sexo”. Para conseguirem se aproximar da mulher, que tanto temem, os homens recebem da natureza “infusões de hormônios de dominação” (p. 33). Paglia admite que a defloração de uma garota é “uma invasão de sua integridade e identidade”, mas acredita que na natureza esse é o curso normal das coisas. Ela cria por meio da violência e da destruição, e o parto é a prova mais cabal dessa verdade (p. 33).

A sociedade não engole facilmente esses fatos e tenta empurrá-los para debaixo do tapete, mas em vão, pois eles sempre são ressuscitados pela arte. A literatura está cheia de assassinatos e tragédias, cuja função não é pregar lições de moral, mas suscitar prazer. Até as imagens expostas ao culto nas igrejas exploram a violência humana, como a de São Sebastião trespassado por flechas. Com respeito à violência sexual, esta é exibida incessantemente pelo cinema, o grande libertador da “imaginação daimônica ocidental” (p. 42).

A leitura completa do capítulo em que Paglia fornece tantas justificativas para o estupro, classificando-o como natural, comporta, entretanto, algumas evidências de que ela reconhece e condena a criminalidade dessa prática. Em determinada passagem, ela fala do estupro como um crime que, podendo ser cometido, sempre o será. Em seguida, ela diz que ele “não deve ser mais desculpado que o homicídio ou qualquer outro ataque aos direitos civis de outrem” (p. 33). Finalmente o caracteriza como uma barbaridade. Nesse sentido, ela usa uma espécie de discurso misto, que tanto abona quanto repele a violência masculina.

Ainda que se levem em conta as forças naturais e sociais que “justificam” o estupro, não é possível ignorar essa outra face do ato, e, particularmente, com respeito ao conto “Revelação”. Um julgamento dos dois protagonistas para a escolha do lado apropriado a cada um (esquerdo ou direito) indicaria para o personagem masculino o lado esquerdo, reservado aos seres maléficis. A menina, conforme assinalado antes,

cometeu o seu crime em legítima defesa de seu corpo, algo bem diferente do crime de Agenor da Bitá (conto anterior). Agenor assassina as esposas por sentir-se roubado da propriedade que imaginava ter sobre os seus corpos, mas, segundo Locke (apud JOEL BIRMAN, 1999, p. 178), “o *corpo* é uma *propriedade privada* do indivíduo que o contém, de maneira que nenhum outro pode dele legalmente se apossar, do jeito que quiser e bem entender, sem a prévia autorização do seu dono” (grifo do autor). Em conformidade com essa teoria, tanto Agenor quanto o personagem malfeitor de “Revelação” (e os demais personagens masculinos dos contos anteriores) transgrediram uma relação de propriedade. A seu modo, também Agenor apossou-se dos corpos das esposas, fazendo-se o seu dono ao assassiná-las para cobrar seu direito de proprietário. Mas quem nos interessa no momento são os protagonistas de “Revelação”.

Já ficou provado pelo caráter da menina que ela nada tem de maligna. É um ser da direita, e continua a ocupar esse lado mesmo após o crime, segundo acabamos de constatar. Mantendo-nos na filosofia política de Locke, podemos reforçar a legitimidade da ação defensiva da personagem, cujo objetivo foi proteger a propriedade que garantia sua individualidade: o corpo. Na história do Ocidente, desde o século XVII, “o corpo não poderia mais ser escravizado, como na Antigüidade, ou ser objeto de apropriação parcial, como na Idade Média e na sociedade feudal, já que ele fundaria o indivíduo e constituiria o seu domínio originário no mundo” (BIRMAN, 1999, p. 178). A partir daí, ele se torna propriedade inviolável do cidadão e um atributo fundamental do ser. Essa é a fórmula que dá origem ao individualismo ocidental. Nesse contexto, a privacidade e a intimidade de um indivíduo tornam-se propriedade dele. Essa moral da privacidade e da posse do corpo já se encontra automaticamente inscrita no inconsciente ocidental, tendo guiado, portanto, o instinto de defesa da personagem.

Não houve em seu ato súbito nenhuma crueldade deliberada, tanto que não há regozijo pela vingança, senão a realização de uma catarse e de uma travessia. No grito de “animal ferido” que resvala do íntimo da personagem, ela expulsa todos os sentimentos desencadeados pela situação vivida desde o início dos presságios e retidos até o momento em que permaneceu de mãos atadas. Na recuperação da voz, ela faz uma travessia para a vida que se lhe abre após a catarse, o rompimento de seu segredo feminino e o fim da perseguição.

A reconstrução da realidade através da resistência, proclamada por Nogueira (2001), pode até não ocorrer à mente da personagem no seu confronto amargo com sua feminilidade; no entanto ela traça para si uma nova realidade, desafiando o código

instituído pela ordem simbólica, a da dominação masculina. A travessia realizada no seu ato de defesa é semelhante à de algumas mulheres que recentemente se insurgiram contra o sadismo dos parceiros sexuais decepando-lhes o falo. Birman (1999) recorda a introdução dessa prática no final da década de 1990 por uma jovem esposa norte-americana, vítima da violência sexual do marido. A repercussão da conduta na *mídia* foi tão forte que influenciou várias outras mulheres vítimas do mesmo ressentimento, inclusive, no Brasil.

Para o autor, o decepamento do falo do parceiro é uma resposta das mulheres às mudanças instituídas na virada do século XVIII para o XIX, quando elas foram privadas de sua liberdade erótica e transformadas especificamente em mães. Já verificamos que, no advento do capitalismo, foi erigido um modelo de família em que a mãe garantia a reprodução gratuita de mão de obra e a afetividade estabilizadora do grupo familiar. O trabalho considerado produtivo, por gerar rendas, ficava para os pais. A sobrevivência da família nessa conjuntura dependia do amor romântico, mais afetivo e platônico, que veio assim substituir a liberdade erótica desfrutada pelas mulheres até então. Birman (1999) atesta que, antes da grande virada referida, as damas eram muito mais livres eroticamente do que as da modernidade. A figura da mãe sobrepuiu essa liberdade, ao passo que a do homem “reforçou os atributos do seu poder, tanto no registro sexual quanto no erótico. Aquele passou a ser o signo da sexualidade, pois não foi silenciado no seu erotismo como se passou com a mulher” (BIRMAN, 1999, p.185).

A violência das mulheres seria uma tentativa de resolver, pelo ato, a virada da situação. O autor evoca as teorias de Lacan e Levi-Strauss para explicar que, na experiência psicanalítica, esses atos fulminantes e imprevisíveis são os que abrem um horizonte possível para o indivíduo. Quando algo de fundamental se ordena no íntimo do sujeito, provocando nele uma transmutação quase mágica, ele sente que a materialização dessa mudança requer “alguma coisa de que o registro simbólico instituído não consegue dar conta, em que a palavra é insuficiente” (LEVI-STRAUSS apud BIRMAN, 1999, p. 182). Assim, as decepadoras de falos acreditam que, para conseguir ser ouvidas e reverter a situação em que foram colocadas, precisam recorrer a semelhante ato, “algo da ordem do *impossível*” (BIRMAN, 1999, p. 182, grifo do autor). Descrevendo o caso da jovem esposa norte-americana, Birman diz que ela realizou, com seu ato, um rito de passagem,

com todos os riscos que isso implica, uma aposta entre o intolerável do presente e a possibilidade de um futuro outro. No gesto trágico da mulher condensa-se, portanto, na sua atualidade, a antevisão de um futuro em que se delineia uma outra posição para o feminino (p. 182).

A situação é a mesma da personagem do conto, em sua travessia operada no momento singular em que vê o “bruto acovardado” estremecendo, “esticados os nervos”, após uma tentativa alucinada de estancar o sangue a esguinchar-lhe do pescoço (COELHO, 1994, p. 112). Os olhos suplicantes do homem, que tomba na relva à sua frente, são a prova da ruptura radical da moça com um passado de medo e pavor, embora ela mesma não consiga alcançar de imediato esse aspecto. As expressões de pânico na fisionomia da menina como que se transplantam para o rosto do inimigo, que se agiganta “pavoroso, medonho no seu espanto, [e] ronca, grita, estertora surdos rugidos [...], espantados, aflitos, os olhos ante a surpresa do inesperado” (p. 112). Para ele, o poder e a vida se findando; para ela, o começo de uma vida nova. Naquele momento, literalmente, ela ganha voz, não só a voz da garganta, mas voz de comando da situação.

Para isso, a personagem precisou desafiar o destino e a ordem instituída; e mais, precisou inventar o ritual praticado, do mesmo modo que a esposa americana em defesa contra os atos sádicos do marido. Afinal, tratava-se, nos dois casos, de condutas que não se encontravam codificadas na cultura local – daí a surpresa do personagem de “Revelação”. Nos termos de Birman (1999, p. 182), foi necessário tecer esses repertórios, engendrando com eles uma passagem crucial daquilo que se encontrava “há muito estabelecido” para o possível de ser desejado”. Na imprevisibilidade e fulminância desses repertórios “impossíveis”, a realização da mágica transformação, como previsto por Lévi-Strauss.

Segundo Birman, a autorização simbólica concedida ao gênero masculino para a legítima defesa da honra alcança agora a esposa da cena macabra de castração do marido. Ela teve a aprovação de uma grande parcela da opinião pública e também dos tribunais, que se fundamentaram na violência do esposo e na assimetria de forças entre ambos para lhe dar a absolvição. Isso imprimiu ao seu ato “uma legalidade surpreendente e inesperada” (BIRMAN, 1999, p. 190). Além de absolvida, ela ganhou enorme popularidade na *mídia*. “O acontecimento migrou, ultrapassando em muito as fronteiras norte-americanas” (p. 189). O Brasil, por exemplo, registrou vários episódios

de decepamento peniano, inclusive, com o esmigalhamento dos testículos – a inovação da novidade. O sistema de filiação e, conseqüentemente, o patriarcado, via-se assim atingido em sua base, e o país entrava para uma nova era.

Tais conseqüências apontam a insatisfação das sociedades com “o código machista que regula as relações entre os homens e as mulheres” (p. 189) e o seu desejo de dar-lhe um basta. Esse tipo de acontecimento já havia ocorrido várias vezes na história do Ocidente, mas somente no contexto descrito a *mídia* resolveu dar-lhe ênfase, justamente por se encontrar “sensível a algo que se murmurava e se insinuava no espaço social” (p. 190). Nessa repercussão está “o alcance simbólico e real do gesto em questão”, cuja influência foi capaz de romper o enraizado e inaugurar à força algo de novo (p. 190).

O conto “Revelação” indica que a mesma sensibilidade da *mídia* em face da revolta contra a arrogância fálica atravessa também a literatura. Escrita numa época em que ainda se mantêm vivos os ressentimentos pelo machismo, a narrativa explora uma cena de violência feminina que ultrapassa no efeito a da norte-americana e suas sectárias. Esse procedimento literário é o reflexo de uma literatura sensível e comprometida com o fortalecimento da autorização simbólica ao protesto contra o abuso do poder fálico. Ele mostra de que forma se processa a transformação da realidade por meio da literatura, dentro da qual a estrutura não se separa da função (CÂNDIDO, 1972). A função da personagem na cena descrita em “Revelação” é modificar uma situação inaceitável e ensaiar a implantação de um novo paradigma. O conto tem, de fato, um ponto de referência na realidade, como diz Candido: o código machista, que ele tenta alterar – o que acontece em todos os outros analisados. As teias urdidadas dentro de cada um deles “são obra de seres humanos sofredores e estão ligadas a coisas flagrantemente materiais”, plenas de realidade (WOOLF, 1928, p. 54).

#### **4.5 Gangrena (Yêda Schmaltz)**

Este conto tem o doce sabor de uma cantiga de amigo medieval, considerando o tema central dessa modalidade de composição: a saudade do “amigo” ausente (namorado ou amante), expressa pelo eu lírico feminino. Também dialoga com a *Odisséia* de Homero, conforme se verá no correr da análise. Aqui o namorado da protagonista empreende uma viagem da qual não retorna, segundo ela, com o intuito de escapar ao amor. Enquanto o amado ganha a vastidão do mundo, a moça se consome em

nostalgias, confinada em casa e imersa no tricô, na tentativa de vencer a saudade e o tempo de eterna espera que se inicia para ela. A agulha espeta-lhe o polegar, e o ferimento transforma-se numa gangrena que imita sua ferida interior. Cansada de aguardar seu cavalheiro ausente, a namorada perde a esperança e rompe definitivamente com o tricô, amputando a mão e dependurando-a na parede, ao lado de um quadro tricotado por ela. Seu extremismo é uma simbologia dessa ruptura e da retomada de sua dignidade e amor próprio.

A relação de poder entre o casal da história se delinea especificamente por via do tempo e do espaço. A personagem feminina vivencia profundamente a dependência afetiva experimentada em geral pelas mulheres em relação aos seus companheiros. Um dos autores que ventilam a questão da afetividade feminina é Bourdieu (2002, p. 23), segundo o qual as mulheres “estão socialmente preparadas para viver a sexualidade como uma experiência íntima e fortemente carregada de afetividade”. Ao passo que, para os rapazes, ela constitui um ato “sobretudo físico, de conquista orientada para a penetração e o orgasmo”, nas moças ela pode prescindir desses traços e demandar palavras, toques, carícias e companhia. Mesmo nas atuais sociedades euro-americanas, ainda existe uma distância entre as expectativas de um e outro no campo da sexualidade, predominando a lógica da conquista na relação amorosa vivida pelos rapazes.

Conquanto Foucault (1985) tenha recuperado documentos do período helenístico que comprovam a situação inversa (esposos afetivamente subordinados às esposas), esse não é o cenário predominante nas culturas, quer ocidental, quer oriental, antiga ou moderna. O próprio Foucault faz essa advertência, lembrando que esses documentos (cartas românticas) não deveriam ser tomados como “representação daquilo que foi realmente a vida matrimonial do tempo do Império” (p. 86-87). Foram voluntariamente aplicados para difundir o novo ideal de conjugalidade esperado para a época. Aliás, ainda hoje, mesmo que a afetividade possa ser tão intensa nos homens quanto nas mulheres, eles não costumam demonstrar isso com tranquilidade em virtude do código masculino. Vimos com Stearns (2007), no conto “Agenor da Bitá”, as injunções feitas ao homem no sentido de conter manifestações desse caráter. A contenção faz parte do código de honra, que todo homem deve automaticamente seguir, se não quiser ser excluído de sua dignidade e de seu caráter viril, como explicou também Bourdieu (2002).

Nesse conto, a figura masculina exerce sua honra sobrepondo seus projetos à relação amorosa com a personagem feminina, ao mesmo tempo em que se esquivava dela.

Todo o tempo da narrativa, ele o consome viajando, sem retornar ao menos para um reencontro temporário com a amada, embora ela nos assegure da reciprocidade dos sentimentos entre ambos:

O tempo foi escorrendo. Ele viajando. E eu sabendo. Sabendo que ele viajava por corpos de muitas mil mulheres *e que ainda assim se esvaziava. E eu sabendo que ele viajar não adiantava, porque seu porto maior em mim se afogava*, escorrendo assim dos olhos e entrando pela boca – um mar de mim. Mas ele viajando [...] (SCHMALTZ, 1994, p. 234-235, grifo nosso).

A ausência do amado coloca a personagem, até certo ponto, na condição da voz feminina presente na cantiga de amigo: uma mulher que espera pelo amante, afastado dela em função de um empreendimento, em geral, o serviço militar, ou que lamenta o sofrimento (*coita*) de ter sido abandonada por ele:

Non chegou, madr', o meu amigo,  
e oj' est o prazo saído!  
ai, madre, moiro d'amor!  
Non chegou, madre, o meu amado,  
e oj' est o prazo passado!  
ai, madre, moiro d'amor!  
(D. DINIZ apud SCHMALTZ, 1980, p. 26).

Ay eu coitada! – Como vivo  
en gran cuidado por meu amigo  
que u alongado. Muito me tarda  
o meu amigo na Guarda!  
(D. SANCHO I apud SCHMALTZ, 1980, p. 27).

É importante lembrar que, embora o eu lírico dessas cantigas seja feminino, sua autoria é masculina (SCHMALTZ, 1980). De acordo com Abaurre et al. (2008), o objetivo da voz feminina adotada é transmitir, por intermédio dos compositores, a visão das mulheres sobre a saudade e o amor.

A semelhança entre a personagem do conto e a “amiga” que fala nessas composições reside na expressão desses sentimentos e na espera, que constituem uma das características mais fortes das cantigas de amigo. Nas demais particularidades, ambas se distanciam: o eu das canções é uma moça simples do povo, habitante das aldeias e campos. Ela está sempre cercada por figuras que participam do universo

amoroso criado na cantiga e testemunham o amor que dedica ao namorado: suas amigas e sua mãe, que, às vezes, cria obstáculos para seus encontros amorosos. Além disso, nem sempre ela se lamenta pelo amigo ausente; frequentemente se mostra alegre e animada pela certeza de sua volta, já que o amor entre eles é real, em virtude de pertencerem a uma mesma classe social.

A personagem de “Gangrena” é comparável, em seu desalento, à amiga que se queixa, mas nada tem de campesina. O espaço em que se encontra é urbano, pela facilidade com que transita entre a loja, a farmácia e a banca de revistas, alguns pontos de suas ações, além de sua residência, espaço predominante. Ali ela recebe vários pretendentes, conforme veremos, alguns de hábitos regularmente citadinos, como tocar bandolim, mandar rosas e bombons de marca, levá-la a passear de carro, dar livro de presente e discutir literatura. Esses homens aparecem em seu universo apenas como interesseiros, e não como confidentes e testemunhas do amor que devota ao amado ausente, a exemplo do ocorrido nas cantigas. Enquanto a “dama” das canções se movimenta ao lar livre dos campos, a do conto se prende ao interior da casa e ao tricô.

Muitas são, portanto, as dissonâncias entre o conto e essas cantigas, mas, naquilo que elas têm de mais característico, isto é, a mulher que espera, existe realmente uma proximidade entre ambos. O cavaleiro em viagem, figura correlata à da mulher abandonada ou deixada à sua espera, é a similaridade naturalmente encontrada no extremo oposto.

Essa figura, aliás, é imprescindível às cantigas líricas do período trovadoresco, no qual elas floresceram. Trata-se do século XII, quando se verifica o fim das grandes invasões do período imperial europeu e, por conseguinte, o desaparecimento da função social dos cavaleiros que batalhavam nessas guerras. O quadro em declínio é o da organização feudal da Europa medieval, em que uma pequena corte se reunia em torno de um grande proprietário de terras (feudos), em busca de proteção militar, dada a insegurança dessa era das invasões. Essa pequena corte era integrada por nobres empobrecidos, camponeses livres, servos e cavaleiros, que se tornavam vassalos (súditos) do senhor feudal. Sua relação com esse senhor era regida “por um código de cavalaria baseado na lealdade, na honra, na bravura e na cortesia” (ABAURRE et al., 2008, p. 79). Isso incluía a ajuda no serviço militar, de onde se observa a reciprocidade da proteção esperada.

Com a desestruturação desse sistema e da função dos cavaleiros, tornava-se forçoso criar para eles um novo papel, e a saída “veio com a idealização de um código

de comportamento amoroso que ficou conhecido como ‘amor cortês’ [...]. Esse código transferia a relação de vassalagem entre cavaleiros e senhores feudais para o louvor às damas da sociedade” (ABAURRE et al., 2008, p. 79). A materialização do código do amor cortês se dará, portanto, pela via da literatura, com as cantigas medievais, que se classificavam como líricas (de amigo e de amor) ou satíricas (de escárnio e de maldizer). No lugar do cavaleiro, surge agora o trovador, que deverá cantar suas trovas para entreter um público composto pela nobreza. Daí a denominação cantigas e o caráter oral assumido pela literatura do período.

Quanto ao código da vassalagem amorosa expressa nas cantigas de amor e o conteúdo das cantigas satíricas, dirigidas a nobres de conduta repreensível, não interessam a esta análise. Somente as cantigas de amigo demandam tais referências, tendo em conta sua proximidade com elementos do conto estudado. Entre os traços idênticos, mencionamos a ausência do namorado, mas esse detalhe apresenta uma singularidade que ainda se afasta da cantiga de amigo: o motivo do afastamento do cavaleiro. No conto, a personagem dá sinais de que o sumiço dele é uma debalde tentativa de escapar ao amor que tem por ela, seja viajando no espaço físico, seja pelos corpos de outras mulheres. A impressão que nos dá sua fuga contínua é a de um homem relutante às próprias inclinações afetivas, ao saber-se dominado por elas.

Aplicando-nos a ler nessa conduta um jogo de manutenção da honra masculina, percebemos que o dispositivo da fuga recebe o concurso de dois outros elementos para a realização desse propósito. Um deles são as oportunidades do homem para a conquista do espaço externo à sua circunscrição, como reflexo de um hábito cultural antigo na estrutura de dominação masculina. Na narrativa, o protagonista não aparece em sua terra de origem, ali comparecendo como uma imagem um tanto vaga, apenas evocada nas reminiscências da mulher. O outro elemento assegurador da honra é a vigência de uma ordem dentro da qual os homens têm maior intimidade do que as mulheres com as relações afetivas plurais.

Se tomarmos por base as concepções da namorada no curso da história (aliás, generalizadas), acreditaremos que essa tendência pode explicar-se pela superficialidade das relações vividas pelos homens, frequentemente desprovidas de sentimento, baseadas apenas no desejo carnal ou em outros interesses. A certa altura da narrativa, ela tenta sair do isolamento que impusera a si mesma em sua eterna espera e aventurar-se à amizade com outros homens, mas percebe em todos eles a intenção única da relação

carnal ou a ambição financeira. Cada um a seu modo traça um plano para apossar-se dela, mas ela se enfada de todos eles, adotando, para descrevê-los, o tom da ironia:

Eles vieram, os malditos pretendentes, querendo se apossar de mim. *Querendo*, quando eu estava só à procura de amigos. [...]. Primeiro foi o que fazia interurbano na tarde de todos os dias e ficava conversando borracha. [...]. O outro, maldito, me acordava às dez horas, dez e trinta, da manhã de todos os dias e ficava meia hora no telefone conversando borracha. E o que eu mais gosto é dormir de manhã. [...]. Tinha o que tocava bandolim, olho dentro do meu olho. Vieram muitos e eram todos ao mesmo tempo: coluna um, coluna dois e até coluna do meio, um bolorento. Veio o que um dia até eu amara e estava vinte quilos mais gordo [...]. E veio o que espichara. Outro me mandava rosas amarelas todas as quintas-feiras. O outro comprava bombons com vinho e passas dentro [...]. Aquele veio circunspecto e me deu um livro encadernado em couro negro, letras bordadas a ouro. Filigranado, o desgraçado. [...]. Ai, os malditos, os malditos! O que me levou de carro e o que tomava gim-tônica. Ai, os malditos, *tantos que me queriam, mas que não me amavam*. Acho que eles vinham pelo meu dinheiro porque eu um dia olhei no espelho e vi que nem não era jovem e nem não era bonita.<sup>14</sup> Cambada de interesseiros. [...] Foi quando vieram os mais tantos: se apoderaram de minha casa, comeram da minha comida e só com os olhos me comendo, me corroendo, me desgastando (p. 235, grifo nosso).

A atribuição de um superficialismo à afetividade masculina, de forma a justificar a leviandade dos homens em suas ligações com as mulheres, é uma visão estereotipada, mas é possível fazer essa leitura pelos depoimentos acima. Entretanto, vimos que os homens sempre viajaram, de fato, pelos corpos de muitas mulheres, não em virtude de uma afetividade rasa, mas do fato de se negar às mulheres qualquer exclusividade sobre eles, enquanto estes tinham sobre elas o direito de propriedade (STEARNS, 2007; FOUCAULT, 1985). Bourdieu (2002, p. 22-23) refere, com respeito a isso, a necessidade do homem de dominar através da posse. Paglia (1990) recorre aos instintos naturais do homem para fundamentar essa volubilidade, que no fundo expressa o desejo de vencer o medo da força feminina.

---

14 A fala da personagem evoca o critério de valorização do corpo e da beleza feminina para medir o valor de uma mulher. E mais, evoca a aceitação desse critério pelas próprias mulheres: seu conhecimento e reconhecimento prático da situação em virtude dos efeitos perduráveis da ordem masculina gravada em suas mentes (BOURDIEU, 2002).

Independente da razão dessa inconstância, ela constitui um ponto de honra no mundo masculino e, de alguma forma, no conto analisado. Mas a maior vantagem do namorado ausente em relação à namorada é a sua liberdade espacial em oposição à clausura da moça, que se mantém presa no mesmo espaço enquanto sonha com a sua volta. Paciente, ali aguarda sem tréguas, porque, ao contrário dele, ela acredita que “amor é só um”, e o seu “ficou o resto da vida viajando e o tempo escorrendo” (p. 236). No final, ela se revolta e perde a esperança, mas não consegue vencer o amor nem a dor, que são o ponto maior de si e que “vão se tricotando” na continuidade da vida. Recusa a docilidade e a servidão da espera, mas o amor e a dor, o mar de si, continuam nela, como uma gangrena incessante. Ela é uma “terra estável” – fidelidade é o seu nome, segundo afirma, embora se rebele contra a expectativa.

Até esse momento, manteve-se fechada em casa e em si mesma, numa clausura forçada. Nenhum pretendente se chegara a ela, senão quando resolveu sair: de si, de casa e do tricô, que fazia para matar o tempo, enquanto viajava o seu amado. A divergência de papéis e locais ocupados pelos dois personagens é o reflexo de uma realidade comum nas relações de gênero, conforme observamos nos estudiosos da questão. No tratado sobre o matrimônio escrito pelo grego Xenofonte (*Econômica*) e comentado por Foucault (1984), o casamento é considerado uma arte de governar, assim como a política. A gestão da casa assemelha-se à gestão do Estado, sendo a esposa uma personagem essencial para o bom governo do lar. *Fora* do abrigo da casa, haverá “o homem que semeia, cultiva, labora e cria o gado; ele traz para casa o que produziu, ganhou ou trocou; *dentro*, a mulher recebe, conserva e atribui na medida das necessidades” (FOUCAULT, 1984, p. 199, grifo nosso).

Hoje esse modelo é obsoleto, malgrado não esteja de todo extinto. Primitivamente, porém, ele era a mola da gestão familiar. Xenofonte explica essa divisão pela diferença de aptidões entre o homem e a mulher, uma diferença que resulta da oposição “natural” entre ambos. “Para que eles pudessem exercer juntos essas funções distintas, os deuses dotaram cada sexo de qualidades particulares”. Os homens, responsáveis pelo trabalho ao ar livre (lavrar, semear, pastorear, comercializar etc.), receberam “o dom de suportar o frio, o calor, as caminhadas; as mulheres, que trabalham abrigadas, têm o corpo menos resistente”, além de serem naturalmente medrosas (FOUCAULT, 1984, p. 200). Mediante essa “lei”, todas as ocupações são belas (porque convenientes), e “é melhor para a mulher ‘permanecer em casa do que passar seu tempo fora’ ”. O homem, por seu turno, deve seguir a recomendação inversa

(p. 201). Em síntese, são dois espaços, o interno e o externo, e duas formas de atividade apropriadas a cada um, sem dizer do tempo, que também se organiza de acordo com essa divisão. O do homem é dinâmico, o da mulher, monótono, pois, como afirma também Aristóteles (apud FOUCAULT, 1984, p. 220), aquele “encontra sua saúde no movimento”, ao passo que esta tem inclinação para a vida sedentária; aquele “traz os bens para a casa”, esta “vela sobre o que aí está”.

Bourdieu (2002, p. 10) acredita que essa arbitrária divisão tornou-se inevitável, estando presente “em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas ‘sexuadas’), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos hábitos dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, de pensamento e de ação”. Ou seja, ele também considera que a divisão das coisas e das atividades é fundada na oposição natural entre os dois gêneros, que, para ele, caracteriza-se necessariamente por contrastes do tipo alto-baixo, na frente-atrás, direita-esquerda, público-privado e por aí vai. São divisões consideradas naturais e que, portanto, adquirem “todo um reconhecimento de legitimação” (p. 9-10). Esse o mundo evocado em “Gangrena”: um cavalheiro em viagem e uma dama encarcerada em casa; enquanto ele percorre o mundo e os corpos de muitas mulheres, ela se limita a esperá-lo fazendo tricô. Aqui se delineiam dois contrastes: o exterior-interior e a atividade-passividade.

Segundo Bourdieu, essas e outras oposições foram justificadas pelos anatomistas, no começo do século XIX, por meio das características do corpo da mulher. É a antiga filosofia sendo ressuscitada para naturalizar a domesticidade da vida feminina. Mais adiante, o autor afiança que, em virtude das pressões da economia de bens simbólicos, como a honra, privilegia-se a intervenção masculina em detrimento da feminina na vida social e na natureza. Ele cita exemplos de atividades comumente realizadas pelas mulheres cabilas, como arrancar ervas ou enfeixá-las, carregar estrume, ajuntar grãos derrubados ao chão pelos homens na época das colheitas e outras que não conferem nenhuma honra. Seus atos são “familiares, contínuos, rotineiros, repetitivos e monótonos, ‘humildes e fáceis’, [...] em sua maior parte realizados fora de vista, na obscuridade da casa ou nos tempos mortos do ano agrário” (p. 53). Por isso elas permanecem ignoradas, principalmente, pelos homens.

Estes, por sua vez, detêm o monopólio das práticas de reprodução dos capitais social e simbólico, “como o fato de negociar um casamento, ou de tomar a palavra na assembléia dos homens” (p. 54). Essa divergência das ações e trocas masculinas (trocas de palavras nos encontros diários e nas assembleias, trocas de desafios, de mulheres

etc.) em relação às trocas femininas (privadas ou até secretas) revela-se também em outras sociedades, além da cabila, por meio de outros jogos sociais.

O padrão da honra masculina e das virtudes femininas (fidelidade, abnegação, resignação, silêncio etc.) é traçado com base nessas diferenças. Esse padrão ultrapassa as fronteiras da Cabília e se instaura ainda hoje nas sociedades capitalistas, onde vem perdendo cada vez mais forças. As artes em geral, e, em grande medida, a literatura e o cinema, têm reproduzido esse modelo de relação e, ao mesmo tempo, seu esmaecimento. As personagens femininas de “Gangrena”, “Revelação” e “Mergulhada na urbe”, por exemplo, podem até resignar-se em parte com sua condição indesejável, mas não sem antes opor a ela toda a resistência possível.

Em “Gangrena”, a resignação é a atitude inicial da namorada, que faz da casa uma espécie de caverna onde se esconde do mundo para expiar a humilhação de ter sido abandonada. Mas depois ela transforma sua humilhação em dignidade, renunciando à solidão, ao tricô, símbolo de sua monotonia, e à esperança. No frígir dos ovos, ela não consegue esquecer o namorado e encara a dor, mas com altivez. Recusa-se a esperar inerte que o tempo escorra enquanto o tricô vai se formando e sua espera em vão se prolongando; a aceitar o “mundo imundo do gerúndio, gerandio undio. Até quando?” (p. 235), pergunta-se, entediada pela monotonia do tempo. O passado não podia voltar, o futuro não vinha, e o presente assim se esticava: transformava-se em gerúndio, gerava-se (gerandio undio). A continuidade sentida nessa expressão é tão forte, tão similar ao eterno, que coloca diante de nós o espetáculo do tempo escorrendo, como um fluido viscoso se esticando.

Antes de inventar sua resistência, a personagem criava formas de matar a saudade com as mãos, tricotando, inventando, demorando-se em pontos difíceis:

Então eu resolvi, enquanto o amado viajava: fui na banca de revistas e comprei um livro *Receitas de Tricô* [...]. E eu escolhi o ponto mais difícil. Era um que, no desenho formava uma teia de aranha, assim em alto-relevo, e ficava todo rendado. A receita de uma única caca carreira [sic] dava uma página inteira: levei três dias para conseguir decifrar os signos da receita, os significados. As pontas dos meus dedos se destroncavam (p. 234).

Esse ponto era tão difícil que apenas um fechava um círculo de tempo. E um novo círculo recomeçava, PENÉLOPE à semelhança das lágrimas, que a personagem

compara ao tempo escorrendo pelos seus olhos. Elas chegavam até a boca e de novo entravam, para de novo saírem, imitando o movimento circular do tempo. Como as lágrimas, o tricotar também se liga ao tempo, de uma ponta à outra da narrativa: “De primeiro, quando ele viajou, eu fui na loja, comprei umas lãs e comecei a fazer tricô. O tempo foi escorrendo” (p. 233). Essa é a primeira fala da personagem, que detém a focalização e a voz na narrativa, e também são essas as primeiras frases do texto.

A expressão “o tempo foi escorrendo” repete-se por onze vezes, distribuindo-se do início ao fim da narrativa, com pequenas variações. Acertadamente, pois o tempo que escorre é o período da espera, que dura quase até o fim da história. Depois da última ocorrência da expressão, somente mais três frases, e termina o conto. Se ele se fechasse com a expressão mencionada, repetindo-se pela décima segunda vez, o círculo de tempo escorrendo estaria completo, mas a personagem o interrompe quando desiste de esperar. Assim ficou este número capenga, o onze, indicando, talvez propositadamente, a incompletude de um círculo interrompido quase no fim: doze seria a totalidade, se pensarmos nos grupos formados por este número: os doze apóstolos de Cristo, os doze profetas menores do Antigo Testamento, as doze tribos israelitas e etc. As tribos multiplicadas por doze resultam nos 144 mil, enigma referente à totalidade dos judeus, em Apocalipse 7: 4-8, ou dos gentios salvos, em Apocalipse 14: 1-5. Sem dizer que a plenitude do tempo é também representada pelas doze horas em que se divide um relógio.

A longa espera processada nesse mar de tempo fluido acompanha-se de uma gangrena aberta no dedo da moça quando seu amado viajou e ela deu início ao tricô, espetando na agulha o polegar esquerdo. Ela nem passou mercúrio, diz, talvez porque não imaginasse a gravidade da ferida que então se abria e que haveria de alastrar-se com o tempo. Com razão, “porque todo dia espetava”, e a ferida não cicatrizava. Tomou quase todo o seu dedão. “Era enorme, aberta, tinha pus” (p. 233), mas não tão grande quanto a ferida interna, “a dor de esperar até quando” (p. 234). Essa transcendia a “dor por fora”, que até lhe dava prazer, pois era diferente, mudava sua rotina de tristeza e tricô: uma camisa de frio, um cachecol, um morango bordado nele com fios cor de cinza, “um gorro colorido de neve. E mais uma blusa”, e o namorado não se comunicava. O tempo só escorrendo, até que ela foi à farmácia, e o farmacêutico – parecido com o amado ausente, “podia ser seu irmão” – limpou-lhe a ferida, receitou cicatrizantes e algo mais, e cobriu-lhe o dedo com esparadrapo. A moça então voltou a namorar as agulhas, e a coisa foi se complicando. O dedo, imobilizado, não se mexia, e

a mão se movimentava com dificuldade. Mas o pior de tudo é que “por baixo a ferida não cicatrizava. Alastrava” (p. 234).

Por baixo do esparadrapo? Também, mas principalmente no íntimo da personagem, lá onde doía a dor da alma, esta, mais gangrenada, mais destruída do que seu polegar. A gangrena externa coincide com a ferida interna, e ambas seguem o círculo interminável do tempo de espera, até que a moça resolve tomar uma decisão drástica: amputar a mão, dependurando-a junto a um quadro feito em tricô, sua melhor peça. Esse ato, simbólico na verdade, representa o seu momento de ruptura crucial com a servidão da espera, um rompimento já iniciado quando ela abre o espaço para a chegada dos amigos. PENÉLOPE CASAR-SE A primeira decisão, a de quebrar o isolamento, é motivada pelo conselho de um oráculo e pela constatação simultânea de que o dedo havia cicatrizado. “Pára. [...] Sai pra fora”, é a ordem dada pelo oráculo, diante da qual ela desperta e sai do casulo, parando, de fato, com o tricô (“Larguei a manga sem terminar”), mesmo percebendo a cicatrização (p. 234).

Captando, porém, a intenção de posse nos homens que se chegam a ela nesse momento, cada qual com sua tática, a moça se arrepende da decisão tomada e se rebela de vez contra a situação: “Ai, antes não saísse, antes não tentasse, antes os meus dedos todos gangrenassem!” (p. 235). Antes tivesse se deixado continuar gangrenando, por dentro, persistindo na espera, e por fora, tricotando. Porque a chegada dos pretendentes lhe acentuava a solidão e a mágoa de mulher deixada, como afirma ela, “à mercê de tantos barcos” (p. 235), tantos malditos, tanta espera! Rebelar-se. Irônica, insurge-se contra os galanteadores: “O que anda fazendo?”, quer saber um deles. “Tricô.” “O que anda fazendo?”, repete outro. “Cocô” (p. 235).

Depois, a amputação, que a personagem compreende ser necessária. “E em volta de mim, me cercando, a causa da destruição progressiva. Sendo necessária a amputação. Sendo” (p. 236). Por quê? Para se libertar daquela *causa* e afastar os malditos, que a partir de então a respeitariam, vendo-a decidida e corajosa, assenhorear-se da própria sorte. Dele, do namorado, era “a obrigação temática e histórica” de despachar os outros (p. 236), ULISSES mas, em não vindo ele, a personagem toma a si essa tarefa, desconstruindo o mito do homem protetor. A donzela frágil, carente de amparo e cansada de esperar pelo seu bravo cavaleiro, que afinal se encontra às voltas com a conquista de novos territórios, decide agora “tornar-se rainha de sua ilha” (p. 236). E matar todos eles, todos os Dons Juans que até ali a cercavam, dando-lhes por resposta

sua intrepidez e indiferença. Do cavalheiro viajante, ela tira a oportunidade de tecer sozinho “todos os enredos e ser personagem principal de toda a história” (p. 236).

Por dentro, continua “maior gangrena”, diz a moça ao doutor que lhe remenda o toco de braço. Nem adianta cerzir, tentar a cicatrização, sua dor continua lá, mas pelo menos ela não pode, sem a mão, “voltar ao de primeiro, quando ele viajou”, ela foi à loja, comprou umas lãs e começou a fazer tricô (p. 236). Ela mesma reconhece que sua reviravolta é, como disse Birman (1999), “algo da ordem do impossível”, pois assegura ao médico que não se trata de uma peça de teatro antigo. É apenas “uma rápida cena” (p. 236), mais um rito de passagem, mais “uma aposta entre o intolerável do presente e a possibilidade de um futuro outro” (BIRMAN, 1999, p. 182).

Nisto e na dor da personagem ao final do conto, a história nos leva de volta a “Revelação”. O rompimento com uma estrutura massacrante não é suficiente para livrá-la desse infortúnio, que ela compara a uma “traça”, o ponto mais complicado do tricô. Esse ponto, que já se havia “mudado para o seu rosto”, continuará se tecendo internamente: “O ponto maior, assim, o mar de mim – dos olhos saindo e entrando pela boca, vai se tricotando, traça, vai se tricotando: desgraça no meu rosto” (p. 236). Mas a estrutura foi rompida.

Esse longo ciclo de espera e rompimento, assim como a atividade engendrada para superá-lo, e ainda o ato heroico da personagem que corta a mão, mostram que o diálogo do conto com outros textos vai além de sua analogia com a cantiga de amigo, realizando-se também com a segunda epopeia de Homero, a *Odisséia*. A comunicação com o texto grego é anunciada desde a epígrafe que antecede o conto: “Os pretendentes urgem minhas núpcias, e eu defendo-me com o tecido de minhas artimanhas” (HOMERO apud SCHMALTZ, 1994, p. 233).

Penélope, a heroína da *Odisséia*, também foi cercada por inúmeros pretendentes que lhe disputavam a mão e o patrimônio na ausência do esposo Ulisses (Odisseu em grego). Em seu retorno da Guerra de Troia para Ítaca, sua cidade natal, Ulisses errou durante dez anos por terra e por mar, sendo conduzido pelas ondas à terra dos ciclopes e à dos lestrigões, à ilha de Éolo dos ventos encarcerados, ao confronto com as sereias e monstros marinhos (Caribdes e Cilas) e à ilha da ninfa Calipso, que se apaixonando por ele o mantém prisioneiro por sete anos. São dez anos de completa aventura e tormento, somados aos outros dez anteriores que durara a guerra de Troia: vinte anos de ausência, aos quais correspondem vinte de espera da parte de Penélope.

Enquanto o aguarda, a fiel esposa tece e destece infinitamente uma mortalha que se propusera a fazer para o sogro Laertes, para que, vindo a morte recolhê-lo, não o encontrasse desprevenido de um manto que lhe encobrisse o corpo. Seu interminável trabalho é uma estratégia para burlar os pretendentes, que, com o afastamento de Ulisses, infiltraram-se no palácio do herói a fim de cortejar-lhe a esposa e forçá-la ao casamento com aquele que escolhesse. Mas o intento desse projeto era a usurpação da riqueza de Ulisses por intermédio do casamento, e, conhecendo tais intenções, Penélope arma para os pretendentes o logro da urdidura da mortalha. Só se casaria depois de levar a termo esse trabalho, que termina, desfaz e recomeça ao longo desses vinte anos, livrando-se assim da terrível decisão. Pelo menos até o dia em que seu ardil é posto a descoberto por uma de suas escravas e revelado aos pretendentes.

A partir daí, ela vê crescer a cada dia a necessidade de fazer sua escolha e, casando-se com um dos malditos, retirar-se de seu palácio a fim de proteger a herança do filho Telêmaco. Isso lhe pedira o próprio Ulisses, “no momento de ausentar da terra pátria. [...] Não sei se um deus me reconduzirá ao torrão natal, ou se perecerei em terras troianas”, pondera dirigindo-se a Penélope, a quem enfim recomenda: “Depois, quando vires que nosso filho já tem barba, casa-te com quem te aprouver, e deixa o palácio” (HOMERO, 2003, p. 239). Não fossem as palavras de Ulisses e a chusma que todos os dias se banqueteara em sua mansão desde o romper da aurora, a heroína se manteria fiel, pois não a abandonava a esperança de ver retornar o esposo. Todavia, diante da situação, via-se na iminência do odioso casamento, indignada pelos bens que impunemente lhe devoravam: diariamente se abatiam ali “as mais anafadas cabras”, “corpulentos carneiros”, “porcos cevados” e inúmeras reses, e de contínuo se retirava vinho dos tonéis (HOMERO, 2003).

Um dia, ao receber as lisonjas de um dos pretendentes, Penélope queixou-se disso diante de todos eles, lembrando-os do costume antigo, que, contrariamente, impelia os rivais de uma mulher nobre a agraciá-la com “valiosas dádivas” (p. 239). Cada um enviou então “seu arauto a casa buscar um presente”, e eles lhe trouxeram joias preciosas e um véu bordado, com doze colchetes de ouro (p. 240).

A narrativa segue cortada por inúmeras digressões e retrocessos até que Ulisses consegue retornar ao lar. Disfarçado de mendigo com a ajuda da deusa Atena, que lhe concede a aparência de um velho andrajoso, infiltra-se por alguns dias no meio dos pretendentes a fim de avaliar a real situação. Os desmandos praticados no palácio contra sua família, seus escravos e bens despertam nele a chama de uma vingança traçada com

ardil e violentamente executada: a matança dos pretendentes, no que é auxiliado pelo filho Telêmaco e por dois servos fiéis.

Uma enumeração dos detalhes homéricos aproveitados por Yeda Schmaltz em seu conto apontaria algumas inovações, sem contudo apagar dele a intertextualidade denunciada pela presença da *Odisséia*. Há entre eles muitos pontos de contato, a começar pelo afastamento da figura masculina, embora por razões diferentes. Em consequência, vem a tristeza das duas mulheres, que não cessam de lamentar o fato: no conto é o tempo escorrendo, aumentando a saudade e a ferida; na epopeia são as penas com que um deus acabrunha a mulher chorosa e de coração oprimido (HOMERO, 2003).

Também semelhante é a forma engendrada para vencer o tempo de espera, e, no caso de Penélope, vencer os pretendentes. A sintonia continua na oposição entre tarefas e espaços ocupados pelo feminino e masculino: como a moça do conto, Penélope está sempre no quarto entregue à fiação, ao passo que Ulisses é apresentado já no início do poema como “o varão industrioso que, depois de haver saqueado a cidadela sagrada de Tróade, vagueou errante por inúmeras regiões, visitou cidades e conheceu o espírito de tantos homens” (HOMERO, 2003, p. 15). Ele é o herói que corre mundo em busca de riquezas, sendo muitos os tesouros acumulados em seu palácio (p. 250). E mais: no preâmbulo da matança, Telêmaco recomenda à mãe que se recolha com as escravas a seu aposento e se ocupe do tear e da roca, e elas, de seus trabalhos. “Do arco se ocuparão os homens, principalmente eu, que sou quem manda em casa”, arremata, embora com o intuito de protegê-la (p. 277).

Lembremos ainda as expressões de revolta contra os pretendentes em face do espírito de usurpação que os movia:

Ai, os malditos, tantos que me queriam, mas que não me amavam. Acho que eles vinham pelo meu dinheiro porque eu um dia olhei no espelho e vi que nem não era jovem e nem não era bonita. Cambada de interesseiros. [...] Foi quando vieram os mais tantos: se apoderaram de minha casa, comeram de minha comida e só com os olhos me comendo, me corroendo, me desgastando (SCHMALTZ, 1994, p. 235).

Na *Odisséia*, a demonstração da gula e ambição dos pretendentes percorre a maioria das páginas, e algumas expressões já foram transcritas. O ódio desencadeado por esse caráter encontra aqui a singularidade de atingir, além da mãe, também o filho,

os escravos fiéis e o próprio Ulisses, aos quais se atribuem, respectivamente, as falas a seguir:

Ama, detesto-os a todos, porque só maquinam o mal (HOMERO, 2003, p. 230). Eurínome, meu coração deseja aquilo que até agora nunca desejei: que me apresente aos pretendentes, não obstante o ódio que lhes tenho (p. 237).

Miseráveis e insensatos! Vê-se claramente que já comestes e bebestes em demasia, sem dúvida, incitados por um deus. Uma vez que vos banqueteastes à farta, ide para casa dormir (p. 242).

Mas são os outros, uns intrusos, que me mandam trazer essas reses, para com elas se empanzinarem, sem se importarem com o filho dele, nem recearem o castigo dos deuses, porque só uma idéia os anima: dividir entre si os bens do senhor, há longo tempo ausente (p. 263).

Eumeu, oxalá os deuses punam a insolência destes homens, que na casa alheia se portam com revoltante iniquidade, sem o mínimo rasto de pudor! (p. 262). Ah, cachorros! Julgáveis que eu nunca mais regressaria da terra de Tróia à pátria; por isso saqueáveis minha casa (p. 281).

No conto, a chegada dos homens é autorizada pela personagem, mas ela se justifica argumentando que só os desejava como amigos, e, portanto, os repudia, a eles e seus presentes. Ao contrário, Penélope observa aos pretendentes o antigo costume de se presentear uma mulher nobre a quem se fazia a corte – movida, claro, pela indignação contra o desprazer dos aproveitadores. Além do que, em sua casa, eles se infiltraram sem o seu consentimento, embora, no limite da situação em que se encontrava, ela também tenha cogitado na aceitação de um deles. Ou seja, há nesse ponto uma coexistência de semelhanças e divergências.

De resto, apesar da abertura verificada, nenhuma das personagens concretiza qualquer envolvimento com outro homem enquanto espera o amado viajante. No conto, vimos a moça afirmar que seu nome era sinônimo de fidelidade, conquanto não de docilidade e servidão. Que, vendo-a cercada de pretendentes, todo mundo ficava pensando que... Mas não. Enquanto isso, ela se mantinha “grande” (intacta), se esquivando, se merecendo, e “só com os olhos” a comiam. Assim também Penélope, ao apresentar-se para os pretendentes, fez-se acompanhar de duas escravas e “cobriu o rosto com o véu de brilhante reflexo” (HOMERO, 2003, p. 270). Mas aqui há igualmente uma diferença, não obstante seja motivada pelas circunstâncias de cada

narrativa: Penélope se mostra resignada a casar-se com um dos biltres que a cercam, ao passo que a moça, como observamos, declara resolutamente sua decisão de continuar sozinha e rainha de sua ilha.

Outros pormenores aproximam e distinguem, paradoxalmente, as duas heroínas em expectativa: conforme sucedido no conto, Penélope também demonstra a crença no homem protetor, desejando que Ulisses voltasse para cuidar de sua vida e tornar mais bela sua glória (p. 246). Retornando ele, “não tardaria em se vingar, ajudado por seu filho”, daqueles que, em sua casa, imolavam “bois, cabras e gordas ovelhas, banqueteadando-se, bebendo sem medida o vinho de ígneos reflexos” (p. 231). A outra, porém, depois de lamentar que o namorado não voltasse para cumprir com sua “obrigação temática e histórica” de despachar os malditos galanteadores, resolve “matá-los todos” (p. 236) e assumir sozinha seu destino. Essa determinação, não a vemos em Penélope, fragilizada e chorosa até o fim, quando Ulisses então se revela e cumpre, ele sim, a obrigação temática, matando seus rivais.

A distância de tempo entre uma narrativa e outra pode ser uma explicação para essa diferença no grau de iniciativa e de conformidade nas duas protagonistas. A da *Odisseia* reflete as mulheres da antiguidade grega, às quais naturalmente faltava o senso de independência. Não se deveria esperar de uma heroína fictícia daquele tempo que se antecederesse ao herói e executasse uma vingança que, pelo código de honra, cabia somente a ele. A moderna, sim, atinge esse privilégio à proporção que se modificam as regras desse código e a sorte feminina.

O diálogo entre as duas narrativas fortalece as visões da intertextualidade emitidas por Barthes, Rifaterre, Kristeva e Bakhtine (apud COMPAGNON, 1999). O primeiro fala da intertextualidade como possibilidade única de realização da referência ao real na literatura. Para ele, a relação entre literatura e realidade é uma ilusão (a “ilusão referencial”), e o verossímil existente nas representações advém de uma “convenção ou código partilhado pelo autor e pelo leitor” (COMPAGNON, 1999, p. 110). O real não é jamais descrito ou visto, mas sempre inferido através de outro texto, segundo confirmam os relatos dos viajantes sobre o Novo Mundo, carregados de clichês e estereótipos. O que se apreende do código convencionalizado por leitor e escritor (ou artistas em geral) é “uma cadeia de cópias”, que toma o lugar da realidade (BARTHES apud COMPAGNON, 1999, p. 110).

Também nos termos de Rifaterre, os textos falam sempre uns dos outros e de si mesmos, mas, para ele, a ilusão referencial consiste exatamente em substituir a

realidade por sua representação, apontando o texto como a própria referência. Ela está, na verdade, no leitor, pois é ele quem acredita que a literatura se refere ao mundo. De mais a mais, é ele quem racionaliza aquilo que lê e quem vivencia os efeitos do texto literário. Essa racionalização advém da diferença entre a linguagem cotidiana e a literatura. Ao passo que, na primeira, as palavras referem-se aos objetos, na segunda, elas perdem suas referências particulares para ganhar sentido (significância) na relação umas com as outras, isto é, no texto inteiro.

Prosseguindo na definição da intertextualidade, Rifaterre usa uma palavra que deixa evidente o papel do leitor na produção da significância e na identificação do intertexto: a palavra “percepção”. Fica implícito nessa passagem que o leitor precisa *perceber* “as relações entre uma obra e outras que a precederam ou se lhes seguiram” (COMPAGNON, 1999, p. 113). Ou seja, a intertextualidade e, do mesmo modo, a significância que ela produz dependem do leitor. Esse ponto é bem destacado pelo autor: a produção da significância por meio da intertextualidade, e é nesse sentido que o mundo deixa de existir para a literatura, sendo substituído pela significância criada pelos textos. Ou, nas palavras de Barthes, “o que existe por trás do papel não é o real, o referente, [...] é a sutil imensidão das escrituras” (COMPAGNON, 1999, p. 110).

Sem tocar na questão do real (pelo menos no ponto citado por Compagnon), Kristeva e Bakhtine reportam ao mesmo intercâmbio ao definir a intertextualidade. A autora assinala a produtividade da escritura declarando que “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto” (p. 111). Bakhtine, por sua vez, desenvolve o conceito de “dialogismo”, que utiliza para mencionar “as relações que todo enunciado mantém com outros enunciados” (COMPAGNON, 1999, p. 111). O dialogismo seria a “interação social dos discursos” (p. 111), e, se estes dialogam, os gêneros literários também, às vezes mais, às vezes menos.

De um a outro autor, percebe-se essa interação que constitui a base da intertextualidade, refletida no enlace do conto de Schmalz com a epopeia de Homero e, também, nas afinidades entre os contos analisados. Sobre a questão da referência na literatura, negada por Barthes e Rifaterre, Compagnon adverte para a inconsistência dessa negação, que certamente representa, a seu ver, um dos demônios da teoria. Apelando para Prendergast, ele faz notar que, se de fato a referência à realidade é uma ilusão, se ela não existe, “é que, então, apesar de tudo, há uma maneira de falar da realidade e de referir a alguma coisa que existe [...]. Não é fácil eliminar totalmente a

referência, pois ela intervém exatamente no momento em que é negada, como a própria condição dessa negação” (COMPAGNON, 1999, p. 118). A sensatez recomenda, portanto, que se admita “a relação entre o livro e o mundo” (p. 115). Ou, como diria Candido (1972, p. 805), entre a imaginação e a “realidade sensível do mundo”, seu ponto de partida. Nessa realidade sensível estão incluídos os quatro elementos do mundo (terra, água, ar e fogo), que, segundo Bachelard (apud CANDIDO, 1972, p. 805), formam a “carga inicial da imaginação”.

Assim, como anunciamos ao citar Candido na “Introdução” desta pesquisa, ela tem um ponto de referência na realidade: o mundo do patriarcalismo, em que figura a predominância do masculino nas relações de gênero. Nesse universo, a violência do homem contra a mulher teve grande legalidade até que se anunciasse o esmorecimento do sistema patriarcal com a reformulação das leis. A existência desse mundo é comprovada pela análise teórica realizada, e os contos empregados não fazem mais do que recriar esse real.

## CONCLUSÃO

### Ingredientes

Uma porta que se abre.  
Um homem que ergue o braço, o dedo.  
Um dedo que se move.  
Uma luz que se acende.  
Um passo que é dado.  
Um silêncio que estala.  
Um gemido que se ouve.  
Uma voz que resmunga.  
Um rosto de mulher que se oculta na cama.  
Um rosto de homem que se revela no hálito.  
Uma interrogação que incomoda, feminina.  
Uma resposta que não satisfaz, masculina.  
Uma interrogação que se repete, feminina.  
Uma resposta que agride, masculina.  
Um palavrão que desabafa, feminino.  
Um tapa que estala, masculino.  
Um grito de dor, feminino.  
Um bocejo, masculino.  
Eis a receita. E o conto.  
(SÉRGIO TROSS, 1977, p. 32)

A desigualdade vivenciada nas relações de gênero, e, por conseguinte, a violência demonstrada nos contos, é uma realidade antiga e generalizada. Ela já existia entre povos nômades, embora fosse mais moderada nessas comunidades em virtude da participação relativamente igualitária das mulheres na divisão das tarefas. A sobrevivência baseada na caça, pesca e coleta permitia certa equidade nesse sentido.

Com o surgimento das sociedades agrícolas e do chamado sistema patriarcal, foram-se criando novas formas de desigualdade entre homens e mulheres, e, por volta do quarto milênio antes de Cristo, elas já se mostravam bem delineadas nessas

sociedades. O desenvolvimento contínuo das técnicas agrícolas e das ferramentas despertou os homens para sua capacidade de dominar o solo e a produção, libertando-se da imagem da mulher-deusa, até então reinante: da mulher que detinha, junto à natureza, o poder da fecundidade.

Ela agora seria reduzida praticamente ao papel de geradora e mantenedora da mão de obra para a produção que se expandia. A produção passou a contar com um excedente que dispensava sua participação nas necessidades imediatas, o que facilitava sua liberação para o aleitamento e demais cuidados com as crianças. Aliás, esse papel era inevitável: o contingente de filhos gerados aumentava, e esses filhos estavam ali, demandando as funções da maternidade. Isso deixou a economia nas mãos dos homens, que então se tornaram os donos da produção e da sobrevivência (STEARNS, 2007). Foi aí que se firmou o sistema patriarcal de dominação masculina, como mostrou Stearns (2007).

Esse sistema caracterizou-se não raro pela violência contra a mulher e os filhos, uma situação legitimada pela força do costume e, mais tarde, pelos próprios Estados por intermédio de suas instituições. Afinal elas foram criadas por homens, tendo sido eles, inicialmente, os únicos representantes na política, nas leis, ciências e artes, usadas no processo de legitimação dessa estrutura injusta. As explicações para as injustiças contra a mulher caminham desde a Antiguidade, descambando frequentemente para o mito e as diferenças anatômicas, conforme visto em Beauvoir (1970), Paglia (1990), Foucault (1984, 1985) e Bourdieu (2002).

A opressão da mulher foi sustentada pela medicina, psicologia e demais ciências humanas e sociais, que criaram um paradigma dentro do qual as mulheres eram seres socialmente inferiores em virtude de diferenças corporais e biológicas. As formas de organização da sociedade e divisão do trabalho seguiram precisamente esse padrão, a exemplo do que vimos em Stearns e nos outros autores citados. Somente a maternidade e o espaço familiar condiziam com as condições físicas e intelectuais da mulher, de onde surgiu o impedimento para que ocupasse profissões fora desse âmbito. O exercício da política, o ensino universitário, a investigação científica e filosófica, enfim, tudo que demandava inteligência e raciocínio, transformou-se em atividade exclusivamente masculina. A razão, a objetividade, era masculina. O feminino era vinculado à emoção, à subjetividade.

O modelo descrito de divisão do trabalho é uma das formas mais eficazes da polarização dos gêneros, tendo sido fundamentado nas oposições naturais entre ambos,

ou seja, no essencialismo biológico. A vida cultural e social ordenou-se em torno dessa polarização, orientada por mitos biológicos, a exemplo das ligações óvulo-passividade e espermatozoide-atividade.

Ao lado dessa perversa divisão do trabalho, a liberdade sexual também conheceu diferenças profundas de um gênero a outro. Tendo se tornado proprietário do solo e da produção, o homem se tornou também o dono da mulher e dos filhos, e, como tal, mantinha direitos exclusivos sobre seus corpos. Isso lhe garantia o monopólio sexual sobre a mulher no casamento, um direito unilateral, já que, na condição de propriedade do homem, ela lhe devia submissão e fidelidade sexual. Essa realidade foi sendo transformada com o tempo, de forma a requerer também do homem uma moderação nas atividades sexuais. Isso implicava a conveniência (e não a obrigatoriedade) de sua fidelidade sexual, embora por razões mais políticas, morais, médicas e filosóficas do que por razões pessoais e afetivas. Entretanto, fora desse contexto, o que se via era o direito de exclusividade do homem sobre a mulher, um privilégio sem contrapartidas e garantido em todas as áreas, sobretudo, a sexual.

Toda essa série de prerrogativas era mantida por discursos científicos, filosóficos, sociais e econômicos. Nessa organização, a esposa fica circunscrita ao lar, enquanto o esposo se torna a força produtiva. Ela garante a afetividade necessária à família, e ele, o capital.

Bourdieu (2002) mostra reservas em relação à assertiva do discurso como legitimador da desigualdade entre os gêneros, posicionando-se a favor da ação dos mecanismos profundos: o sistema educacional e outras instituições movidas pelo Estado capitalista, como o casamento e a família, além da divisão social do trabalho e da demarcação dos espaços masculino e feminino. Segundo ele, a ordem androcêntrica é promovida por esses mecanismos, que são acionados por agentes situados: os homens, com sua violência, e as instituições propriamente ditas. As arbitrarias divisões do mundo social são legitimadas pelas práticas já instituídas. Portanto a ordem masculina é vista como natural, dispensando a ação de discursos para legitimar-se, tanto que são escassas as narrativas mitológicas criadas para justificar a hierarquia sexual.

A aceitação natural da ordem dominante pelos cidadãos é produzida pelos mecanismos citados, que dela dependem ao mesmo tempo em que a produzem. O processo de aceitação demanda tempo e trabalho, fatores imprescindíveis para que a ordem instaurada produza efeitos sobre os corpos e mentes de seus objetos de dominação; em outras palavras, para que o capital simbólico masculino (a honra, a

virilidade, o privilégio no trabalho e a primazia na questão do monopólio sexual, por exemplo) possa ser acumulado e reconhecido automaticamente pela ordem oposta.

Apesar da legitimidade das asserções de Bourdieu, ainda acreditamos que os discursos são a base da transmissão do poder simbólico dos homens, já que são também a base de todos os fenômenos cotidianos: do funcionamento das instituições, da elaboração das normas, implantação de crenças, difusão de hábitos etc. Tudo depende da linguagem e do discurso. A ordem social é planejada por meio deles, e de forma a ser reconhecida e praticada. O discurso é que diferencia posições e funções para os gêneros, convidando-os ou obrigando-os a ocupá-las.

Essas questões chamam a atenção para um aspecto essencial das relações de gênero: a construção das identidades, que se efetiva também com o auxílio dos discursos deterministas, baseados na anatomia. Os sujeitos homem e mulher são constituídos discursivamente, criados através de representações, assim como os diferentes grupos sociais. Afinal, as normas que regulam as categorias “sexo” e “gênero” são também produzidas pelos discursos – não só as normas, mas igualmente os saberes e verdades sobre as duas categorias. Portanto as identidades de gênero e sexuais, tanto quanto as de raça, classe e nacionalidade, são políticas, definidas por redes de poder.

A essência da identidade individual é o gênero que se inscreve no corpo do indivíduo. A referência mais segura sobre este é sua identidade sexual, tanto que ele não consegue mudá-la sem enfrentar os percalços colocados pela norma. Mudar de sexo/gênero é transgredir uma fronteira sagrada: no mundo ocidental, os padrões fixados não admitem essa fluidez. Afinal é pelo corpo que se faz o julgamento final sobre aquilo que somos ou em que podemos nos transformar.

Apesar dessa rigidez imposta, os desejos e as necessidades de um indivíduo podem não coincidir com a aparência de seu corpo. Os corpos não são tão evidentes como imaginamos. Isso comprova que as identidades sexuais definitivas são realmente uma criação dos discursos. Elas se formam mediante um trabalho constante que impõe usos considerados legítimos para os corpos e exclui todos os traços que, em determinado gênero, pertençam ao gênero oposto. As identidades distintivas são um produto arbitrário das culturas, com seu princípio masculino. Dentro desse princípio, o *habitus* viril é o essencial; o feminino, o inessencial. Esse preceito já está de tal forma institucionalizado que é aceito pelo sujeito feminino como uma realidade natural e imutável. São os efeitos do discurso masculino.

Nos contos analisados, as personagens femininas aparecem inicialmente sob essa identidade traçada para as mulheres: são frágeis, condenadas ao espaço doméstico e à instrução limitada, exploradas sexualmente pelos personagens masculinos e, principalmente, vítimas de sua força física ou moral e da desigualdade na distribuição dos direitos. Algumas (Sílvia, Margarida e a moça desprezada em “Gangrena”), levadas por razões que desencadeiam sua cumplicidade, aceitam tacitamente esses papéis, fazendo o “reconhecimento prático” das identidades genéricas injustamente construídas (a “adesão dóxica” relatada por Bourdieu). Todas, porém, acabam reagindo de alguma forma contra a opressão do adversário masculino, o que, entretanto, não é o bastante para mudar totalmente o jogo inicial. Elas terminam se defrontando com a própria dor, reconhecendo-se, por vezes, como seres desgraçados.

Em “Revelação”, não existe essa cumplicidade. A personagem prevê, por intuição, os projetos maléficis do adversário para ela e compreende o desequilíbrio de forças entre eles, mas, em momento algum, desiste de lutar. Ao contrário, embora frágil e temerosa diante do inimigo, seu potencial intuitivo a torna capaz de uma resistência que suplanta todas as outras personagens. Todavia, seu epílogo não é mais promissor do que o delas no que tange à consciência sobre a sorte feminina. É interessante ver aquela garota, em princípio tão inocente, alcançar de súbito o entendimento de sua condição feminina, que, para ela, constitui uma desgraça.

Quanto à Maricota, esposa de Agenor, não há nada explícito em sua história que nos permita tirar conclusões sobre sua resistência ou resignação. Entretanto, o código da dominação masculina é tão sólido nesta narrativa, que nos impede de cogitar sobre qualquer resistência, restando-nos apenas crer na adesão. O marido, Agenor, monopoliza toda a cena. Todas as ações, assim como o tempo e o espaço, gravitam em torno dele. A figura de Maricota só se destaca no momento em que ela e o amante são assassinados por Agenor, tendo ainda seus órgãos talhados para redobrar a vingança por sua infidelidade sexual. A mesma sorte alcançará mais tarde a segunda esposa e o segundo amante. A história dessas mulheres e homens é a história do patriarcalismo, e, conquanto se saiba de resistências drásticas nessa conjuntura, a protagonista e demais dominados no conto não aparentam essa coragem. De mais a mais, além da tortura sofrida, somente a inércia qualifica Maricota.

A continuidade do desequilíbrio nas relações entre os gêneros dentro das narrativas, mesmo com a resistência das personagens, remete à questão da consciência feminina sobre a violência simbólica dos homens. Ela é insuficiente para resolver o

problema. Se assim fosse, bastaria esclarecer as consciências mistificadas. A violência simbólica persistirá enquanto persistirem as estruturas que as produzem. A cumplicidade das vítimas com seus dominantes, bem como a truculência que as oprime, só poderá ser rompida com a transformação radical dessas estruturas. E, ainda que não haja cumplicidade, não é fácil fazer ruir uma estrutura abrigada por tantos séculos. A surpreendente adesão de Margarida, dando a impressão de retrocesso da consciência inicial, e depois a sua última aparição no cenário, inconformada com a própria reificação, mostram a propriedade do comentário de Bourdieu sobre a questão.

O que impede Margarida de fazer a travessia ensaiada no começo de sua história é a solidez do sistema patriarcal instalado em seu meio. Seu Feiz, além de homem, é um comerciante consideravelmente abastado e conhecedor da ideologia desse sistema. Tem todos os trunfos para fazer valer sua autoridade e granjear a aprovação do seu círculo de subordinados, que também são levados a ler pela mesma cartilha. O próprio pai de Margarida se interpõe à sua decisão de quebrar as regras e fugir da delimitação do espaço doméstico e do casamento com finalidades procriadoras. Entretanto seu maior indício de adesão é sua autocrítica pela instrução dada à filha e a orientação para que fique no interior e se torne professora rural.

A mesma solidez estrutural garante a violência do personagem masculino de “Revelação” e o inconformismo final da menina diante da continuidade de sua desgraça. E aqui também não faltaram consciência e resistência.

A personagem de “Gangrena” também luta para retomar seu lugar ativo no cenário em que fora apagada pelo predomínio do amado. Mas, do mesmo modo, acaba sozinha, fiel e com a desgraça estampada no rosto. Torna-se rainha, mas de sua ilha, como afirma, o que denota sua solidão e justifica sua tristeza. O namorado, em contrapartida, não retorna das viagens empreendidas, no globo e em outros corpos femininos; começa e termina ausente do cenário, porque seu espaço é o grande mundo, enquanto o dela é o refúgio do lar, onde se consome por ele. Por muito tempo ela se conformou com esse estado de coisas e esperou do amado a solução para seus dramas, como quando atribuiu a ele a obrigação de protegê-la dos outros pretendentes. Sua adesão inicia-se quando ele viaja pela primeira vez e ela vai à loja, compra lã e começa a fazer tricô; e termina quando ela corta simbolicamente a mão para não mais poder tricotar, não mais sacrificar seu tempo à espera inútil, não mais ceder ao namorado o papel de protagonista único. Mas o saldo de tudo isso ainda é, conforme observado, seu

estado de gangrena interior e a permanência do namorado na situação inicial – um misto de ruptura e manutenção da ordem reinante nas relações de gênero.

No conto de César Baiocchi, Sílvia também impressiona pelas atitudes modernas, como a tentativa de aborto e a luta pela instrução da filha Conceição. O grau de sua adesão ao pai, no período em que a molesta sexualmente, e a ingenuidade que demonstra diante do fato não indicam nela esse espírito. Ela faz o caminho inverso ao de Margarida, aderindo primeiro e buscando depois sua libertação e a da filha. Entretanto, esse despertar da consciência, mais uma vez, não é o bastante para mudar as disposições infiltradas pela ordem masculina estabelecida. Apesar da consternação do médico pela aflição de Sílvia, quando o procura para o aborto, ele não o realiza. De mais a mais, a filha do incesto continua a passar a imagem de uma moça sofrida, em virtude de seu contexto de origem.

O real e o fictício se interligam em todos os contos, provando as afirmações de Cândido (1972) e de Woolf (1928). Todos têm um ponto de convergência com a realidade, tecendo-se de coisas “flagrantemente materiais”: exploram o código machista e o desequilíbrio de forças presentes nas relações de gênero, com desvantagem para o feminino. Apesar da incompletude da transformação operada nas narrativas, não se pode contradizer o pressuposto de Cândido (1972), de que a literatura tem o poder de modificar o mundo real, nem o de Nogueira (2001), de que a recusa do controle de um ator sobre outro leva à transformação social. Muitos princípios machistas foram abalados, e os que foram preservados são também uma face do real: a impossibilidade de rompimento abrupto com as estruturas já consolidadas.

Sobre a utilização de discursos para criar ou manter o arranjo presente nas relações de gênero nos contos, raramente é verificada. Isso não significa que o discurso não seja um veículo de transmissão desse arranjo, na literatura ou na realidade. O privilégio dado ao homem nas relações de gênero e na formulação das identidades politicamente construídas precisou ser enunciado através de normas, e as normas são discursivas por excelência. Seu papel na perpetuação dos princípios da dominação masculina é assinalado por Bourdieu (2002, p. 5), que destaca a Escola e o Estado como principais lugares de elaboração e imposição desses princípios.

Se nos contos analisados praticamente não se encontram discursos afirmadores da ordem androcêntrica, é que essa ordem e, por conseguinte, a identificação do homem como “o essencial” já são automaticamente dadas, dispensando enunciação, como vimos em Bourdieu (2002), Louro (2007) e Cuche (2002). Elas prescindem de

representações, e, portanto, dos discursos, que auxiliam na elaboração destas. Conforme salientou Louro, as representações criadas para identificar os grupos que ocupam posições de destaque passam do estatuto de representação ao de realidade. É o que acontece com a ordem masculina, que se impõe como algo natural e universalmente inscrito, sendo internalizada, inclusive, pelas mulheres.

Portanto, em alguns dos contos selecionados, o discurso que legitima a dominação masculina vem, por vezes, da boca das próprias personagens femininas. Isso ocorreu com Sílvia, Margarida e a moça do tricô:

*O que aconteceu não tem culpado. [...] Transformou-se em outra pessoa, comportando-se de modo estranho – como se eu não fosse sua filha. Ele estava doente, doutor, doente, está ouvindo?* (COELHO, 1994, p. 85).

Depois ele chamou pra ir ao cinema, eu achei que ficava feio não aceitar, já que ele estava sendo tão gentil comigo. [...] Eu nunca contei pro João que saíra com Seu Feiz. Pra quê? Só para dar briga? João era educado e muito respeitador, mas nessas coisas de ciúme todo homem fica violento (MACHADO, 1994, p. 63).

Houve uma hora, numa cena emocionante, ele pegou a minha mão e apertou com força. Eu me assustei, fiquei sem jeito, se o João soubesse, ele não ia gostar (p. 63).

Que isso, Seu Feiz, não está direito, tentava eu dizer, mas as palavras me morriam na garganta, eu não dizia nada, nada, nem ele, nem tinha coragem de olhar para os olhos dele, que deviam brilhar como olhos de demônio (p. 66).

E eu vendo que não tinha ninguém para vir despachar os malditos [pretendentes] – que a obrigação temática e histórica era dele [...], resolvi matá-los todos (SCHMALTZ, 1994, p. 236).

Em todos esses exemplos, há um discurso, ainda que subentendido, de aprovação de atitudes que denotam a posse do homem sobre a mulher. No primeiro caso, o de Sílvia, ela redime a culpa do pai pela violência sexual cometida contra ela. Nos três casos seguintes, Margarida abona a possessividade do namorado e o assédio sexual do patrão. E, no último, a moça que espera pelo namorado viajante lamenta-se pelo fato de ele não assumir seu monopólio sobre ela, deixando-a “à mercê de tantos barcos”, como dissera.

Os exemplos colhidos de personagens masculinos também são raros nos contos, a exemplo do discurso do pai de Margarida e de Seu Feiz, ambos patriarcalistas,

conforme verificado. O tom patriarcal aparece também claramente na voz narrativa de “Agenor da Bitá”, que renega o confinamento do homem ao espaço interno da casa e confere a ele uma natureza essencialmente sexual:

Mas homem não é só da roça pra casa, de casa pra roça. Vez que carece ir ao comércio buscar sal, querosene, fumo (LIMA, 1994, p. 134).

Mulher de novo. Quem agüenta, depois da primeira, ficar sem? (p. 135).

Somente nos casos relacionados, percebem-se discursos explícitos de legitimação das identidades e das relações de gênero construídas com base na injustiça e desigualdade. Isso não significa, entretanto, que eles não estejam presentes nos contos, ainda que de forma implícita. Todos os cenários descritos só foram possíveis porque cristalizados mediante a ação de discursos transmitidos pelas ciências, filosofia, artes, religião e instituições, tudo isso pertencente aos homens por longos séculos. Diante dessas demonstrações, portanto, reafirmamos que, apesar de todos os benefícios atingidos pelo gênero feminino, ele ainda não vive, e talvez nem chegue a viver, em igualdade de condições com o gênero oposto.

Numa última observação, reconhecemos a possibilidade de continuação da pesquisa mediante a exploração de outros contos da Antologia escolhida ou de autores goianos em geral. Afinal, o cópulo delimitado é algo restrito se considerarmos a repercussão do tema eleito na literatura nacional e no Estado de Goiás.

## REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Luiza; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. *Português: contexto, interlocução e sentido*. São Paulo: Moderna, 2008. v. 1.

ALENCAR, José Martiniano de. *Senhora*. São Paulo: Martin Claret, 2005. (Coleção A Obra-Prima de Cada Autor, 73).

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. O que é conhecimento. In: \_\_\_\_\_. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.

BAIOCCHI, César. A filha. In: SILVA, Vera Maria Tietzmann; TURCHI, Maria Zaira (Org.). *Antologia do conto goiano*. Goiânia: Ed. UFG, 1994. v. 2: O conto contemporâneo.

BAL, Mieke. Historia: aspectos. In: \_\_\_\_\_. *Teoría de la narrativa: una introducción a la narratología*. Traducción Javier Franco. 8. ed. Madrid: Cátedra, 2009. (Crítica y Estudios Literarios).

BAL, Mieke. Texto: palabras. In: \_\_\_\_\_. *Teoría de la narrativa: una introducción a la narratología*. Traducción Javier Franco. 8. ed. Madrid: Cátedra, 2009. (Crítica y Estudios Literarios).

BAMBERGER, Joan. O mito do matriarcado: por que os homens dominam as sociedades primitivas. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Org.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Tradução Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973. (Coleção O Mundo Hoje, 31).

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: MENDONÇA, Antônio Sérgio Lima; NEVES, Luiz Felipe Baeta (Org.). *Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas*. Tradução Maria Zélia Barbosa Pinto. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972. (Coleção Novas Perspectivas de Comunicação, 1).

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 4. ed. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. v. 1: Fatos e mitos.

BIRMAN, Joel. Castrados de todo o mundo, uni-vos! Sobre o erotismo e a violência sexual na atualidade. In: \_\_\_\_\_. *Cartografias do feminino*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

BOURDIEU, Pierre. Preâmbulo. In: \_\_\_\_\_. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Uma imagem ampliada. In: \_\_\_\_\_. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 6-59.

BREMOND, Claude. A lógica dos possíveis narrativos. In: MENDONÇA, Antônio Sérgio Lima; NEVES, Luiz Felipe Baeta (Org.). *Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas*. Tradução Maria Zélia Barbosa Pinto. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972. (Coleção Novas Perspectivas de Comunicação, 1).

BUTLER, Judith. *Mecanismos psíquicos del poder: teorías sobre la sujeición*. Madrid: Cátedra, 2001a.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2001b.

BUTLER, Judith. Sujetos de sexo, género, deseo. In: \_\_\_\_\_. *El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. 3. ed. Traducción Maria Antonia Munhoz. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 2007.

BUTLER, Judith. Conclusión: de la parodia a la política. In: \_\_\_\_\_. *El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. 3. ed. Traducción de Maria Antonia Munhoz. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 2007.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*, Campinas, v. 24, n. 9, p. 803-809, set. 1972.

CARVALHO, Maria da Penha Felício dos Santos. A crítica de Judith Butler às normas que governam gênero e sexualidade. *Ethica*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 81-92, 2010.

CHAUI, Marilena. A atividade racional. In: \_\_\_\_\_. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUI, Marilena. A preocupação com o conhecimento. In: \_\_\_\_\_. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

COELHO, Braz José. Revelação. In: SILVA, Vera Maria Tietzmann; TURCHI, Maria Zaira (Org.). *Antologia do conto goiano*. Goiânia: Ed. UFG, 1994. v. 2: O conto contemporâneo.

COELHO, Jonas Gonçalves. Bergson: intuição e método intuitivo. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 21, n. 22, p.151-164, 1998/1999.

COELHO, Mariana de Moura. Homossexualidade e identidade: lógica binária. In: \_\_\_\_\_. *Sexualidades em questionamento: uma abordagem queer sobre Caio Fernando Abreu*. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Departamento de Teoria Literária e Literaturas do Instituto de Letras, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2010.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CUCHE, Denys. Cultura e identidade. In: \_\_\_\_\_. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru, SP: Edusc, 2002.

DE CASTRO, Manuel Antônio. Crítica e história literária. In: PORTELLA, Eduardo; DE CASTRO, Manuel Antônio; MERQUIOR, José Guilherme. (Org.). *Teoria literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979. p. 19-39.

DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

DIAS, Maria Berenice. A mulher no código civil. Disponível em: <[www.mariaberenice.com.br](http://www.mariaberenice.com.br)>. Acesso em: 14 dez. 2012.

DI TIZIO, Ideli. Efeitos jurídicos do casamento. Disponível em: < [www.ditizio.adv.br](http://www.ditizio.adv.br)>. Acesso em: 14 dez. 2012.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, set./dez. 2003.

EIKHENBAUM, Boris. A teoria do “método formal”. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). *Teoria da literatura: formalistas russos*. Tradução Ana Maria Ribeiro Filipouski et al. 1. ed., 2. reimp. Porto Alegre: Globo, 1973.

FIAMONCINI, Mazilda. Bruxa: de que lado está? In: \_\_\_\_\_. *A face da bruxa sem lado esquerdo*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2004.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FONSECA DIAS, Daise Lilian. Mulheres anglo-americanas no universo da escrita: as irmãs Brontë. *Estudos Feministas*, Santa Catarina, n. 36, jul./dez. 2012.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977. v. 1: A vontade de saber. (Biblioteca de Estudos Humanos. Saber e sociedade, 2).

FOUCAULT, Michel. A sabedoria do casamento. In: \_\_\_\_\_. *História da sexualidade*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984. v. 2. O uso dos prazeres.

FOUCAULT, Michel. A casa de Isômaco. In: \_\_\_\_\_. *História da sexualidade*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984. v. 2. O uso dos prazeres.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985. v. 3. O cuidado de si.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. 25 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, 7).

FRIEDAN, Betty. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. *Mística feminina*. Tradução Áurea B. Weissenberg. Petrópolis: Vozes, 1971.

FRIEDAN, Betty. O problema sem nome. In: \_\_\_\_\_. *Mística feminina*. Tradução Áurea B. Weissenberg. Petrópolis: Vozes, 1971.

FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico. Tradução Fábio Fonseca de Melo. *Revista da USP*, São Paulo, n. 53, p. 166-182, mar./maio 2002.

GARCIA, José Godoy. Os retratos. In: SILVA, Vera Maria Tietzmann; TURCHI, Maria Zaira (Org.). *Antologia do conto goiano*. Goiânia: Ed. UFG, 1994. v. 2: O conto contemporâneo.

GODOY, Heleno. Quarta. In: SILVA, Vera Maria Tietzmann; TURCHI, Maria Zaira (Org.). *Antologia do conto goiano*. Goiânia: Ed. UFG, 1994. v. 2: O conto contemporâneo.

GENETTE, Gérard. Modo. In: \_\_\_\_\_. *Discurso da narrativa: ensaio de método*. Tradução Fernando Cabral de Martins. Lisboa: Arcádia, 1979. (Coleção Práticas de Leitura).

GENETTE, Gérard. Voz. In: \_\_\_\_\_. *Discurso da narrativa. ensaio de método*. Tradução Fernando Cabral de Martins. Lisboa: Arcádia, 1979. (Coleção Práticas de Leitura).

HOMERO. *Odisséia*. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. Introdução e notas Médéric Dufour. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

JUVENAL, Décimo Júnio. VI Sátira. In: POMEROY, Sara (Org.). *Deusas, vadias, esposas e escravas: mulheres na Antiguidade Clássica*. Tradução Antônio Pedro e Lizânias de Souza Lima. Nova Iorque: Schocken Books, 1975.

KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Global, 1978. (Coleção Bases, 6).

LACLOS, Pierre Choderlos de. *As relações perigosas*. Tradução Sérgio Millet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

LIMA, José Antunes de. Agenor da Bita do Totôe do Vau Grande. In: SILVA, Vera Maria Tietzmann; TURCHI, Maria Zaira (Org.). *Antologia do conto goiano*. Goiânia: Ed. UFG, 1994. v. 2: O conto contemporâneo.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. 5. ed. São Paulo: Contexto: 2002. (Repensando a História).

MACHADO, Marietta Telles. Mergulhada na urbe. In: SILVA, Vera Maria Tietzmann; TURCHI, Maria Zaira (Org.). *Antologia do conto goiano*. Goiânia: Ed. UFG, 1994. v. 2: O conto contemporâneo.

MARCILIO, Maria Luiza. *Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1993.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. A mulher casada no Código Civil de 1916. Ou, mais do mesmo. *Textos de História*, Brasília, v. 12, n. 1/2, p. 127-144, 2004.

MARTÍNEZ, Ana Sabaté; MOYA, Juana María Rodríguez; MUÑHOZ, Ángela María Díaz. *Mujeres, espacio y sociedad: hacia una geografía del gênero*. Madrid: Síntesis, 1995. (Colección Espacios y Sociedades, 5).

MURARO, Rose Marie. *Os seis meses em que fui homem*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

NOGUEIRA, Adriana Tanese. Intuição: o inexplicável do dia a dia. <Disponível em: portalsaofranciscocombr>. Acesso em: 13 ago. 2012.

NOGUEIRA, Conceição. *Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas sociais de gênero*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

OLIVEIRA, Malu. *Homem e mulher: a caminho do século XXI*. São Paulo: Ática, 1997. (Série Discussão Aberta).

OLIVER, Élide Valarini. Guimarães Rosa e os astros (com reflexões em Machado de Assis). *Revista da USP*, São Paulo, n. 76, fev. 2008. Não paginado.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Org.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Tradução Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973. (Coleção O Mundo Hoje, 31).

PAGLIA, Camille. Sexo e violência ou natureza e arte. In: \_\_\_\_\_. *Personas sexuais: arte e decadência de Nefertite a Emily Dickinson*. 3. reimp. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PÊGO, Natália César Costa de Matos. *Crimes passionais: atenuantes e agravantes*. 2007. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, Faculdade de Direito de Presidente Prudente, São Paulo, 2007. 80 p.

PINTO, Joana Plaza. Os gêneros do corpo: para começar a entender. In: \_\_\_\_\_. Gonçalves, Eliana (Org.). *Desigualdades de gênero no Brasil*. Goiânia: Grupo Transas do Corpo, 2004.

PIPA, Norris. Participação legislativa das mulheres no ocidente europeu. *Políticas do ocidente europeu*, Londres, v. 8, n. 4, p. 90-101, 1985. Edição especial.

PONTES, Andrea Mello. O tabu do incesto e os olhares de Freud e Levi-Strauss. *Trilhas*, Belém, ano 4, n. 1, p. 7-14, jul. 2004.

RABELO, Danilo. A normalização das famílias vila-boenses durante o Império. In: \_\_\_\_\_. *A normalização dos comportamentos na Cidade de Goiás (1822-1889)*. Goiânia: Ed. UFG, 2010.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

ROUDINESCO, Elisabeth. Deus pai. In: \_\_\_\_\_. *A família em desordem*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

ROUDINESCO, Elisabeth. Quem matou o pai. In: \_\_\_\_\_. *A família em desordem*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

ROUDINESCO, Elisabeth. O patriarca mutilado. In: \_\_\_\_\_. *A família em desordem*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

ROUDINESCO, Elisabeth. O poder das mães. In: \_\_\_\_\_. *A família em desordem*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

RUDIN, Ernst. Introducción a la terminología de Genette. Disponível em: <<http://www.elneto.com/hispa/ZH2003/indexhtml>>. Acesso em: 19 mar. 2007.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997.

SCHMALTZ, Yêda. O traço pertinente entre o trovadorismo provençal português da Idade Média e a música popular brasileira do século XX. *Revista Goiana de Artes*, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 13-44, jan./jun. 1980.

SCHMALTZ, Yêda. Gangrena. In: SILVA, Vera Maria Tietzmann; TURCHI, Maria Zaira (Org.). *Antologia do conto goiano*. Goiânia: Ed. UFG, 1994. v. 2: O conto contemporâneo.

SMITH, Bonnie G. Mulheres profissionais: um terceiro sexo? In: \_\_\_\_\_. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. Tradução de Flávia Beatriz Rossler. Bauru, SP: Edusc, 2003. (Coleção História).

SOUZA, Maria Clarice Rodrigues de. Gênero, história e violência: casos de homicídio contra mulheres em Montes Claros entre 1985 e 1993. *Opsis*, Catalão, v. 11, n. 1, p. 77-97, jan./jun. 2011.

STEARNS, Peter. *História das relações de gênero*. Tradução Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.

TEIXEIRA, Cristiane Pires. A construção da identidade feminina em *Vintém de cobre*: meias confissões de Aninha. In: DENÓFRIO, Darcy França; CAMARGO, Goiandira Ortiz de. (Org.). *Cora Coralina: celebração da volta*. Goiânia: Câneone, 2006.

TROSS, Sérgio. *Garfo e água fresca*. São Paulo: Ática, 1977.

TIETZMANN SILVA, Vera Maria. O conto contemporâneo em Goiás. In: SILVA, Vera Maria Tietzmann; TURCHI, Maria Zaira (Org.). *Antologia do conto goiano*. Goiânia: Ed. UFG, 1994. v. 2: O conto contemporâneo.

TOMACHEVSKI, Boris. Temática. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). *Teoria da literatura: formalistas russos*. Tradução Ana Mariza Ribeiro Filipouski et al. 1.ed., 2 reimp. Porto Alegre: Globo, 1973.

TODOROV, Tzvetan. As categorias da narrativa literária. In: *Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas*. Tradução Maria Zélia Barbosa Pinto. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972. (Coleção Novas Perspectivas de Comunicação, 1).

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1928.

WOLF, Naomi. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Tradução Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.